

ANA CRISTINA SERRALHEIRO FALCATO

***FILOSOFIA COMO TERAPIA GRAMATICAL NO PENSAMENTO DO “SEGUNDO”
WITTGENSTEIN***



**Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Ciências da
Comunicação Sob a orientação do Professor Doutor António D. Silva
Marques
E co-orientação
Da Professora Doutora Maria Fernanda Henriques**

**FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA**

2008

«Temo que não nos livraremos de Deus enquanto
ainda acreditarmos na Gramática».

Friedrich Nietzsche, *O Crepúsculo dos Ídolos*.

ÍNDICE GERAL

CONVENÇÃO DE SIGLAS	7
A INTRODUIR	9
CAPÍTULO 1:	
LEITURAS TRANSVERSAIS ENTRE O “PRIMEIRO” E O “SEGUNDO” WITTGENSTEIN	15
§1. Como pensar as transposições no pensamento de Wittgenstein	17
CAPÍTULO 2:	
A FUNÇÃO ANALÍTICA DA GRAMÁTICA	29
§2. No princípio era a Gramática	31
§3. Lapsos na Estrutura gramatical das frases	43
CAPÍTULO 3:	
RUPTURAS DO PENSAMENTO E DA EXPRESSÃO	53
§4. Como nasce uma Aporia	55
§5. A aporia filosófica como uma doença do intelecto: uma questão de (falta de) Método	61
5.1 O que é o Método?	61
5.2 Uma “Aplicação” do Método – Limites da linguagem e princípio de sanidade.....	67
CAPÍTULO 4:	
O PARADOXO CÉPTICO NAS INVESTIGAÇÕES FILOSÓFICA.....	83
§6. A resposta de S.Kripke: “Regras para a Direcção da saída”	85
CAPÍTULO 5:	
O MODUS TERAPÊUTICO DA FILOSOFIA	107
§7. Princípio de <i>conversão</i> panorâmica: O problema da essência é a essência do problema	109
§8. O <i>Phármakon</i> da análise gramatical	119
§9. Os “resultados”: desconstrução de uma Armadilha.....	131
CAPÍTULO 6:	
AFINIDADES CONCEPTUAIS: FILOSOFIA E GRAMÁTICA COMO <i>CURAS</i>	137

§10. “Voltar a colocar a carruagem sobre os Carris”-----	139
§11. A gramática da palavra “Filosofia” e a gramática da Filosofia -----	153
A CONCLUIR -----	169
BIBLIOGRAFIA -----	177

CONVENÇÃO DE SIGLAS

O conjunto de siglas abaixo listadas serve sobretudo o propósito de convencionar uma forma prática de referir os textos de Wittgenstein manejados neste trabalho. Adoptámos as traduções portuguesas disponíveis, sempre que com elas concordámos; em casos de disparidade, alguma modificação de tradução ficou claramente assinalada no corpo do texto ou em nota de rodapé.

IF *Investigações Filosóficas*. (Editadas em português com o *Tractatus Logico-Philosophicus*). Trad. Port. de M.S.Lourenço, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.

TLF *Tractatus Logico-Philosophicus*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.

DC *Da Certeza*. Edição bilingue. Lisboa, Edições 70, Biblioteca de Filosofia Contemporânea, trad. de Maria Elisa Costa, 2000.

F *Fichas (Zettel)*. Edição bilingue. Lisboa, Edições 70, Biblioteca de Filosofia Contemporânea, trad. de Ana Berhan da Costa, 1989.

AC *Aulas e Conversas – Sobre Estética, Psicologia e Fé Religiosa*. Lisboa, Edições Cotovia, 1991.

LC *O Livro Castanho*. Lisboa, Edições 70, Biblioteca de Filosofia Contemporânea, trad. de Jorge Marques, 1992.

LA *O Livro Azul*. Lisboa, Edições 70, Biblioteca de Filosofia Contemporânea, trad. de Jorge Mendes, 1992.

ASC *Anotações Sobre as Cores*. Edição bilingue. Lisboa, Edições 70, Biblioteca de Filosofia Contemporânea, trad. de Filipe Nogueira e Maria João Freitas, 1996.

CV *Cultura e Valor*. Lisboa, Edições 70, Biblioteca de Filosofia Contemporânea, trad. de Jorge Mendes, 2000.

PG *Philosophische Grammatik*. Suhrkamp Taschenbuch Wissenschaft 5 (Herausgegeben von Rush Rhees), Frankfurt am Main, 1978.

BGM *Bemerkungen über die Grundlagen der Mathematik*. Werkausgabe Band 6, Suhrkamp Taschenbuch Wissenschaft (Herausgegeben von G.E.M.Anscombe, Rush Rhees und G.H. von Wright), Frankfurt am Main, 1984.

RLF *Some Remarks on Logical Form* (1929). In *Philosophical Occasions 1912-1951*. Edited by James Klagge and A. Nordmann, Hackett Publishing Company, Indianapolis & Cambridge, 1993 (29-35).

LE *A Lecture on Ethics* (1929). In *Philosophical Occasions 1912-1951*. Edited by James Klagge and A. Nordmann, Hackett Publishing Company, Indianapolis & Cambridge, 1993 (36-44).

BFGB *Bemerkungen über Frazer's Golden Bough*. In *Philosophical Occasions 1912-1951*. Edited by James Klagge and A. Nordmann, Hackett Publishing Company, Indianapolis & Cambridge, 1993 (118-155).

Ph. *Philosophie*. §§ 86-93 aus dem sogenannten “Big Typescript”. In *Philosophical Occasions 1912-1951*. Edited by James Klagge and A. Nordmann, Hackett Publishing Company, Indianapolis & Cambridge, 1993 (160-199).

A INTRODUIR

O presente trabalho foi concebido de forma a poder conectar dois conceitos axiais dentro do pensamento do “segundo Wittgenstein”, através da ponte “esquemática” de um terceiro. A saber, os conceitos de *Gramática* e de *Terapia* e o conceito de *Filosofia*.

O alcance funcional desta articulação conceptual não se deixa, porém, visualizar sem o apoio de alguns pilares intermédios dos quais é tributário o próprio título desta dissertação, *Filosofia como Terapia Gramatical no pensamento do “segundo” Wittgenstein*.

O percurso que fizemos a par do pensamento do autor e que nos permitiu subtrair à extensão dos conceitos de “Terapia” e de “Gramática” uma franja comum de implicações filosóficas - derivada da própria noção de Filosofia enquanto *método de análise* das formas de linguagem problemáticas -, constituiu um esforço de síntese, dentro de um pensamento difícil, sob a tutela do aforismo, como o próprio filósofo, simbolicamente, reconhece:

«Nunca consegui, senão pela metade, expressar o que quero expressar. Nem tanto, talvez apenas um décimo. Isso ainda tem algum significado. Muitas vezes, a minha escrita não é mais do que um balbuceio».¹

Wittgenstein reconhece ao conceito de “Gramática” – a partir de textos que remontam ao início dos anos trinta, ou seja, ao período da sua retoma da actividade filosófica, como *Philosophische Grammatik*, *The Big Typescript*, *The Blue Book* ou *The Brown Book* (notas e compilações de apontamentos de aulas) ou no texto das notas retiradas por Friedrich Waismann e organizadas por B.McGuinness, *Wittgenstein und der Wiener Kreis* (um escrito de compilação das suas conversas com membros do Círculo de Viena) – um duplo estatuto:

(1) A GRAMÁTICA é a forma de estruturação que subjaz às frases e aos enunciados discursivos em que se incorporam as primeiras e para o sentido dos quais concorrem (portanto, *frases* e *enunciados* têm uma forma ou estrutura gramatical e os segundos obedecem a uma combinatória semanticamente estruturada a partir da forma das primeiras);

E (2) GRAMÁTICA é também um corpo de normas e de *regras* para a composição e concatenação dos elementos de uma “molécula discursiva” (por

¹ WITTGENSTEIN, L. CV, aforismo de 1931 (tradução modificada).

exemplo, um jogo de linguagem), arbitrariamente dispostas e ao abrigo das quais é possível fazer um exercício de verificação analítica – intradiscursivo – da sua correcção sintáctica, quer dizer, da sua conformidade ou não conformidade com esse corpo de parâmetros normativos.

Ora, a noção de Filosofia, ou antes, de *trabalho filosófico*, que Wittgenstein oferece para associar com a determinação conceptual e a funcionalidade, que já descrevemos, da de Gramática, corresponde a um mero exercício de *análise gramatical*. Este é um novo *método* que, como veremos em pontos-chave deste trabalho, evolui a partir de e inclusive *incorpora* – ainda que transforme, por ampliação, a terminologia anterior – o conceito de Sintaxe Lógica e de análise sintáctica, já expostos no *Tractatus Logico-Philosophicus*.

A uma filosofia da linguagem entendida sob o enfoque desta proposta wittgensteiniana cabe apenas um trabalho de inspecção e análise das formulações discursivas, que permita determinar ou “restabelecer” as condições da respectiva correcção gramatical e a materialização dessas condições em formas de discurso bem construídas.

O exercício de análise gramatical (o autor raramente fala em “análise linguística”), de proposições e enunciados, congrega a intenção de *disciplinar* o pensamento humano e as consequentes formas de expressão deste; uma tarefa que, em muitos aspectos, se aproxima – e assim é descrita pelo próprio Wittgenstein – de uma Terapia de tipo analítico.

A TERAPIA que uma verificação gramatical pode levar a cabo sobre enunciados que não respeitam ou que, advertidamente, violam a estrutura gramatical da linguagem, autorizando combinações de termos que não têm correspondência nas regras da Gramática (a efectuar junto daqueles seres humanos cujo espírito fica turvado pela anuência face a essas combinações descritas) é, no entanto, dentro do pensamento de Wittgenstein, *uma terapia estritamente filosófica*, ao abrigo do sentido de Filosofia já exposto.

É o próprio filósofo que associa o seu “novo método” de análise das formas discursivas à Psicanálise de Freud, mas, pensamos, a um título que é meramente ilustrativo. O objectivo que Wittgenstein persegue não tem nada que ver com uma “importação” transdisciplinar. Trata-se antes da incorporação de um novo conceito, a partir de cujos termos definitórios estaríamos autorizados a extrair um reduto funcional, constituinte base de uma *técnica* mas que, dada a versatilidade (e os limites) da comparação com a técnica psicanalítica, se deve demarcar escrupulosamente desta, para manter os aspectos comparativos e ilustradores sem cair numa colagem.

O presente trabalho não foi, pois, recolher elementos para o percurso genético de apresentação e exposição dos conceitos matriciais acima invocados e respectivas articulações problemáticas às teorias (e técnicas) hodiernas de “terapia filosófica”². Não é esse o fio de Ariadne desta investigação. Procurámos antes que a “esquematisação”, organizada a partir da letra e do espírito dos textos wittgensteinianos para os conceitos orientadores deste trabalho, fosse um caminho filosófico esclarecedor de uma síntese para os mesmos, já indicada pelo autor e sustentada pelos “nexos intermédios”, colocados pela nossa leitura interpretativa das obras.

A dissertação agora apresentada está dividida em oito pontos, alguns incorporando subdivisões. A correspondente estrutura de compreensão, mesmo quando alguns pontos possam parecer estranhos intrusos ao projecto subsequentemente enunciado, acompanha um percurso também ele terapêutico: o do **diagnóstico** de uma doença filosófica, propulsionada por uma incipiente análise gramatical de determinadas formas linguísticas, **a descrição do** respectivo Phármakon ou **processo terapêutico** adequado e a administração de ambos, até ao momento de extirpação dos sintomas, ou seja, até ao fim do processo de **cura de uma doença do intelecto**, projectada nas formas de linguagem.

O ponto 4 da dissertação pode, efectivamente, parecer deslocado deste âmbito descritivo ou, pelo menos, arbitrariamente disposto. Salvaguardando essa consideração – fizêmo-la em primeira-mão – cabe dar para ela uma justificação contextual. O Capítulo 4 do trabalho, intitulado “O Paradoxo céptico nas *Investigações Filosóficas*” está quase exclusivamente construído como uma exposição crítica do argumento do livro de Saul Kripke, *Wittgenstein on Rules and Private Language*. Este livro tornou-se uma referência quase incontornável no âmbito dos estudos wittgensteinianos, sobretudo no que respeita àquele que é amiúde considerado o argumento nuclear das *Investigações* – o chamado “Argumento da Linguagem Privada”. Chegámos a um confronto directo com o texto de Kripke através das ingentes e por vezes controversas discussões que lhe dedicam importantes intérpretes da obra tardia de Wittgenstein. Fizemos uma primeira leitura a título de curiosidade intelectual, sem intenção de chegar a uma exposição mais sistemática dos seus conteúdos. Nessa primeira fase, foram retiradas muitas notas de trabalho e ao cabo de elaboração de um comentário crítico, ficou claro que este não estava tão apartado do

² Ao longo da redacção deste trabalho, tivemos contacto directo com pelo menos uma obra que faz esta aproximação de leitura de que nos estamos a demarcar – trata-se de *Philosophy as Therapy*, de F. PETERMAN, cuja exploração da perspectiva terapêutica no pensamento de Wittgenstein oferece várias linhas de aproximação à prática “clínica” de aconselhamento filosófico.

projecto intencional da própria dissertação, isto é, do da génese de um problema filosófico e da disposição dos meios adequados para a sua eliminação.

Uma justificação contextual da incorporação desta parte do trabalho vem fornecida pelo próprio texto do ponto 4, pelos pontos que o antecipam e o seguem, e prende-se simplesmente com o carácter desbloqueador de um argumento endereçado *contra o Paradoxo* fornecido pelo argumento da linguagem privada e pela elaboração da noção de Regra e respectivas formas de aplicação, indo portanto, ao encontro (pelo menos “formal”) das traves genéticas desta dissertação, como um todo.

Veremos como, além do acordo de carácter *formal*, importantes apoios de conteúdo e disposição conceptual são fornecidos pelo argumento kripkeano (e pelo esforço de encaixe do mesmo dentro de estruturas problemáticas mais amplas do pensamento de Wittgenstein).

*

Aspectos formais de citação e menção de textos wittgensteinianos são razoavelmente uniformizados pela convenção de siglas disposta nas páginas precedentes. Porém, essa convenção nem sempre é plausível ou facilitadora, na medida em que muitos excertos dos textos de Wittgenstein foram por nós traduzidos (ou, pelo menos, algumas modificações foram introduzidas nas traduções disponíveis em português) e, assim sendo, não é completamente coerente dar um cânone de citação que é uma sigla, quando, por questões de discordância nos termos, é mais razoável introduzir o texto original alemão em nota de rodapé e, portanto, a citação mais importante é a da edição alemã e não a da tradução portuguesa.

Porém, e ainda que nem sempre se respeite aquela convenção de referências abreviadas, duas excepções a esta contra-regra contam como regra: referências (no corpo do texto ou em citação directa) ao *Tractatus Logico-Philosophicus* (abreviado como TLF) e às *Investigações Filosóficas* (como IF) – para estes textos, por representarem as duas obras fundamentais de Wittgenstein e serem o testemunho das suas “duas maneiras de pensar”, pareceu-nos útil convencionar uma forma de referência e citação.

Quanto aos outros textos do autor, muitas vezes de decisiva importância, por revelarem pontos charneira na evolução do seu pensamento e na forma de apresentação deste, houve um esforço de atinência ao conjunto de siglas

disponibilizado, mesmo quando vem indicado que dada citação é da nossa responsabilidade ou alguma alteração foi feita na tradução portuguesa manejada.

A edição alemã das obras de Wittgenstein utilizada neste trabalho é a *Werkausgabe* da Suhrkamp, em 8 volumes, e todas as citações do texto alemão são extraídas dessa edição.

Por efeitos de economia deste trabalho, os textos de bibliografia secundária utilizados (em inglês, francês, alemão ou castelhano) foram por nós traduzidos e fornecida apenas a correcta localização bibliográfica em nota de rodapé.

Se o *telos* idealizado, como meta da argumentação disposta ao longo das páginas seguintes – o de uma justa *cura gramatical, mediada pela terapia filosófica* – puder ser antecipado por uma exposição faseada dos dados filosóficos relevantes e das determinações conceptuais que permitem antecipá-lo, dar-se-á por cumprida a tarefa de síntese a que este pequeno trabalho se candidatou.

Évora, 20 de Novembro de 2007.

CAPÍTULO 1:

LEITURAS TRANSVERSAIS ENTRE O “PRIMEIRO” E O “SEGUNDO” WITTGENSTEIN

§1. COMO PENSAR AS TRANSPOSIÇÕES NO PENSAMENTO DE WITTGENSTEIN

«O livro também desenhará a fronteira do pensamento ou, melhor ainda – não do pensamento, mas da expressão do pensamento: uma vez que para desenhar a fronteira do pensamento, deveríamos ser capazes de pensar ambos os lados desta fronteira (deveríamos ser capazes de pensar aquilo que não se deixa pensar). A fronteira só poderá ser assim desenhada na linguagem e o que jaz para lá da fronteira será simplesmente sem sentido»³.

LUDWIG WITTGENSTEIN, Prólogo do *Tractatus Logico-Philosophicus*

«[...] o melhor que eu poderia escrever ficaria sempre como sendo observações de carácter filosófico [...]. E isto estava, claro, ligado à própria natureza da investigação. De facto, ela força-nos a atravessar um domínio largo do pensamento, cruzando-o em todas as direcções. [...] Os mesmos ou quase os mesmos pontos eram constantemente abordados, a partir de direcções diferentes, e eram traçados novos esboços e novas imagens eram desenhadas. Alguns destes estavam mal desenhados ou eram incaracterísticos, com todos os defeitos que afligem um desenhador fraco. E, rejeitados estes, ficaram alguns aceitáveis que tiveram que ser ordenados, por vezes cortados, de modo a poderem dar ao observador uma visão da paisagem. Assim, este livro é, de facto, apenas um álbum». ⁴

LUDWIG WITTGENSTEIN, Prólogo das *Investigações Filosóficas*

³ In WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*. [TLF]. Werkausgabe Band 1, Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1984, 9: «Das Buch will also dem Denken eine Grenze ziehen, oder vielmehr – nicht dem Denken, sondern dem Ausdruck der Gedanken: Denn um dem Denken eine Grenze zu ziehen, müssten wir beide Seiten dieser Grenze denken können (wir müssten also denken können, was sich nicht denken lässt). Die Grenze wird also nur in der Sprache gezogen werden können und was jenseits der Grenze liegt, wird einfach Unsinn sein».

⁴ In WITTGENSTEIN, Ludwig, *Philosophische Untersuchungen*. [IF]. Werkausgabe, Band 1, Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1984, 231: «[...] das beste, was ich schreiben konnte, immer nur philosophische Bemerkungen bleiben würden [...]. Und dies hing freilich mit der Natur der Untersuchung selbst zusammen. Sie nämlich zwingt uns, ein weites Gedankengebiet, kreuz und quer, nach allen Richtungen hin zu durchreisen. [...] Die gleichen Punkte, oder beinahe die gleichen, wurden stets von neuem von verschiedenen Richtungen her berührt und immer neue Bilder entworfen. Eine Unzahl dieser waren verzeichnet, oder uncharakteristisch, mit allen Mängeln eines schwachen Zeichners behaftet. Und wenn man diese ausschied, blieb eine Anzahl halbwegser übrig, die nun so angeordnet, oftmals beschnitten, werden müssten, dass sie dem Betrachter ein Bild der Landschaft geben konnten. – So ist also dieses Buch eigentlich nur ein Album».

UM COTEJO desprevenido das duas longas citações feitas acima, extraídas dos Prólogos de Wittgenstein para as suas duas obras maiores – uma que publicou em vida, outra que só foi publicada postumamente⁵ – pode induzir, muito rapidamente, “comparações”. Dir-se-ia, num registo tipicamente wittgensteiniano, que seríamos levados a recolher “semelhanças e dissemelhanças” notáveis nos dois excertos.

Na verdade, a nossa intenção é mais “anódina”, por um lado, e bastante mais provocadora, por outro. Quer dizer: foram escolhidos dois pedaços longos dos Prólogos do TLF e das IF, não para *evidenciar as diferenças* e extrair, logo à partida e quase tacitamente, algumas conclusões evidentes; mas para verificar algo que as próprias diferenças “mascaram”.

As diferenças textuais mascaram o tempo. Induzem o leitor desavisado no erro crasso de acreditar que um percurso vital tem uma tradução por escrito, como uma lápide ampliada e fragmentada apenas pela descontinuidade do tom do pensamento.

É correcto que comecemos por destacar a tónica das expressões utilizadas, num e noutro texto – mas também que resistamos à tentação de projectar um antagonismo auto-referencial, isto é, que vejamos as exposições sinópticas (apresentações escritas pelo próprio Wittgenstein) de duas obras separadas por mais de 30 anos (apenas) como *uma resposta negativa* ou um confronto de forças que, no limite, se poderia levar a cabo numa e noutra direcção.

É preciso que tenhamos clara noção de que os *escalonamentos* e diques pospostos no pensamento e obra de um autor são sempre um esforço posterior de interpretação que, no fundo, não pode coibir-se a “falsear” (em fórmulas adaptadas a determinados fins de leitura) o surgimento fáctico e ordenado por datas, sem valoração, dos textos ou do trabalho de alguém.⁶

⁵ As *Investigações Filosóficas* (*Philosophische Untersuchungen*) que doravante mencionaremos com a sigla abreviada do título da tradução portuguesa – IF – foram postumamente publicadas, em 1953, pelos herdeiros do Espólio [*Nachlass*] wittgensteiniano – Elisabeth Anscombe, Georg Henrik von Wright e Rush Rhees. O *Tractatus Logico-Philosophicus* foi publicado pela primeira vez, em alemão, em 1921, na Revista austríaca *Annalen der Naturphilosophie*, com o título alemão correspondente: *Logisch-Philosophische Abhandlung*. O título corrente da obra, uma sugestão de G. E. Moore, a partir de uma alusão ao *Tractatus Theologico-Politicus* de Espinosa, só surge na tradução subsequente para inglês, que data do ano seguinte, 1922 e que foi feita por Frank Ramsey. Daqui para a frente, abreviaremos a sua referência com a sigla que corresponde à tradução portuguesa – TLF.

⁶ Há algo que gostaríamos de assinalar, a este respeito. Sempre se nos afigurou muito mais interessante e frutífero, do ponto de vista das conclusões possíveis ou de afirmações que nunca percam de vista o conceito que Wittgenstein tem de si mesmo, esclarecer algumas questões “metodológicas”, que também são auto-referentes, como supostos básicos a apurar no início de uma investigação – o seu “ponto zero”, se quisermos –, como este que aqui se coloca, o de saber se há ruptura ou continuidade entre o Wittgenstein do TLF e o das IF, *desde dentro* das afirmações do autor, antes de perder o norte e o tempo na proliferação de teses secundárias, cada uma sustentada por pilares de leitura autónomos e pelo próprio ritmo de publicação do espólio wittgensteiniano e das obras de comentário epocalmente enquadradas. Dar-se-á, portanto, particular relevância àquilo que o próprio Wittgenstein diz de si mesmo, nas formas de comentar as suas “duas maneiras de pensar”, como lhes chamou. Para tal, apresentam-se as teses de alguns comentadores – sem deixar proliferar o seu número e remissões secundárias – e num segundo momento mostra-se a própria “via wittgensteiniana”, ou seja, os comentários, mais ou menos metodológicos, do próprio filósofo, a respeito da evolução da sua obra e do seu pensamento, em

Por isso, parecem tão artificiais e “estratégicas” as subdivisões feitas por alguns comentadores, que adoptam os seus próprios termos de leitura dos textos de Wittgenstein como se fossem balizas objectivas e evidentes para poder interpretar o pensamento do autor.

Christoffer Gefwert, no seu livro *Wittgenstein on Thought, Language and Philosophy* e não obstante o acerto de muitos pontos da sua leitura, aplica uma fórmula de classificação tão esquemática à obra de Wittgenstein, que é limitada e estanque.

Gefwert estabelece uma divisão temporal dos textos, um tanto arbitrária, mesmo se os termos dessa divisão têm um claro significado para o leitor atento e persistente da obra de Wittgenstein. Assim, fala Gefwert de um “primeiro Wittgenstein”, que cunha com a fórmula “pré-1929”; de um “Wittgenstein médio”, a que chama “pré-1937” e de um “último Wittgenstein” (“pós-1937”).

Mesmo sabendo que o ano 1929 é o de *Some Remarks on Logical Form*, do retorno a Cambridge e de *Lecture on Ethics* e que 1937 corresponde ao início de composição das IF, esta tripartição serve apenas os fins de leitura do próprio Gefwert, na medida em que este autor também classifica o período-charneira (“pré-1937”), como o tempo de maturação de uma nova perspectiva – que toma de uma forma muito descontinuista – e que intitula “participativa” ou “de participação”, por oposição à primeira perspectiva (do “primeiro Wittgenstein”), a que chamou “observadora”.

Com este pressuposto, escreve C. Gefwert:

«As formas de vida, entendidas como jogos de linguagem “participativos”, tal como são expostos nos textos “pós-1937”, diferem substancialmente do primeiro objecto da linguagem, transcendental (“metafísico”, baseado no ponto de vista do “observador”), nos textos de Wittgenstein anteriores a 1929. Nestes textos, a bipolaridade entre Linguagem e Mundo, baseada no ponto de vista do observador, era estática e a-histórica. [...] Podemos então estabelecer que o conceito de limite(s) da linguagem, pré-1929, é um genuíno princípio de “observação” de base transcendental. [...] enquanto o filósofo “pré-1929” é um metafísico (um genuíno filósofo transcendental), os textos “pós-1937” são desenvolvidos por um filósofo que quer traçar

fragmentos de “auto-análise” e crítica. Para esta finalidade, um texto que nos parece de grande utilidade, desde a perspectiva wittgensteiniana, são as *Vermischte Bemerkungen*, um conjunto de relatos de pensamento, de cunho bastante fragmentário, escritos entre os anos 1914 e 1951 (portanto, que acompanham todo o percurso filosófico de Wittgenstein) e traduzidos, de uma forma muito investida de interpretação, para português (e também para castelhano e francês) como *Cultura e Valor*.

análises conceptuais (no mais amplo sentido possível), sendo um participante dos jogos de linguagem correntes». ⁷

Há elementos muito estritos, quase inflexíveis, neste princípio de abordagem adoptado por Gefwert – que é “transversal”, ou seja, atravessa toda a leitura que faz do pensamento de Wittgenstein, neste e noutros comentários; mas que, por outro lado, também é muito incisivo neste ponto determinado e importante para a compreensão integral da sua leitura da obra de Wittgenstein, quer dizer, naquilo que diz respeito à separação entre, no fundo, três etapas diferentes e bem demarcadas da evolução do seu pensamento –, porque se insiste muito na uniformização de uma leitura *metodológica* da evolução das ideias filosóficas do autor.

Mas o último parágrafo que citámos deixa uma indicação importante de leitura que, mesmo à luz de cortes transversais pouco concessores nos textos de Wittgenstein, e chamando a atenção para o que Gefwert definiu como um ponto de vista “participativo”, enuncia a abertura a um espectro vasto de possibilidades para os jogos de linguagem correntes, dispostos para “análise conceptual”.

Parece, pois, que a “linha-limite” (transcendentalmente *assumida*) de correspondência integral Linguagem-Mundo, vai sofrer uma distorção de *profundidade* e de *particularização*, que não tem mais termo comum de redução lógica, nem aparato transcendental de suporte *a priori* («enquanto o filósofo “pré-1929” é um metafísico (um genuíno filósofo transcendental), os textos “pós-1937” são desenvolvidos por um filósofo que quer traçar *análises conceptuais* [...], sendo um participante dos jogos de linguagem correntes»). Parece que assistimos aqui à aposição de um hiato – no fundo, escavado pelos textos “pré-1937” – entre duas maneiras de abordagem aos mesmos problemas filosóficos, que não é transponível.

Isidoro Reguera elabora uma analogia curiosa, que supõe uma menção a termos do próprio Wittgenstein, a fim de conseguir, plasticamente, ilustrar também este trânsito:

«A filosofia de Wittgenstein passou do ideal lógico da linguagem à caixa de ferramentas para o concerto quotidiano que a prática supõe». ⁸

Outras vozes, mais “panorâmicas” também com respeito à defesa de uma tese a este respeito, desde um ponto de vista menos “separador” ou sectário, servirão de

⁷ In GEFWERT, C. *Wittgenstein on Thought, Language and Philosophy*, Avebury Series in Philosophy, 2000, p. 211. (A tradução é da nossa responsabilidade).

⁸ In REGUERA, Isidoro: *Ludwig Wittgenstein – un ensayo a su costa*; Madrid, EDAF Ensayo, 2002, p. 147.

bússola à nossa própria leitura das transposições formais dentro do pensamento do filósofo (e neste reduto de leituras está incluída a do próprio Reguera).

P.M.S.Hacker, por exemplo, escreve, em *Wittgenstein's Place in Twentieth-Century Analytic Philosophy*⁹:

«Estas duas obras-primas representam *Weltanschauungen* filosóficas que contrastam diametralmente, uma que se caracteriza por uma tendência por uma *Wesenchau* sublime (visão sublime do mundo), a outra por uma tranquila avaliação dos factos da linguagem».

E o autor de uma recensão a esta obra, António Marques, comenta a posição de Hacker, oferecendo assim a sua própria posição:

«Repare-se que Hacker valoriza muito mais os factores de descontinuidade do que os de continuidade na evolução de Wittgenstein e que a trajectória iniciada mais ou menos em 30 e continuada nas IF constitui propriamente um progresso filosófico no sentido de um abandono da forma ainda mítica de colocar e resolver muitos problemas da filosofia, quer por parte do anterior *Tractatus*, quer por parte dos grandes autores do atomismo lógico. [...] O Wittgenstein das IF desiste, pois, da análise lógica, tal como seria entendida por Frege, Russell ou por si mesmo no *Tractatus* e substitui essa prática por uma outra: *descrições do modo como usamos as palavras, de forma a esclarecer confusões filosóficas.*».¹⁰

Uma última tese, que gostaríamos de cotejar com as já assinaladas – as que sublinham mais claramente a perspectiva da *cisão* na tematização e formalização dos problemas filosóficos no trabalho de Wittgenstein, em dois ou em três momentos – é a de Gilles-Gaston Granger que, numa monografia sobre o filósofo, apresenta uma posição conciliadora, destacando nexos de continuidade pertinentes, mas sobretudo oferecendo um balanço do conjunto da obra como *complementar*.¹¹ Assim:

⁹ HACKER, P.M.S. *Wittgenstein's Place in Twentieth-Century Analytic Philosophy*, Oxford, Blackwell, 1996, p.98.

¹⁰ MARQUES, António, *Cadernos de Filosofia*, in “Recensões” (Recensão à obra de P.M.S.HACKER: *Wittgenstein's Place in Twentieth-Century Analytic Philosophy*, Oxford, Blackwell, 1996), publicação semestral do Instituto de Filosofia da Linguagem, n.º 2, Lisboa, Edições Colibri, 1997, p. 113.

¹¹ Nesta mesma linha de orientação na leitura do pensamento de Wittgenstein, partindo da *convergência* e não do desnível entre textos de épocas distintas, está a argumentação de REGUERA, que escreve em: *Ludwig Wittgenstein – un ensayo a su costa*; Madrid, EDAF Ensayo, 2002, p. 146, «A alternativa, sobretudo se é única, permanece dentro da dialéctica daquilo que alterna, porque os termos alternativos, como os contrários, não se entendem um sem o outro. [...] E, se é verdade que a Filosofia do “segundo” ou do “último” Wittgenstein, a dos anos trinta e quarenta, sobretudo a dos quarenta, não é igual à primeira, tão pouco pertence a uma galáxia distinta. Que começo há que não seja o começo de um fim? [...] Enquanto alternativa, a segunda filosofia de Wittgenstein está condicionada pela primeira, pela modalidade global de pensar de um ser humano e “apenas em contraste e sobre o pano de fundo” do que já descreveu antes se pode entendê-la. [...] Já não é a pureza da lógica transcendental a condicionar

«É tempo de voltar à questão deixada pendente, e cuja solução é postulada até aqui: há uma ou duas filosofias em Wittgenstein? Como conceber a relação entre o *Tractatus* e as *Investigações Filosóficas*? Uma simples leitura dos dois textos destaca com evidência diferenças tais que ficamos convencidos da existência de uma ruptura e de uma transformação radical, que justificaria a distinção entre uma primeira e uma segunda filosofia de Wittgenstein. [...] Eu penso, no entanto, que se trata de um erro de leitura. [...] E é a tese da unidade, entendida num determinado sentido, que eu gostaria de defender. Nesta perspectiva, a Filosofia do *Tractatus* será considerada como um sistema. [...] E não procuraremos aqui datar com precisão o momento em que se opera uma mutação no pensamento de Wittgenstein; diremos apenas que entre 1929 e 1933 a elaboração das dificuldades da filosofia do *Tractatus* conduz a um conjunto de soluções que constituem doravante, ao invés de um sistema, um método, um tipo de abordagem ou, se preferirmos, *um estilo*».¹²

A tese que gostaríamos de ver esboçada neste trabalho, a este respeito particular (sobre a cisão e/ou continuidade no pensamento de Wittgenstein), mas que tem implicações globais na totalidade do que pretendemos investigar, como genealogia de um problema no interior do pensamento do autor, parte desta *quebra* no regime das correspondências lógicas estritas (que só é intocável no TLF), “resgatadas”, mas sobretudo *reconstruídas* a partir do conceito de Gramática, a forma não-dogmática, mas *analiticamente eficaz*, de reaver a saúde perdida nos escombros das formas de discurso mal formuladas.

*

Sob a alçada destas considerações *periféricas* a uma questão que, no fundo, e num tom muito caro ao “último Wittgenstein”, também não se define por referência a um centro de gravitação assinalado¹³, mas acompanha as espirais lúdicas dos jogos de linguagem (portanto, “vai de periferia em periferia”), podemos reconstruir a sombra reflexiva que a sua última voz faz sobre a sua primeira voz.

tudo, mas a “profundidade” de uma Gramática enraizada na selva da praxis humana, que é o novo transcendental, na obscuridade dos condicionantes do mundo da vida.»

¹² In GRANGER, Gilles-Gaston. *Wittgenstein*, Paris, Éditions Seghers, 1969, pp. 16/17.

¹³ Um exemplo desta militância “anti-sistema” ou, talvez melhor, de um “não-encaixe” entre um corpo normativo para procedimentos e os próprios procedimentos, está em IF, § 176: «Gostaria de dizer que tive a vivência do “porque”, embora não haja um fenómeno ao qual eu queira chamar “vivência do porque”», In WITTGENSTEIN, Ludwig; IF; Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2002; trad. Port. de M.S. Lourenço, 3ª ed., §23, p. 303; «*Ich möchte sagen, ich hätte das « Weil » erlebt ; und doch will ich keine Erscheinung « Erlebnis des Weil » nennen*», In WITTGENSTEIN, Ludwig, *Philosophische Untersuchungen*, Werkausgabe, Band 1, Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1984, 332.

Num fragmento extraído do trabalho mais próximo da sua morte, em Abril de 1951, SC, Wittgenstein escreveu:

«Será que não estou cada vez mais perto de dizer que afinal a lógica não se deixa descrever? Tens que olhar para a praxis da linguagem e então ve-la-às». ¹⁴

A própria estrutura das convicções é *panorâmica* [*übersichtliche*]. Como também o é a visão retrospectiva que Wittgenstein tem do seu caminho de pensamento. Assim, e para além das mais citadas e recorrentes secções das IF, em que Wittgenstein comenta os erros estruturais do TLF (a começar pelo *Prólogo*), podemos assinalar referências autocríticas mais específicas. Em PG, por exemplo, escreve:

«A ideia de construir proposições elementares [...] repousa sobre uma concepção falsa da análise lógica. O problema desta análise não é que seja necessário encontrar uma *teoria* das proposições elementares [...] A minha concepção do *Tractatus Logico-Philosophicus* era falsa:

1) Porque eu não estava esclarecido sobre o sentido da expressão “uma proposição *oculta* um produto lógico” (e sobre outras coisas do mesmo género), 2) e porque eu também pensava que a análise lógica devia patentear as coisas escondidas». ¹⁵

Anotações deste tipo são frequentes e estão bastante disseminadas pelos registos aforísticos de Wittgenstein, desde uma época muito remota e mesmo próxima da publicação do TLF – como os próprios *Tagebücher*, dos anos da Primeira Guerra, cujas anotações de base serviram a composição daquela obra.

Há algum traço de uniformidade nelas: a *circunscrição* de um reduto de erros característicos, de rasteiras linguísticas típicas, em que o próprio caiu e que o conduziram a paradoxos também conhecidos e, no mesmo esforço denunciador, a supremacia de uma aposta pelo seu esclarecimento devido (a sua correcção gramatical) e pela cura (por erradicação sintomática) dos efeitos indesejados que esse reduto de erros tem no pensamento e na sua subsequente expressão desajustada.

¹⁴ In WITTGENSTEIN, Ludwig, SC. Suhrkamp, Taschenbuch Wissenschaft 508, Werkausgabe Band 8, Frankfurt am Main, 1984, 220: « *Komme ich nicht immer mehr und mehr dahin zu sagen, dass die Logik sich am Schluss nicht beschreiben lasse? Du musst die Praxis der Sprache ansehen, dann siehst du sie* ». (Tradução nossa).

¹⁵ In WITTGENSTEIN, Ludwig, PG. Suhrkamp, Taschenbuch Wissenschaft 5, Frankfurt am Main, 1978, 210: « *Die Idee, Elementarsätze zu konstruieren [...], beruht auf einer falschen Auffassung der logischen Analyse. Das Problem dieser Analyse ist nicht: es sei eine Theorie der Elementarsätze zu finden [...]. Meine Auffassung in der Logisch-philosophischen Abhandlung war falsch: 1) weil ich mir über den Sinn der Worte “in einem Satz ist ein logisches Produkt versteckt” (und ähnlicher) nicht klar war, 2) weil auch ich dachte, die logische Analyse müsse verborgene Dinge an den Tag bringen* ».

Esta é, no fundo, a metodologia crítico-filosofica do autor que, enquanto tal e de uma forma despretensiosa, é transversal à sua obra e ao tempo da sua vida.

E é neste ponto, relacionado com aquilo a que chamámos *Método*, que a recorrência do conceito de GRAMÁTICA e o apuramento da sua “definição” (também ela metodológica), como ferramenta de aplicação discursiva, desde os textos do chamado período médio (entre os quais se conta o supracitado PG, de 1931-34) até às IF, ganha estatuto de pedra de toque – é o elemento que “esquematiza” a primeira forma de pensar de Wittgenstein e a segunda. Se há, não uma “maneira de pensar” intermédia, mas apenas “um termo médio” que dá a um pensamento complexo as traves de sustentação do seu crescimento, esse é o “termo-instrumento” da Gramática.

O filósofo remata amiúde os seus raciocínios particulares com anotações sobre o “carácter gramatical” das suas investigações, o que significa, de acordo com balizamentos conceptuais que o próprio Wittgenstein estipulou¹⁶, que não podemos projectar nelas um tom explicativo, mas *descritivo* – daquilo que constitui e conecta os nossos conceitos e os seus cânones (*regras*) de utilização em jogos de linguagem determinados.

A conceptualização e o emprego do termo “Gramática”, ultimado por Wittgenstein até às IF, termina por ter uma ordem intencional que se pode traçar paralelamente à da expressão “Jogo de Linguagem”, sendo que o primeiro funciona e está para ser aplicado à segunda como “instrumento de avaliação” ou “instrumento de correcção” dos nexos linguísticos e sintácticos, inerentes ao próprio Jogo de Linguagem. A sua relação é algo afim à de um instrumento de medida ou escala de disposição de informação com aquilo (o objecto, os dados, o conteúdo) que é medido ou disposto determinadamente.

Assim, o conceito de Gramática é chamado para fins filosóficos de clarificação dos usos linguísticos. Podemos reconhecer-lhe uma “função positiva”, na medida em que permite evidenciar, para cada jogo de linguagem situado, as condições, regras e correcção da conjugação sintáctica e semântica que o compõe. A sua contrapartida “negativa”, diríamos, é que só tem valor gramatical o que relacionamos com o jogo de linguagem.

Por fim, a noção de Gramática está manifestamente relacionada, desde PG, com os fins *terapêuticos* da análise da linguagem. Neste aspecto, os problemas linguísticos abordados por Wittgenstein e na medida em que têm implicações

¹⁶ Por exemplo em PG, Suhrkamp Taschenbuch Wissenschaft 5, Frankfurt am Main, 1978, p. 13: « Das, was uns am Zeichen interessiert, ist das, was in der Grammatik des Zeichens niedergelegt ist ». (« Aquilo que nos interessa no signo é o que contém a sua gramática »).

filosóficas directas – como blocos de opacidade no pensamento – são enquadráveis com uma “estratégia de dissolução”.

Quer dizer, o facto de Wittgenstein se ater com seriedade e até com obstinação aos ditos “problemas filosóficos”, não denota da sua parte um verdadeiro reconhecimento do seu estatuto, como expressão de questões históricas essenciais, mas antes um “voto de transitoriedade”, findo o qual (finda a *análise das quais*) devem “dissolver-se como um torrão de açúcar em água”¹⁷.

Na medida em que o grande trunfo do filósofo, daquele que já é um “terapeuta da expressão”, é “parar de filosofar quando quer”¹⁸, a longevidade de determinadas questões filosóficas (*nós* do entendimento mais difíceis de desatar), que o próprio Wittgenstein também enfrentou, não contradiz em nada a concepção de Filosofia por si assumida - um instrumento de análise, uma terapia espiritual, uma ferramenta (como veremos detalhadamente mais à frente neste trabalho).

Se a “irritação mental” se prolonga excessivamente e se os “problemas da vida não se resolvem à superfície”, isto só diz algo sobre os próprios problemas filosóficos: que estes, enquanto problemas de (má) formulação discursiva e com possibilidades intrínsecas de (di)solução linguística, traduzem, eles mesmos, doenças que estão ligadas às formas de vida e a um tipo de “confinamento” no entendimento semântico de uma palavra ou de uma expressão - mesmo se ampliado pela complexidade estrutural do jogo de linguagem - a que as próprias formas de vida também induzem.

Cada jogo de linguagem é como “uma moldura”. Ver o quadro por fora, como “espectador”, é ter visão panorâmica [*übersichtliche Darstellung*]. Nesta posição, diríamos, “externa” – uma perspectiva afim ao TLF e às IF, transversal –, o filósofo, armado do escudo da perspectiva panorâmica e do instrumento da análise gramatical pode descrever e “limpar” os problemas que são “maus hábitos mentais”, distorções que vêm até à expressão; mas não tem poder de *intervir* nos modos de vida que, directamente, lhe estão associados.

O limite da própria investigação filosófica é a descrição e o reflexo fidedigno do que se passa:

«Uma proposição em si, não é provável nem improvável. Um acontecimento dá-se ou não se dá: não há meio-termo». (TLF, 5.153)¹⁹.

¹⁷ In WITTGENSTEIN, Ludwig, *Philosophical Occasions 1912-1951*. Edited by James Klagge and A. Nordmann, Hackett Publishing Company, Indianapolis & Cambridge, 1993, Ph., p. 182, § 89: «*Die Probleme werden im eigentlichen Sinne aufgelöst – wie ein Stück Zucker im Wasser*».

¹⁸ IF, § 133.

¹⁹ In WITTGENSTEIN, Ludwig. TLF. Werkausgabe Band 1, Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1984, 49: «*Ein Satz ist an sich weder wahrscheinlich noch unwahrscheinlich. Ein Ereignis trifft ein, oder es trifft nicht ein, ein Mittelding gibt es nicht*».

«A Filosofia, de facto, apenas apresenta as coisas e nada esclarece nem nada aduz. – E uma vez que tudo está à vista, também nada há a esclarecer. Porque aquilo que está talvez oculto, não nos interessa. Poder-se-ia também chamar Filosofia a tudo o que é possível *antes* de todas as novas descobertas e invenções». (IF, § 126).²⁰

Os problemas da Filosofia foram considerados por Wittgenstein – o único Ludwig Wittgenstein que escreveu sobre os problemas da Filosofia – como *contingências* na disposição gramatical dos dados proposicionais ou como *hipérboles* expressivas; e a perenidade de alguns desses assaltos tormentosos não significa, do seu ponto de vista, um aviso de essencialismo constitutivo de algo – apenas a persistência da gravidade de uma doença que a Filosofia, por si só, com os seus meios, talvez nunca fosse capaz de curar. E falamos aqui de uma “filosofia” entendida à sua maneira, enquanto reduto instrumental de que definiu as capacidades e os limites, aos quais cingiu as possibilidades de sentido (um sentido também instrumental).

Podemos experimentar algumas dificuldades em restringir a “facticidade” de todos os problemas filosóficos a doenças, com uma dada sintomatologia linguística e um enraizamento, à vez, na *linguagem* a numa *forma de vida* determinada. Como proceder, então, com aqueles “problemas-tipo”, que apresentam esta mesma sintomatologia, mas que dizem tematicamente respeito à própria constituição da linguagem? Também eles são esclarecidos pela análise gramatical? Ou, para estes casos, a teoria pictórica do TLF teria a última palavra?

Como Wittgenstein *sempre* negou a existência de uma linguagem de segunda ordem ou de uma metalinguagem – isto é, uma linguagem de maior amplitude que a linguagem ou formas de linguagem a analisar, com o auxílio de cuja expansão lógico-sintática o sentido da primeira pudesse ser aferido e as respectivas formulações paradoxais ou construções problemáticas serem banidas da linguagem analisada – e *escreveu as IF*, parece que teremos que responder negativamente a (mais) esta pseudo-questão.

Se acentuarmos um pouco mais a sua própria metáfora da maquete ou planta lógica²¹, à luz da qual também pensou a teoria pictórica ou representacional do TLF e

²⁰ In WITTGENSTEIN, Ludwig, IF. Werkausgabe, Band 1, Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1984, 303: «Die Philosophie stellt eben alles bloss hin, und erklärt und folgert nichts. – Da alles offen daliegt, ist auch nichts zu erklären. Denn, was etwa verborgen ist, interessiert uns nicht. “Philosophie” könnte man auch das nennen, was vor allen neuen Entdeckungen und Erfindungen möglich ist».

²¹ Em F, aparece essa metáfora do mapeamento de uma cidade, como uma analogia com o mapeamento do próprio pensamento e ainda fica apontado o seu rumo no pensamento de Wittgenstein: «121. Es wäre doch sehr wohl denkbar, dass Einer sich genau in einer Stadt auskennt, d.h., von jedem Ort der Stadt zu

a moldarmos à evolução da sua primeira forma de pensar, poderemos, plasticamente, “panoramicamente”, olhar (descrever, fotografar) a morfologia do seu pensamento e da sua obra, assim:

- No TLF, Wittgenstein dispôs as infra-estruturas e a sinalização de uma cidade fantasma, que não povoou;

- Com as IF, teve o trabalho – desencantado, adulto – de a “encher de gente” e de “dar um uso prático” às infra-estruturas (lógicas) que antes dispusera, porque entre um momento e outro, deu-se talvez conta que, se não rentabilizasse, *pelo uso*, o investimento infra-estrutural do TLF, ele enferrujava.

Ao mesmo tempo, talvez tenha querido, com as IF, “testar a qualidade do equipamento” – ou, como diz no Prólogo a estas, “sossegar a sua vaidade”.

jedem andern mit Sicherheit den kürzesten Weg fände, – und dennoch ganz ausser Stande wäre, einen Plan der Stadt zu zeichnen. Dass er, sobald er es versucht, nur gänzlich Falsches hervorbringt.»

Ou seja, «É perfeitamente pensável que alguém saiba deslocar-se com precisão numa cidade, isto é, que, com segurança, encontre o caminho mais curto de um lugar para outro – e, no entanto, seja incompetente para desenhar *um mapa* da cidade. Que, logo que o tente, esboce apenas algo de *completamente falso*»; In WITTGENSTEIN, Ludwig. *Zettel*, Herausgegeben von G.E.M. Anscombe und G.H. von Wright, Frankfurt am Main, Suhrkamp Verlag, Werkausgabe Band 5, 1970, 313.

CAPÍTULO 2:

A FUNÇÃO ANALÍTICA DA GRAMÁTICA

§ 2. NO PRINCÍPIO ERA A GRAMÁTICA

«Aquilo que pertence à *gramática* são todas as condições da comparação da proposição com a realidade, quer dizer, todas as condições que *determinam o sentido* da proposição»²².

«Façamos a pergunta: porque é que temos a sensação que uma piada de gramática é profunda? (E é esta, de facto, a profundidade filosófica).²³»

LUDWIG WITTGENSTEIN, IF.

No que respeita a um suposto esforço de cisões conceptuais – “apurar” o sentido de um termo, enquadrá-lo no âmbito semântico da sua extensão –, Wittgenstein gosta de jogos de espelhos. E não pelo equívoco que assim se dispõe ao pensamento; mas pela margem determinada de verificação do desajuste entre formulações proposicionais que são indevidamente transpostas para âmbitos semânticos ou mesmo epistemológicos a que não pertencem - proposições a que Wittgenstein chama *non-sense*.

Uma das mais conseguidas resoluções do TLF, para a estruturação da sua “autofágica” teoria da linguagem, era o esclarecimento de que, ainda que existissem diferentes notações simbólicas como códigos linguísticos, não era possível considerar a existência efectiva de diferentes linguagens. Isto porque, ao abrigo da teoria pictórica enunciada na obra, a hipótese de multiplicar (ou fragmentar) a linguagem em diferentes sub-sistemas, equivaleria a anular o seu modo de funcionamento como *Abbildung*, ou seja, como “representação” fidedigna dos objectos do mundo numa linguagem logicamente analisada, que existe para descrever factos, representando-os em proposições elementares que são funções das moleculares.

Por certo, nas IF, esta militância de imposição de um monismo estrutural àquilo que se pode entender como a Linguagem, é denunciada como mais um tipo de

²² In WITTGENSTEIN, Ludwig. PG. Suhrkamp Taschenbuch Wissenschaft 5, Frankfurt am Main, 1978. (Os sublinhados da citação são nossos): «*Zur Grammatik gehören alle Bedingungen des Vergleichs des Satzes mit der Wirklichkeit, d.h., alle Bedingungen des Sinnes*». Ed. Cit., 13.

²³ In WITTGENSTEIN, Ludwig, IF. Suhrkamp, Werkausgabe, Band 1, Frankfurt am Main, 1984, 299: «*Fragen wir uns: Warum empfinden wir einen grammatischen Witz als tief? (Und das ist ja die philosophische Tiefe)*».

superstição filosófica, bastante característica daquilo a que Wittgenstein chamava “uma dieta unilateral” – de um único tipo de exemplos.

Assim, em IF, §23:

«Mas quantas espécies de proposições há? [...] Há um número *incontável* de espécies [...]. E esta multiplicidade não é nada de fixo, dado de uma vez por todas; mas antes novos tipos de linguagem, novos jogos de linguagem, como poderíamos dizer, surgem e outros envelhecem e são esquecidos [...] É interessante comparar a multiplicidade das ferramentas da linguagem e dos seus modos de aplicação, a multiplicidade das espécies verbais e proposicionais com o que os lógicos têm dito acerca da estrutura da linguagem (e também o autor do *Tractatus Logico-Philosophicus*)».²⁴

Não é mais de um objecto de análise estritamente tematizável, como a “linguagem em si”, que tratam as IF. Pelo contrário, nesta obra trata-se de averiguar como é que as coisas “efectivamente se passam”, aquando da *utilização* do próprio instrumento linguístico.

É àquilo que Wittgenstein designa com o termo “Gramática”, de uma forma muito peculiar e investida (e que esclareceremos no seguimento deste texto), que cabe *reflectir* a essência do mundo, o seu complexo estrutural, as suas propriedades formais e internas e as conexões entre estas, patenteadas num esquema descritivo.

Esta característica “especular” – mas por verificação dos ajustes funcionais das expressões num jogo de linguagem e não por *colagem* de correspondências lógicas entre objectos e nomes, factos e estados de coisas –, também tem a vantagem de permitir destacar, a partir dos nexos proposicionais autorizados pela própria Gramática, aquilo que faz sentido na linguagem (porque esta tem uma efectiva correspondência com a realidade) daquilo que deve ser retirado de circulação do discurso por ser mero *non-sense*. Este exercício comparativo permite ainda distinguir frases *non-sense* de *falsehood*, ou seja, distinguir aquelas que são destituídas de condições de verdade, ou seja, que não podem ser atestadas como “verdadeiras” ou “falsas”, mas apenas como “sem-sentido”, combinações de palavras ou expressões

²⁴ In WITTGENSTEIN, Ludwig. IF. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2002; trad. Port. de M.S. Lourenço, 3ª ed., §23, p. 190.

«Wieviele Arten der Sätze gibt es aber? [...] Es gibt unzählige solcher Arten [...]. Und diese Mannigfaltigkeit ist nichts Festes, ein für allemal Gegebenes; sondern neue Typen der Sprache, neue Sprachspiele, wie wir sagen können, entstehen und andre veralten und werden vergessen. [...] Es ist interessant, die Mannigfaltigkeit der Werkzeuge der Sprache und ihrer Verwendungsweisen, die Mannigfaltigkeit der Wort und Satzarten, mit dem zu vergleichen, was Logiker über den Bau der Sprache gesagt haben. (Und auch der Verfasser der Logisch-Philosophischen Abhandlung)». In WITTGENSTEIN, Ludwig, *Philosophische Untersuchungen*, Werkausgabe, Band 1, Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1984, 250.

não autorizadas pela gramática dessas outras frases que são meramente *falsas*, por que não correspondem a um estado de coisas verdadeiro na realidade.

Estas propriedades estruturais apenas se deixam “esclarecer” (isto é, decompor analiticamente), através de “proposições gramaticais”, elas mesmas desprovidas de conteúdo – uma vez que não existe a possibilidade de um contraste *denotativo* expresso no particular, apenas factível se as normas gramaticais o impusessem (ou incluíssem) na nossa descrição do mundo; o que não se verifica.

Os enunciados gramaticais, como uma espécie de “imperativos metodológicos” ou leis gerais descritivas do funcionamento interno da própria linguagem e do pensamento, o que fazem é indicar-nos combinações de factos que espelham o arranjo dos estados de coisas no mundo, determinando (separando) o que *tem sentido dizer-se* e o que *não tem sentido dizer-se*, de acordo com padrões de sentido que configuram cada situação de jogo ou de encadeamento estruturado de elementos linguísticos.

O arbítrio das regras gramaticais é, pois, projectado na própria “lógica da nossa linguagem”, e não tem outra forma de verificação para além desse ajuste.²⁵ E este tipo de verificação, ao abrigo de critérios também gramaticais, que apresenta traços formais afins ao modelo pictórico da Linguagem exposto no TLF, sofreu uma evolução adaptativa, não apenas conceptual, mas *estruturalmente*. Quer dizer, não foi apenas o léxico que se alterou (de uma obra para outra, de uma “forma de pensar” para outra) – como uma nova grelha de expressões para significar o mesmo –, mas são as *traves formais*, que continuam a permitir estabelecer o paralelismo necessário (vital) entre a linguagem e o mundo, sem se correr o risco de enclausurar a primeira na configuração de um “solipsismo” anti-referencial, que são reestruturadas, mesmo que a partir de pilares comuns, de nexos recuperados.

Uma das marcas de continuidade entre o que por vezes (de uma forma discutível e falsamente inquebrantável, como já discutimos no ponto anterior) se chama um “primeiro” e um “segundo” Wittgenstein, é o descartar a existência de uma metalinguagem, em que pudesse (nos termos da sua segunda maneira de pensar) ter-se em conta, separadamente, a Gramática, por um lado, e o seu “objecto”, por outro.

Numa metalinguagem poder-se-iam confrontar as imposições gramaticais com as necessidades extra-linguísticas autónomas; poder-se-iam, por fim, avaliar os

²⁵ É muito interessante observar a este respeito como Wittgenstein, dentro do âmbito de determinação do papel da própria Gramática, isenta esta de dever prestar qualquer tipo de contas à realidade, ou seja, o âmbito onde se dão os nexos de verificação é o da Linguagem e a autonomia desta está estreitamente correlacionada com a autonomia da Gramática. Como esta é o instrumento de síntese, o esquema intermédio que dá as condições de verdade de toda e qualquer proposição, remeter o seu funcionamento corrente para uma “instância de última ordem” – mesmo que fosse a própria realidade – induziria a sua autonomia numa nova espiral de justificações parcelares, com remissões sem fim. A descrição da autonomia da tarefa gramatical será aduzida mais adiante neste trabalho.

“efeitos da linguagem”, a partir de um mero “código supra-linguístico”, uma notação inócua, que avaliasse as relações de correspondência Linguagem-Mundo, sem estar, por sua vez, implicada em nenhum dos dois membros (ou, numa outra forma de significar a mesma “meta-função”, recolhendo elementos e traços definitórios de ambos).

Neste aspecto, portanto, as IF permanecem fiéis a uma das teses axiais do TLF, a saber, a da inconvertibilidade da forma lógica da proposição (na terminologia do TLF) ou da estrutura gramatical (na terminologia ulterior); a lógica imanente do mundo é algo que se *manifesta* na utilização da linguagem, mas que não pode, de forma alguma, ser *descrita* nela.

O TLF já fornecia elementos importantes para esboçar uma compreensão mais próxima da *praxis* da linguagem, mesmo se a sua tese expressa era a de que a linguagem apenas mostra aquilo que não pode descrever de/sobre si mesma, de uma forma não misteriosa, mas plenamente justificada pela forma lógica e verificada pelo seu emprego. Por exemplo, em 3.327, escreve Wittgenstein:

«O sinal [*Zeichen*] só determina uma forma lógica se considerado em conjunto com a sua aplicação [*Verwendung*] lógico-sintática». ²⁶

[Os termos utilizados por Wittgenstein, em torno à ideia de “Utilização”, no TLF como nas IF são: “*Anwendung*” (emprego), “*Gebrauch*” (uso), “*Verwendung*” (aplicação)].

Porém, parece importante, num esforço de “resgate” terminológico que não implique directamente a noção de Gramática, não isolar a concepção “representacional” ou pictórica da linguagem do TLF de outra, praxica, “utilitarista”, conforme às IF, dado que a distância entre ambas está mais próxima do “ar de família” [*Familienähnlichkeit*] com que o autor descreve as afinidades entre os próprios jogos de linguagem do que, propriamente, de um fosso inultrapassável de concepção.

Ao defender que a linguagem apenas pode “mostrar” algumas coisas (as que não pode descrever), Wittgenstein apela, já no TLF, a uma ideia bastante simples – uma trave mestra de compreensão da própria linguagem, entendida como “código” ou como “jogo” –, a saber: que *o sentido linguístico é algo a que não podemos aceder através de meios linguísticos*. E este é, justamente, o entendimento formal da noção de Gramática exposta nas IF, mesmo quando o termo é aí utilizado muito limitadamente. Nas IF, esta ideia é assim representada:

²⁶ In WITTGENSTEIN, Ludwig. TLF. Lisboa, Edições da Fundação Calouste Gulbenkian, 2002, p. 48.

«*Das Zeichen bestimmt erst mit seiner logisch-syntaktischen Verwendung zusammen eine logische Form*», Ed. Cit., 23.

«O facto de nas minhas explicações acerca da linguagem já ter que usar toda a linguagem (e não uma linguagem preparatória, preliminar), já mostra que eu só do exterior posso argumentar acerca da linguagem». ²⁷

O conceito de Gramática, forjado a partir dos anos 30, não inviabiliza (e, por isso, no fundo, *reforça*) a oposição do TLF entre *dizer* e *mostrar*, agora apenas indiciada desde a convicção, marcada pelo autor, quanto à irredutibilidade dos estatutos semânticos de regras e proposições. As relações semânticas têm, pois, um ponto de contacto com o fosso de significação antes marcado entre dizer/mostrar, e que nas IF se marca entre as *regras* da Gramática e as *proposições* efectivas. Assim, numa leitura de perspectiva, que atende à própria vontade do autor de ver as suas duas formas de pensar confrontadas uma com a outra, podemos aproximar as divergências diádicas *dizer/mostrar – proposições/regras* ²⁸).

*

Como chegou, então, Wittgenstein a esta noção nova e original de Gramática, em torno à qual se pode conjuntar toda a sua “segunda Filosofia”, ou “segunda maneira de pensar”? P.M.S Hacker, no livro *Insight and Illusion* sublinha a afinidade que a noção de Gramática tem, no pensamento de Wittgenstein, com a ideia de uma dada forma de representação. A associação de Hacker ramifica-se imediatamente:

«Tal como o termo “Lógica”, que podemos utilizar com o sentido da ciência das estruturas lógicas e as estruturas estudadas por essa ciência, também o termo “gramática” é utilizado por Wittgenstein para se referir ao estudo e descrição das regras da linguagem [...] bem como à rede dessas mesmas regras. Utilizando o termo no primeiro sentido, diz que a filosofia é uma investigação gramatical (PI, §90); anotações

²⁷ IF, §120, p. 260 (ed.cit.).

«Dass ich bei meinen Erklärungen, die Sprache betreffend, schon die volle Sprache (nicht etwa eine vorbereitende, vorläufige) anwenden muss, zeigt schon, dass ich nur Äusserliches über die Sprache vorbringen kann», ed. Cit, 301.

²⁸ «O facto fundamental é este: nós estipulamos regras, uma técnica, para um jogo e depois, ao seguirmos as regras, as coisas não se passam como tínhamos suposto. Estamos como que presos nas nossas próprias regras. É esta prisão nas nossas regras que queremos compreender, isto é, ter dela uma visão panorâmica». IF, §125, p. 262 (ed.cit., tradução portuguesa).

«Die fundamentale Tatsache ist hier: dass wir Regeln, eine Technik, für ein Spiel festlegen, und dass es dann, wenn wir den Regeln folgen, nicht so geht, wie wir angenommen hatten. Dass wir uns also gleichsam in unsern eigenen Regeln verfangen. Dieses Verfangen in unsern Regeln ist, was wir verstehen, d.h., übersehen wollen», ed. Cit., 303.

referentes a relações conceptuais são chamadas notas gramaticais (PI, §232) [...]; problemas lógicos são contrastados com problemas empíricos, e assimilados a problemas gramaticais (Z, § 590). A Gramática, assim definida, diz Wittgenstein, é um compêndio de notas sobre a linguagem (PG, §44), contendo as regras da linguagem e descrevendo o uso das palavras (PG, §23)». ²⁹

A partir desta e de outras leituras complementares, podemos aduzir que a noção funcional de Gramática deriva amplamente da noção de *sintaxe lógica* e da própria ideia de *símbolo*, ambas oferecidas pelo TLF. O *símbolo* designava, naquele livro, aquilo que, por contraste com o *signo*, era a regra de uso deste.

Porém, apesar da afinidade “familiar”, entre Sintaxe e Gramática, a segunda tem um campo de aplicação bem mais amplo e claro – enquanto definição conceptual e enquanto função – do que a primeira.

Assim, a Gramática é, ao mesmo tempo, o *conjunto de regras* que governa a utilização efectiva de uma expressão ou agregado proposicional e a *forma concreta* como esta é utilizada. Pode observar-se na praxis linguística e é, ao mesmo tempo, aquilo a que o filósofo que analisa a expressão dessa praxis deve ater-se para obter aquilo a que Wittgenstein chama a “representação panorâmica” [*übersichtliche Darstellung*] da nossa linguagem no seu funcionar adequado.

Deste modo, o “Phármakon” apropriado – que evita a dieta unilateral a que já aludimos – para a cura da “doença filosófica”, enquanto perturbação do intelecto pela não verificação do emprego ajustado da linguagem, consiste em *dispor os factos*, dados no uso linguístico ao abrigo de regras, segundo um mapeamento apropriado, que expõe aos nossos olhos, sob a forma de um “encaixe não problemático”, a gramática dos nossos usos linguísticos.

Assim, em IF, §122, é dito:

«Uma das formas principais de incompreensão reside no facto de não termos uma visão panorâmica do uso das nossas palavras. A nossa gramática não se deixa ver panoramicamente. – A representação panorâmica facilita a compreensão, que consiste, de facto, em “vermos as conexões”. Daí a importância de se encontrar e inventar *termos intermédios*. O conceito de representação panorâmica tem para nós um significado fundamental. Designa a nossa forma de representação, a maneira como vemos as coisas». ³⁰

²⁹ In HACKER, P.M.S. *Insight and Illusion – Wittgenstein on Philosophy and the Metaphysics of Experience*. Oxford University Press, 1972, p. 151 (A tradução é da nossa responsabilidade).

³⁰ «Es ist eine Hauptquelle unseres Unverständnisses, dass wir den Gebrauch unserer Wörter nicht übersehen. – Unserer Grammatik fehlt es an Übersichtlichkeit. – Die übersichtliche Darstellung vermittelt das Verständnis, welches eben darin besteht, dass wir die “Zusammenhänge sehen”. Daher die

A Gramática é a forma de esclarecimento constitutivo que, permitindo levantar o nevoeiro da confusão filosófica (uma forma errada, porque não analisada, das expressões), põe a nu a descrição dos factos, a partir de uma “grelha de consulta” quanto à correcção dos seus encaixes sintácticos.

E esse prisma de observação é, simultaneamente, exterior e interior. *Exterior* porque se permite ser a chave de verificação (“desde fora”, à margem da experiência, como uma ressalva kantiana) dos enunciados; e *interior*, porque só pode ter esse estatuto de verificação externa, na medida em que se reflecte, constituindo-a, na própria disposição proposicional específica, a partir de estruturas subjectivas. Talvez seja este o laivo mais filosófico da noção trabalhada, uma vez que estipula uma espécie de arbítrio em que, como na Filosofia, em palavras do autor, “só é devolvido aquilo que cada um lhe verifica”.

Antes de estabelecer a noção de Gramática e definir o seu emprego, ao longo das IF, Wittgenstein esboça um leque intermédio (evolutivo), em relação ao núcleo conceptual do TLF, criticando este pelo seu hermetismo e limitação formal e comparando agora a linguagem a um cálculo (uma operação) ou um jogo amplo que, ainda assim, obedece a um corpo de regras (este trabalho cobre aproximadamente os primeiros 130 parágrafos das IF).

Neste trâmite, a ideia de Jogo implode as barreiras estanques que circunscreviam o atomismo lógico do TLF. A realidade deixa de poder ser representada descritivamente através de proposições isoladas, atómicas – de uma forma *completa* –, passando a ser implicada por sistemas inteiros, de uma complexidade não fragmentável, como, por exemplo, uma escala de cores.

Christiane Chauviré, no seu livro sobre Wittgenstein³¹, refere que foram, justamente, as suas reflexões sobre a “gramática das cores”, que conduziram Wittgenstein a cunhar, de forma mais ampla, a noção de Gramática. Doravante, e muito especialmente no decurso de elaboração das IF, Wittgenstein recorrerá cada vez menos às noções introduzidas (como preparatórias) nesse período intermédio (os anos 20 e o início dos anos 30), em que a sua própria “visão panorâmica” está a mudar, como as de “sistema de regras” ou “cálculo linguístico”, para reforçar as de “gramática” e “jogo de linguagem”.

A trave mestra de aferição do sentido de qualquer proposição já não é a irreduzibilidade dos objectos simples do TLF, mas são as regras da própria Gramática.

Wichtigkeit des Findens und des Erfindens von Zwischengliedern. Der Begriff der übersichtlichen Darstellung ist für uns von grundlegender Bedeutung. Er bezeichnet unsere Darstellungsform, die Art, wie wir die Dinge sehen», ed. Cit. 302.

³¹ In CHAUVIRE, C.: *Ludwig Wittgenstein*, Éditions du Seuil, 1989.

A essência de uma regra gramatical é que determina *o que é um facto, como se combinam os factos* (ao abrigo de um corpo normativo de regulamentação dos encaixes predicativos possíveis) para criar frases com sentido – que descrevam estados de coisas - ao mesmo tempo que *mostra* a forma que a regra toma numa qualquer descrição.

A Gramática não é, pois, determinada por nenhuma porção da realidade, mas é autónoma e mesmo imune a qualquer trâmite da realidade. A sua função é normativa e reguladora do uso [*Gebrauch*] justo das palavras em contextos dados; é, pois, um instrumento de “verificabilidade” que autoriza remissões meramente intra-discursivas.

Em *Philosophische Bemerkungen*, Wittgenstein escreve:

«A Gramática não tem nenhuma obrigação para com a realidade. As regras gramaticais determinam a significação que ainda não o é (elas é que a constituem) e não são, de facto, responsáveis por nenhuma significação, sendo nessa medida, arbitrárias». ³²

Porém, só se pode falar de factos ou de experiência em virtude das próprias regras da Gramática. Estas não estão vinculadas (sob a forma de um recurso de verificação) à realidade, como as proposições empíricas o estão, quanto às suas condições de verdade e, portanto, à sua significação. Como “modelo” ou “paradigma” formal, as regras da gramática são, elas mesmas, as suas próprias condições de significação e de uso, que não têm, para si, as mesmas condições de determinação do sentido que conferem a qualquer proposição. Este trânsito não é reversível, porque é *desproporcional*.

Dito de outra forma: as regras da gramática não são proposições comuns, empiricamente testáveis, no confronto com a realidade. O papel que lhes cabe é, sim, o de estipular, *ab initio*, e à margem da experiência (*a priori*), aquilo que tem sentido e aquilo que não tem. E, a partir desse controlo prévio, as expressões *non-sense* são simplesmente retiradas de circulação.

«Só podemos escapar à injustiça ou ao vazio das nossas asserções se apresentar-mos o modelo como aquilo que é, como objecto de comparação – como, por assim dizer, um padrão de medida, e não como um preconceito ao qual a realidade *tem* que corresponder. (O dogmatismo em que se cai tão facilmente em Filosofia)». ³³

³² Apud, CHAUVIRE, C.: op.cit., p. 137.

³³ IF, §131, «Nur so nämlich können wir der Ungerechtigkeit, oder Leere unserer Behauptung entgehen, indem wir das Vorbild als das, was es ist, als Vergleichsobjekt – sozusagen als Massstab – hinstellen; und nicht als Vorurteil, dem die Wirklichkeit entsprechen müsse. (Der Dogmatismus, in den wir beim Philosophieren so leicht verfallen)», ed. Cit., 304.

Como actividade de clarificação, a própria Filosofia deverá ter por objecto a Gramática – falar aqui de “objecto” não significa uma ligação intencional exclusiva, direccionada, como “objecto de estudo” ou um “objecto da consciência”, mas antes um apoio metodológico constante, que é um apoio *objectivo* ao próprio exercício filosófico.

A operatividade das duas noções deve dispor mais claramente uma visão (panorâmica) da gramática da nossa linguagem, sem, com isso, tentar reformar a linguagem corrente – sem obrigar esta a reger-se por um padrão lógico ideal (irreal), intuito que o TLF ainda manifestava, muito embora nunca propusesse, como o faziam os trabalhos de Frege e de Russell, uma substituição da linguagem corrente por um *Begriffsschrift*, uma linguagem conceptual totalmente analisada.

De acordo com as IF, a própria Filosofia deverá deixar as regras da linguagem tal como estão (porque é a própria Gramática que as determina e a gramática está em ordem, na medida em que a estipulação das suas regras é arbitrária), não deve querer modificar a sua gramática, nem introduzir movimentos, quer de incitamento, quer de impedimento, à introdução de novas regras. Se, ainda assim,

«[...] a clareza a que aspiramos é, no entanto, uma clareza *perfeita*. Mas isto apenas significa que os problemas filosóficos devem *perfeitamente* desaparecer. A descoberta autêntica é aquela que me torna capaz de terminar o trabalho filosófico quando eu quero, de por a Filosofia em paz consigo própria, de modo a não ser fustigada por questões que a põem *a ela própria* em questão»³⁴,

é porque a linguagem obedece à *unidade normativa* das regras gramaticais e não a uma metalinguagem ou a uma linguagem de segunda ordem.

O filósofo e a Filosofia não têm por missão constituir – como o lógico e a Lógica, segundo as propostas de Frege e de Russell, por exemplo – uma linguagem ideal, que rectificasse a linguagem vulgar, que “está em ordem tal como se apresenta”; tudo o que lhes compete é clarificar a *gramática* dos enunciados, especialmente daqueles que se prestam a mal-entendidos e confusões, por “escorregarem”, de alguma forma, nas regras daquela.

E o emprego lato que o autor faz do conceito em questão permite-lhe cotejar a funcionalidade da sua aplicação com a própria tarefa que se propõe, no caso das

³⁴ IF, §133. «Denn die Klarheit, die wir allerdings eine vollkommene. Aber das heisst nur, dass die philosophischen Probleme vollkommen verschwinden sollen. Die eigentliche Entdeckung ist die, die mich fähig macht, das Philosophieren abzubereiten, wann ich will. – Die die Philosophie zur Ruhe bringt, so dass sie nicht mehr von Fragen gepeitscht wird, die sie selbst in Frage stellen», ed. Cit., 305.

proposições que “oscilam” entre a “pureza” da lógica e o “derivado” da experiência, e no das proposições que, sendo empíricas, também obedecem a normas de descrição.

A visão unitária e fechada de Linguagem, que vigora na concepção do TLF está, pois, ultrapassada. Falar é uma *praxis*, não é um “desvio”. A pretensa linguagem, uniforme e codificada, pulveriza-se numa quantidade não-finita de sistemas de comunicação, os jogos de linguagem, enraizados em formas de vida [*Lebensformen*], também elas heteróclitas.

Com esta abordagem, assistimos, não apenas à fragmentação de um código lógico em jogos governados por regras, como também a uma diferenciação de princípio entre proposições (factíveis, ou seja, com sentido) e pseudo-proposições, como o são as próprias regras da gramática. Com este passo, Wittgenstein não renuncia à sua anterior oposição à existência de uma metalinguagem, mesmo desnivelando *regras* e *proposições*, em forma de corte estatual. Agora, com o apoio da visão panorâmica, tudo se passa no interior de uma só linguagem, que não é um sistema fechado e auto-suficiente (menos ainda, perfeito), mas é um grupo coeso, de uma coesão obtida justamente pela Gramática, como “parecenças familiares” entre jogos determinados:

«E eu direi: os jogos constituem uma família. E, do mesmo modo, as espécies de números, por exemplo, constituem uma família. Porque chamamos a uma coisa um “número”? Um pouco porque tem um parentesco directo com muitas coisas a que até agora se chamou número; e com isso, poder-se-ia dizer, entrar num parentesco indirecto com outras a que damos o *mesmo* nome. E alargamos o nosso conceito de número do mesmo modo que, ao fiarmos uma corda, cruzamos uma fibra sobre a outra. E a robustez da corda não está em haver uma fibra que a percorre a todo o comprimento, mas em que muitas fibras se sobrepõem umas às outras».³⁵

O único pressuposto conceptual que pode, agora (e talvez erradamente, ou apenas aproximadamente), ser visto como um “desnível” ou uma diferença entre registos – mas não como uma outra forma de linguagem! –, é o que existe entre *proposições* (descritivas) e *regras* (normativas), que determinam a forma das próprias descrições.

Ao mito da unidade lógica da linguagem do TLF, sobrepõe-se a pluralidade efectiva dos jogos de linguagem, todos abordados desde o mesmo patamar:

³⁵ Idem, §67.

«Und ich werde sagen: die “Spiele” bilden eine Familie. Und ebenso, bilden, z. b., die Zahlenarten eine Familie. Warum nennen wir etwas “Zahl”? Nun etwa, weil es eine – direkte – Verwandtschaft zu anderem, was wir auch so nennen. Und wir dehnen unseren Begriff der Zahl aus, wie wir beim Spinnen eines Fadens Faser an Faser drehen. Und die Stärke des Fadens liegt nicht darin, dass irgend eine Faser durch seine ganze Länge läuft, sondern darin, dass viele Fasern einander übergreifen»., ed. Cit., 278.

gramatical, panorâmico. E, doravante, só a descrição dos nexos internos da própria gramática e respectiva aplicação a conteúdos discursivos descontínuos, pode revestir um interesse genuinamente filosófico.

Fragmentada em jogos – ou, antes, em “jogadas” – a “unidade projectiva” da linguagem já não é a forma lógica ou qualquer outro afim impoluto, mas, a que existe, é a que é destacada na possessão comum de um conjunto de propriedades constituintes (“essenciais”, de uma forma não ortodoxa, mas unificadora), que são a unidade “familiar” dos jogos de linguagem *entre si* (e não por afinidade com uma espécie de padrão transcendente) – aquilo que permite apenas que chamemos, a todos eles, *jogos*. E que os possamos, efectivamente, jogar.

Jean-Pierre Cometti, em *Philosopher avec Wittgenstein*, escreve, num capítulo intitulado “A linguagem e as regras”, algo que pode ilustrar esta demarcação por “comparação e contraste”:

«Mas o argumento da “transcendência” ou de um “momento de incondicionalidade” nunca ultrapassou o estado de uma petição de princípio, cuja justificação apenas reside, ao fim e ao cabo, nos medos que está destinada a exorcizar».³⁶

³⁶ In COMETTI, Jean-Pierre. *Philosopher avec Wittgenstein*, Farrago, Tours, 2001, p. 56.

§3. LAPSOS NA ESTRUTURA GRAMATICAL DAS FRASES

«Se as regras são vagas, então não há de facto um jogo» – Mas não há, de facto, um jogo? – “Sim, talvez lhe chames jogo, mas, em todo o caso, não é de facto um jogo perfeito”, isto é, agora contém de facto impurezas e o meu interesse é pelo que estava antes das impurezas. – Mas eu quero dizer: há uma má compreensão do papel que desempenha o ideal na nossa linguagem, isto é, chamar-lhe-íamos também um jogo, mas estamos cegos pelo ideal e por isso não vemos com nitidez a aplicação real da palavra “jogo”».

L. WITTGENSTEIN, IF³⁷

Apesar deste conjunto de salvaguardas – no fundo, uma rejeição – quanto à “determinabilidade” de um padrão lógico que regesse o uso expressivo dos actos de linguagem, por assim dizer, de uma forma *pura* e sem que, no limite, estes precisassem de se actualizar para ter entidade, podemos questionar-nos (o próprio Wittgenstein o faz, sob as mais variadas formas de apresentação, ao longo das IF) em que medida é que o conteúdo de um discurso ou de um argumento factível é determinado por um conjunto de *condições pragmáticas* que incorporam uma *significação normativa*. Porque é esta a síntese funcional da própria gramática, aquilo que a autoriza.

Esta suspensão do juízo num núcleo problemático novo, que se cunha na segunda maneira de pensar do autor, tem a montante uma tese difícil, que consiste *em subsumir os actos de linguagem descontínuos num conjunto de condições normativas que não dependem, elas mesmas, de normas semanticamente enunciáveis*.

³⁷ In WITTGENSTEIN, Ludwig. IF. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2002; trad. Port. de M.S. Lourenço, 3ª ed., §100, p. 254.

«*Es ist doch kein Spiel, wenn es eine Vagheit in den Regeln gibt*”. – *Aber ist es dann kein Spiel?* – “Ja, vielleicht wirst du es Spiel nennen, aber es ist doch jedenfalls kein vollkommenes Spiel. *D.h.: es ist doch dann verunreinigt, und ich interessiere mich nun für dasjenige, was hier verunreinigt wurde.* – *Aber ich will sagen: Wir missverstehen die Rolle, die das Ideal in unserer Ausdrucksweise spielt. D.h.: auch wir würden es ein Spiel nennen, nur sind wir vom Ideal geblendet und sehen daher nicht deutlich die wirkliche Anwendung des Wortes “Spiel”*», ed. Cit, 295-296.

Mas este mesmo desnível, senão de estatuto, pelo menos formal, leva também Wittgenstein a desconsiderar a existência de duas “categoriais” de regras – mesmo numa cisão hipotética, como margem explicativa –: “regras de uso” e “regras essenciais” e, um passo adiante deste, a desmentir a possibilidade de uma “extracção”, a partir daquilo que é comum a todas as regras (a sua suposta “essência”), de um *critério* de selecção determinante de todas as aplicações das mesmas.

Com o exemplo de cunho “construtivista”, Wittgenstein expressa esta ideia em IF, §139:

«Se uma pessoa diz a palavra “cubo”, por exemplo, eu sei qual é o sentido da palavra. Mas pode então ocorrer-me toda a *aplicação* da palavra, quando eu a compreendo *assim*? [...] Não é o sentido da palavra também determinado por esta aplicação? E podem estas maneiras de determinar o sentido contradizer-se? Pode aquilo que captamos *de um golpe* concordar com uma aplicação, ajustar-se-lhe, não se lhe ajustar? E como pode aquilo que num momento temos presente, aquilo que num momento nos ocorre, ajustar-se a uma aplicação? O que é então aquilo que de facto nos ocorre, quando *compreendemos* uma palavra? A imagem do cubo *sugeriu* na verdade uma certa aplicação, mas eu podia também usar a imagem de outra maneira.»

38

O único traço deste trânsito de actualizações funcionais que pode ser susceptível de aproximação a uma concepção essencialista das próprias regras (e apenas na dimensão da sua aplicação), diz respeito à “incorporação” de um princípio normativo nos processos linguísticos, independentemente das aplicações casuísticas destes últimos, e das significações que possam ganhar para utilizadores determinados, em contextos específicos, e em função das regras que gerem cada aplicação.

O que caracteriza, neste ponto, a abordagem que faz Wittgenstein da função normativa confiada às regras do discurso, como *indiscernível* dessoutro papel, mais especificamente “gramatical”, ligado aos usos e às formas de vida particulares, é a não aceitação de uma “duplicidade” de gramáticas, ou seja, a sua recusa de que exista uma “gramática superficial” e de uma “gramática profunda”, o que levaria a uma

³⁸ «Wenn mir jemand z.B., das Wort “Würfel” sagt, so weiss ich, was es bedeutet. Aber kann mir denn die ganze Verwendung des Wortes vorschweben, wenn ich es so verstehe? [...] wir aber anderseits die Bedeutung des Wortes nicht auch durch diese Verwendung bestimmt? Und können sich diese Bestimmungen nun widersprechen? Kann, was wir so mit einem Schlage erfassen, mit einer Verwendung übereinstimmen, zu ihr passen, oder nicht zu ihr passen? Und wie kann das, was uns in einem Augenblicke gegenwärtig ist, was uns in einem Augenblick vorschwebt, zu einer Verwendung passen? [...] Das Bild des Würfels legte uns allerdings eine gewisse Verwendung nahe, aber ich konnte es auch anders verwenden», ed. Cit., 309.

estranha hierarquização de um princípio de compreensão da Linguagem que é, em si mesmo, *transcendental*, à maneira kantiana. E esse princípio extra-fenomenico, não é, pois, susceptível de gradação, de mais e de menos.

E o que de mais kantiano tem este esclarecimento de Wittgenstein, quanto à forma de aplicação de regras linguísticas, é que se trata de uma operação que consiste, justamente, em fundar um reduto empírico – no fundo, o dos próprios jogos de linguagem –, constituído num horizonte de usos e de regras a que os primeiros obedecem, não a expensas de um padrão externo, que divirja desse mesmo leque empírico, mas suportado pelas “condições de possibilidade” a que este atende no âmbito da sua constituição parcelar.

Esta empresa de fundamentação, tão familiar às obsessões metafísicas de *estabelecer*, nas próprias condições de possibilidade de algo, aquilo que se desejaria ver subtraído à historicidade ou à contingência das formas de vida, entrosadas em jogos de linguagem dados, tem, no entanto, em Wittgenstein, um matiz próprio: aquilo que o autor procura não é uma justificação última, em si mesma injustificável, mas um *término real* para a mediação sempre prorrogável entre cada trâmite de uma cadeia.

Ou seja, não se procura escavar o terreno empírico, até à rocha última da necessidade irrevogável, ou de uma condição que não tivesse, ela mesma, condições; mas faz-se um trabalho de desconstrução do mito metafísico que dita que uma “cadeia de causas” deveria terminar numa “causa” última – uma *causa sui* ou um *a priori* -, que pudesse reunir os requisitos que tornam uma norma em “norma universal”, como uma *ratio* subtraída a toda a sequência e determinante, ao mesmo tempo, de todas e cada uma das sequências possíveis.

«[...] O preconceito da pureza cristalina só pode ser ultrapassado se rodarmos completamente o eixo da nossa investigação. (Poder-se-ia dizer: o eixo tem que ser rodado, mas o ponto fixo é a necessidade real dos homens). [...] Nós falamos do fenómeno espacial e temporal da linguagem, não de um fantasma a-espacial e a-temporal». (IF, §108) ³⁹

A investigação (gramatical) de Wittgenstein, sobre as regras e o seu significado, contém o fito de expor descritivamente – desautorizando-as – a natureza das investigações que conduzem a Filosofia a privilegiar uma determinada forma de

³⁹ «Das Vorurteil der Kristallreinheit kann nur so beseitigt werden, dass wir unsere ganze Betrachtung drehen. (Man konnte sagen: Die Betrachtung muss gedreht werden, aber um unser eigentliches Bedürfnis als Angelpunkt). [...] Wir reden von dem räumlichen und zeitlichen Phänomen der Sprache; nicht von einem unräumlichen und unzeitlichen Unding», ed. Cit., 298.

linguagem, que se diria ser a essência de todos os tipos desta, ou o conceito de uma regra independente de toda e qualquer aplicação numa linguagem dada:

(«Por isso, seguir a regra é uma praxis. E *crer* estar a seguir a regra não é seguir a regra. E por isso não se pode seguir a regra “privatim”, porque então crer estar a seguir a regra seria o mesmo do que seguir a regra». (IF, § 202).) ⁴⁰

Este destaque denunciador de um corpo normativo de regras que, desde um pressuposto de incondicionalidade, subjazesse a toda a linguagem, como um “princípio axial”, a partir do qual se ramificariam os jogos efectivos, tem uma outra contrapartida nas IF, que passa pela “denúncia” da suposta existência de um “corpo de significação” [*Bedeutungskörper*], que uniformizasse a *aplicação* e a *explicação* de toda a regra, quer em termos sintácticos quer como avaliação do seu ajuste a um qualquer enunciado particular.

Este falso estatuto de plenitude gramatical perde toda a viabilidade, na medida em que desenraíza as próprias normas do *contexto dos jogos* de linguagem, pretendendo atribuir-lhes um poder de vínculo geral à totalidade dos casos, criando o mesmo tipo de mitologia que Wittgenstein critica a propósito do conceito de regra que pretende determinar, de forma arbitrária, a totalidade do significado das nossas expressões. Aquilo que é “essencial” ou “inessencial” apenas tem a verificação da “moeda” de troca discursiva, o mesmo é dizer, daquilo que é válido para cada jogo e mesmo para cada trâmite de um jogo.

Porém, Wittgenstein reconhece que este tipo de ilusão normativa é muito característico dos paradoxos mais comuns que a própria ideia de regra engendra. A ideia de *regra* e do que seja “seguir uma regra”, sugere, quase inadvertidamente, a noção de uma norma em função da qual um dado processo ocorre, de acordo com um leque de actualizações, também supostamente antecipado. Como se a regra já existisse num estado formal, *em si*, antes de tomar qualquer forma discursiva que a actualize e a verifique.

Um elo (falsamente) constitutivo uniria, nessa ficção operativa, uma concepção essencialista de regra a um poder normativo que lhe assistisse, como função de vigência do “universal” no terreno da praxis. Ou, como ilustra Wittgenstein:

«As transições já estão de facto todas feitas», significa: deixei de ter escolha. A regra, uma vez selada com um determinado sentido, traça através de todo o espaço as

⁴⁰ «Darum ist “der Regel folgen” eine Praxis. Und der Regel zu folgen glauben ist nicht: der Regel folgen. Und darum kann man nicht der Regel “privatim” folgen, weil sonst der Regel zu folgen glauben dasselbe wäre, wie der Regel folgen», ed. Cit., 345.

linhas que vão seguir a sua execução. – Mas, ainda que assim fosse, em que é que isto me ajudaria? Não; a minha descrição só tem sentido, se for compreendida simbolicamente. – *Parece-me ser assim* – deveria eu ter dito. Quando eu sigo a regra, não escolho. Eu sigo a regra como se fosse cego.» (IF, §219). ⁴¹

Porém, esta falsa ideia de acordo tácito, descarta a noção *panorâmica*, tão marcada pelo autor, de que a aprendizagem do funcionamento de uma regra supõe não apenas estar familiarizado com os princípios da sua aplicação e dominar, ao mesmo tempo, um conjunto de regras afins a essa, como um todo, mas sobretudo considerar o contexto de aplicação linguístico que se quer regulamentado.

Assim, e ao invés de tomar em consideração esta mesma visão articulada, cede-se à ilusão de uma suposta compreensão imediata, iluminadora: falsamente total. Uma apreensão, por assim dizer, globalmente inteligível, da qual nos limitaríamos a extrair as *consequências* viáveis, elas mesmas já dadas à partida, à margem de qualquer casuística, num âmbito *puro*, que disponibilizasse a totalidade de um esquema dedutivo – portanto, imune à experiência.

Como diz J-Pierre Cometti, a propósito desta desproporção:

«Se, no entanto, a aprendizagem e o uso estão ligados, e se não há forma de postular uma existência *ideal* da significação ou da regra, é neste mesmo sentido que se aprende uma regra *aplicando-a*, e que a aplicação é a única coisa que nos permite testar se ela foi aprendida».⁴²

Há uma prova importante, de tipo “comportamentalista” que, segundo Wittgenstein, nos pode servir de teste para avaliar a compreensão de uma regra: a forma como *actua* a posteriori aquele que supostamente a segue:

«“Como é que eu posso seguir uma regra?” – Se isto não é perguntar pelas causas, então é perguntar pela justificação do meu *procedimento*». (IF, §217). ⁴³

A “morfologia da regra” não é como a de uma *proposição* que emane duma regra, por exemplo; mas tão pouco a regra é um diferencial, de uma composição misteriosa (de uma outra “natureza”), divergente da proposicional, que se

⁴¹ « *Die Übergänge sind eigentlich alle schon gemacht; heisst: ich habe keine Wahl mehr. Die Regel, einmal mit einer bestimmten Bedeutung gestempelt, zieht die Linien ihrer Befolgung durch den ganzen Raum. – Aber wenn so etwas wirkliche der Falle wäre, was hülfe es mir? Nein; meine Beschreibung hatte nur Sinn, wenn sie symbolisch zu verstehen war. – So kommt es mir vor – sollte ich sagen. Wenn ich der Regel folge, wähle ich nicht. Ich folge der Regel blind*». Ed. Cit., 351.

⁴² COMETTI, Jean-Pierre, *Philosopher avec Wittgenstein*, Farrago, Tours, 2001, p. 60.

⁴³ « *“Wie kann ich einer Regel folgen?” – wenn das nicht eine Frage nach den Ursachen ist, so ist es eine nach der Rechtfertigung dafür, dass ich so nach ihr handle*». Ed. Cit., 350.

acrescentasse, desde o exterior (ou “desce cima”) aos enunciados e usos correntes da linguagem.

Esta ambiguidade e dificuldade a que uma tentativa de definição simples nos está a expor, deveria alertar-nos para alguma lacuna no procedimento que estamos a seguir. Para além de denunciar o suposto erro de um procedimento dogmático quanto à definição de um termo particular, este anquilosamento é revelador tanto da plasticidade como da limitação do termo “Regra”. ⁴⁴

As regras, tal como as proposições, são de ordem discursiva; e uma regra que não se possa enunciar ou aplicar, não é, de todo, uma regra. E, coerente com uma tese do próprio TLF, Wittgenstein esclarece nas IF que o carácter discursivo da regra não é algo que seja imputável a qualquer coisa como a sua “essência”. Quer dizer, atribuir à regra uma função “discursiva” é apenas mais uma forma de salvaguardar a ideia de que a aprendizagem ou a aplicação de uma regra não nos subtraem à própria linguagem:

«Para nós é como se o nosso olhar tivesse que *penetrar através* dos fenómenos: mas a nossa investigação não se dirige para os *fenómenos* mas, poder-se-ia dizer, para a “*possibilidade*” dos fenómenos. Isto significa que o que trazemos à consciência são os *géneros de proposições* que fazemos acerca dos fenómenos». (IF, §90). ⁴⁵

As reflexões de Wittgenstein sobre a noção de Regra não são parcas em consequências, num panorama vasto de outras questões conceptuais. Uma das que se impõe à consideração diz, justamente, respeito a um suposto aspecto de “neutralidade”, de que se revestiria o seu carácter puramente normativo relativamente à constituição de proposições e o esforço de configuração panorâmica a que é necessário habituar o olhar de análise, quando o que se visa é *desmontar o equívoco* alojado numa concepção de regras puras ou modelares, apanágio de um jogo de linguagem também separado da sua (correcta) natureza praxica, como forma projectiva de sintetizar a “natureza do jogo”.

Ora, tal coisa não existe: não há regra que não regule um uso discursivo ou uma acção, quer dizer, *não existe essa regra que apenas sintetize a natureza*

⁴⁴ No ponto 4. deste texto, tratar-se-ão, “por extenso”, as principais questões dispostas pelas secções das IF que discutem o que seja uma *regra* e *seguir uma regra* (§§188-204) – bem como os links problemáticos que este conceito dispõe à reflexão filosófica; para tal, seguiremos uma análise minuciosa do argumento de S.Kripke no seu ensaio *Wittgenstein on Rules and Private Language*.

⁴⁵ «*Es ist uns, als müssten wir die Erscheinungen durchschauen: unsere Untersuchung aber richtet sich nicht auf die Erscheinungen, sondern, wie man sagen konnte, auf die “Möglichkeiten” der Erscheinungen. Wir besinnen uns, heisst das, auf die Art der Aussagen, die wir über die Erscheinungen machen*». Ed. Cit., 292.

disposicional de Regra - porque tal não é aproveitável, porque não tem a espessura de um acto linguístico; porque é uma (falsa) mitologia da razão, um medo do caos.

Incorrer-se-á, quase seguramente, numa petição de princípio, de cada vez que se procurar *subtrair* (ou *pospor* - o efeito possivelmente nocivo e garantidamente, inútil, não varia) um determinado horizonte de linguagem e de práticas anexas, à sua circulação vital, para o “colar” a uma equação de leis ou condições *puras*, nas quais se tente encontrar uma justificação para um conjunto vasto de aplicações, num esquema (circularmente) auto-justificativo. A curva de “fundamentação” fecha-se sobre si mesma.

A investigação gramatical de Wittgenstein é, pois, não apenas *avessa a*, como também *denunciadora de* concepções viciosas de uma “estruturação” que assente sobre princípio últimos de justificação, sobretudo se estes são circulares e se voltam para um ponto “privilegiado” da própria estrutura e que, portanto, impedem a “circulação do ar”; tanto quanto dessas outras que, visando incorporar aos usos linguísticos uma dimensão normativa “imposta desde o exterior”, como uma ficção constitutiva, se escusam a prestar contas a categorias de uso gramatical particulares, isentando-se destas, ao procurar legislar sobre elas.

Essa é a *aporia* por antonomásia da gramática dos jogos de linguagem e será também através dessa “dificuldade respiratória” que entrarão em cena todas as “doenças do intelecto” – entre as quais as filosóficas ganharão especial ênfase –, apelando a uma “solução terapêutica”, cuja eficácia será testada, não pelo seu poder de reacção, mas sim de *dissolução*. Vejamos alguns esboços do procedimento wittgensteiniano para exorcizar essas “doenças”:

«Mas a clareza a que aspiramos é, no entanto, uma clareza *perfeita*. Mas isto apenas significa que os problemas filosóficos devem *perfeitamente* desaparecer. [...] Não há *um* método, mas há na Filosofia, de facto, métodos, tal como há diversas terapias». (IF, §133). ⁴⁶

Ou, pelo reverso contrafactual:

«O ideal está irremovivelmente preso aos nossos pensamentos. Não pode sair deles. Voltas sempre para trás. O exterior não existe; no exterior falta o ar. – Isto donde

⁴⁶ «Denn die Klarheit, die wir anstreben, ist allerdings eine vollkommene. Aber das heisst nur, dass die philosophischen Probleme vollkommen verschwinden sollen. [...] Es gibt nicht eine Methode der Philosophie, wohl aber gibt es Methoden, gleichsam verschiedene Therapien». Ed. Cit., 305.

vem? A ideia assenta sobre o nariz como um par de óculos e o que vemos, vemos através deles. Não nos ocorre tirá-los». (IF, §103).⁴⁷

De forma similar, em Ph. (os parágrafos 86-93 do *Big Typescript*), onde Wittgenstein trabalha a sua concepção de *Filosofia*, procura-se, através deste esforço delimitador do âmbito do “erro descritivo”, que não é mais do que uma falsa disposição de dados linguísticos sem suporte panorâmico ou de uma sobrevalorização do seu poder de sugestão, um princípio de “homeostasia”, em que o esclarecimento gramatical não deixe aberto um lapso de intromissão de pseudo-conteúdos semânticos.

Quer dizer: estabelecer, como já vimos, as condições de possibilidade de um exercício linguístico correcto, apoiado nas normas de verificação que são as gramaticais, é, sobretudo (mais do que aduzir dados novos), *subtrair*, também *a priori*, as próprias condições de possibilidade dos falsos argumentos, inventariando a “ocorrência de desvios que sejam admitidos como caminhos”, para, em palavras do próprio Wittgenstein, recolocar “o comboio sobre os carris”, o mesmo é dizer, os jogos de linguagem sobre o ajuste do âmbito linguístico contextual em que se inserem.

Seleccionando alguns aforismos destes sete parágrafos, enfocaremos panoramicamente esta questão:

«Filosofar é: recusar os falsos argumentos»;⁴⁸

«Uma das tarefas mais importantes para nós é expressar os falsos processos de pensamento tão caracteristicamente que o leitor constate: “Sim, é exactamente isso que eu penso”. Traçar a fisionomia de cada erro».⁴⁹

«Também podemos dar o nome de Filosofia àquilo que acontece antes de todas as novas descobertas e invenções»⁵⁰.

⁴⁷ «Das Ideal, in unsern Gedanken, sitzt unverrückbar fest. Du kannst nicht aus ihm heraustreten. Du muss immer zurück. Es gibt gar kein Draussen; draussen fehlt die Lebensluft. – Woher dies? Die Idee sitzt gleichsam als Brille auf unsrer Nase, und was wir ansehen, sehen wir durch sie. Wir kommen gar nicht auf den Gedanken, sie abzunehmen». Ed. Cit., 296.

⁴⁸ In WITTGENSTEIN, Ludwig, *Philosophical Occasions 1912-1951*. Edited by James Klagge and A. Nordmann, Hackett Publishing Company, Indianapolis & Cambridge, 1993, Ph., p. 165: «*Philosophieren ist: falsche Argumente zurückweisen*».

⁴⁹ Idem, ibidem. «*Eine der wichtigsten Aufgaben ist es, alle falschen Gedankengänge so charakteristisch auszudrücken, dass der Leser sagt “ja, genau so habe ich es gemeint”. Die Physiognomie jedes Irrtums nachzuzeichnen*».

⁵⁰ Idem, p. 178. «*Philosophie könnte man auch das nennen, was vor allen neuen Entdeckungen und Erfindungen möglich da ist*».

Aquilo que guiará a nossa descrição faseada do surgimento de uma *aporia* filosófica como uma “doença do intelecto” – a da quase-imposição de um dado núcleo de malentendidos linguísticos, que, por falta de enquadramento gramatical e de enfoque contextual, “parasitam” a inteligência como um enredamento conceptual insolúvel, de falsas dimensões agigantadas e bloqueiam a fluidez do pensamento pelas mesmas razões – pretende-se que seja uma divisão tripartida entre *Génese*, *Diagnóstico* e *Cura* para este tipo de mal-estar mental, que tem a montante uma malformação de enunciados ou o esclarecimento equívoco dos seus termos intermédios e por recurso terapêutico a denúncia desses trâmites, insuficientes ou hiperbólicos, que inviabilizam uma solução de continuidade equilibrada.

(Quando não podemos prosseguir um caminho, ou o trocamos directamente por um outro - no caso de ser possível - ou detectamos a dificuldade constitutiva que o embarga e, de duas uma: *contornamo-la* ou *erradicamos* a sua presença e, com ela, os efeitos projectivos que tem sobre a geografia e sobre o decurso de um percurso optativo. Alguns terão mesmo que ser abandonados, tal como há doenças intratáveis).

CAPÍTULO 3:

RUPTURAS DO PENSAMENTO E DA EXPRESSÃO

§4. COMO NASCE UMA APORIA

«Com vista à ciência que indagamos, é necessário que nos debrucemos, primeiramente, sobre aquelas questões cujo carácter aporético, convém discutir em primeiro lugar. [...] Ora, quando queremos resolver uma dificuldade, é conveniente desenvolvê-la cuidadosamente, pois o à-vontade futuro do pensamento supõe a solução das dificuldades prévias e é impossível desatar um nó sem o conhecer. O embaraço do pensamento patenteia este nó como objecto da nossa investigação. Com efeito, estar preso de uma dificuldade é, para o pensamento, estar num estado semelhante ao de um homem agrilhado: tal como este, o primeiro também não pode avançar».

ARISTÓTELES, *Metafísica B*, 1⁵¹

«Entendo por *problema* o carácter impeditivo que uma determinada instância adquire para o curso de uma realização. Está claro que “o problema” o é para o sujeito e em relação com o decurso de uma actividade concreta deste, que é dificultada ou impedida. Não há, portanto, problemas “em si”. [...] É necessário que uma intenção (portanto, uma instância do sujeito) “choque” na sua realização com uma resistência ou estorvo, para que tal impedimento ganhe índole aporética».

Oswaldo MARKET⁵².

Destacamos, em *Aporia* o prefixo assimilado a um termo inteiro, com sentido autónomo, mas, assim mesmo, decompontível pela análise etimológica. *A-poria*, quer dizer, falta constitutiva ou parcial (temporária) de “poros”⁵³, de porosidade, capacidade de respiração, de solução de continuidade.

Aristóteles também destaca, no *Livro das Aporias*, a conexão necessária, quase *analítica*, uma espécie de “co-pertença”, entre o enquadramento problemático de uma dada questão (em si mesma aporética, suspensa da dificuldade de solução) e

⁵¹ A partir da tradução francesa de J. TRICOT: Aristote, *Métaphysique*, Tome I – livres A-Z, Traduction et Notes par J. Tricot, Paris, Librairie Philosophique J.Vrin, 1991, 69-70.

⁵² In MARKET, O. “A previsibilidade de todo o problema”, *Filosofia e Epistemologia* (Lisboa), IV, 1982, 106.

⁵³ Em grego, πόρος significa “saída”. A-poria [ἀπορία], pela anteposição do α privativo, é, pois, a “falta de saída”, a negação de uma via de saída ou de solução.

a própria abertura ou levantamento concomitante de uma *via de saída*, que a consciencialização daquilo que é problemático pressupõe, permitindo antever uma margem de saída do nó que se quer desatado.

Para que o que é problemático ganhe forma e contornos de especificidade, é necessário atender a, pelo menos, dois requisitos: 1) a *disposição* e capacidade de manobra do instrumento conceptual para esboçar os limites daquilo que se apresenta problemáticamente; e 2) a sagacidade “intencional” ou projectiva de dispor os dados da aporia numa ordem tal que abra ou permita entrever a própria via de saída ou de solução.

Estes pré-requisitos formais são, não apenas “prévios”, mas mesmo *autónomos* dessoroutra capacidade de disposição faseada ou ramificação dos trâmites intermédios que podem trazer o resultado de solução da aporia, do problema. Quer dizer, encontrar a via adequada (ou uma apenas possível) de solução do ponto ou núcleo problemático, não implica possuir *ab initio* – e sobretudo de forma acabada, “ultimada” nos seus mais específicos passos – a totalidade do caminho de solução. O caminho também se descobre com o caminhar. (O mesmo é dizer: o nó desata-se com as mãos e não com a cabeça).

O que sim é premente e até constitutivo do desenho aporético, como balizador de limites, é encontrar uma rota que seja válida para “desatar um nó”, nas palavras de Aristóteles, ou para, com sucesso, sair de um *labirinto*, numa distorção filosófica de uma aporia de tipo borgiano.

Fernando Gil, num ensaio intitulado “Problemas e Problemáticas”⁵⁴ demarca as condições formais daquele reduto conceptual e operatório que servirá para “traçar a planta” ou configurar qualquer núcleo de sentido interrompido, isto é, todo e qualquer *problema*:

«São os problemas que fornecem a mediação entre o não saber e o saber. A *problematização* de uma dificuldade dá-lhe forma, estabiliza-a, integrando-a num quadro conceptual e operatório. Torna-se, então, possível proceder a uma “exploração em todos os sentidos”, sabendo “aonde se deve ir” [...]. A formulação de um problema consiste na tradução da dificuldade, a “aporia” aristotélica, para uma linguagem que não é problemática e que deu as suas provas como geradora de soluções possíveis. É neste sentido primeiro que a posição de um problema antecipa a sua solução; e essa posição faz-se segundo critérios que estabelecem uma demarcação entre problemas bem e mal colocados».

⁵⁴ GIL, Fernando. In *Filosofia e Epistemologia*, Lisboa, IV, 1982, 126-127.

O que, entre os excertos citados e a respectiva reflexão que formulamos em seu torno, se apresenta, é uma correlação estreita – como cara e coroa de uma única moeda – entre a salutar disposição de um reduto problemático, de acordo com um esquema para cada caso funcional, e a concomitante abertura de uma via de solução que, desde um ponto de vista metodológico e formal, são os trâmites em que transcorre qualquer aporia. Confinar os seus limites precisos, é a maneira de a subsumir a uma resposta (solução) que, como veremos com a matização wittgensteiniana deste tópico, *pode ser apenas uma redistribuição ajustada dos seus termos iniciais*.

*

Marcadas por uma idiossincrasia forte como a de Wittgenstein, também as IF são formas de configuração de um leque de problemas filosóficos, de acordo com um método não muito afastado da herança aristotélica e dos comentários acima cotejados.

Ainda que o autor sempre se expresse em termos de uma “libertação” (ou dissolução, *Auflösung*) problemática e não de uma demarcação formal que sirva de receptáculo a um processo cumulativo de aporias com diferentes matizes e proveniências – um paradigma espistemologizante contra o qual Wittgenstein, tacitamente, luta - para que “aquilo que é problemático, desapareça”, ou para conseguir “uma clareza perfeita” nos enunciados, nas formas de expressão, há todo um esforço prévio de “disposição estrutural” que pode servir de base *ao que quer que se faça* com uma aporia.

Demarcar as fronteiras do uso da própria linguagem, traçar os limites necessários a toda a expressão com sentido, travando os malabarismos de raciocínio e disposição linguística típicos dos (supostos) problemas filosóficos é, no mesmo gesto, traçar a planta para todo o problema possível, *metodologicamente*, ou seja, num registo que é *lógico* e não empírico.

E é justamente este enraizamento formal que também pode servir a meta colocada por Wittgenstein, de pôr a nu a natureza real dos problemas filosóficos, denunciando o sítio preciso onde a sua formulação foi convertida num feitiço e o seu cultivo numa espécie de fanatismo infantil:

«Quando fazemos filosofia somos como selvagens, homens primitivos, que ouvem as expressões dos homens civilizados, interpretam-nas erradamente e tiram, da sua interpretação, as conclusões mais extravagantes.»⁵⁵ (IF, §194)

Ou, alguns parágrafos adiante, nas IF:

«O Filósofo trata uma questão; como uma doença».⁵⁶ (IF, §255)

Em caso de sucesso ou de insucesso, com um fito de *resolução* ou com um de *dissolução*, como alvo de uma terapia de cariz linguístico (análise) ou como configuração discursiva de um caminho prático de des-problematização, a génese da aporia comporta, em si mesma, uma via de saída opcional, que a própria investigação (seja estritamente lógica ou gramatical) complexifica, com o intuito de chegar a uma resposta satisfatória.

Todo o problema tem um correlato prático – mesmo um problema filosófico. Wittgenstein talvez pensasse: *sobretudo* um problema filosófico, dado que o seu suposto estatuto (de problema) é o de uma “errada disposição de dados”, um erro descritivo, corrigível pela observação e reinserção dos seus termos num contexto prático, mesmo sem sair do nível do discurso (o mesmo é dizer, sem abandonar o solo linguístico em que a questão se coloca).

“As palavras são acções”, reforçar-se-ia neste ponto. E, por isso, as aporias na linguagem são mal-entendidos correlacionados com o próprio agir. Pela mesma ordem de razões, dispor correctamente os termos de um qualquer problema é uma forma ajustada de lhe por cobro, já que uma qualquer doença do intelecto, como um “caos conceptual” (a expressão também é de Wittgenstein) é tão obstrutiva ao prosseguimento de uma via de raciocínio sã ou de uma forma de discurso não empolado, como uma pedra num caminho pedestre.

Ver a “pedra” (violação de uma regra de gramática) como aporia (falta de saída da correcção discursiva), tal como conotar o erro de disposição da informação sobre o problema com o mesmo tipo de dificuldade, implica: encontrar caminhos alternativos ao que está assim interrompido (*problematicamente*, por falta de uma correcta análise gramatical) ou restabelecer a gramática adequada à expressão equívoca. (Quer dizer, desviar a pedra para poder passar ou fazer com que seja um apoio e não um estorvo no percurso).

⁵⁵ In WITTGENSTEIN, Ludwig, IF. Werkausgabe, Band 1, Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1984, § 194, 342. «Wir sind, wenn wir Philosophieren, wie Wilde, primitive Menschen, die die Ausdrucksweise zivilisierter Menschen hören, sie missdeuten und nun die seltsamsten Schlüsse aus ihrer Deutung ziehen».

⁵⁶ Idem, IF, § 255: «Der Philosoph behandelte eine Frage; wie eine Krankheit», ed. Cit., 360.

Por isso, o problema que é bem formulado e enquadrado, é justamente *temporário*. Ignorá-lo ou vê-lo como qualquer outro traço que seja *não aporético* – Wittgenstein acrescentaria, porventura, “ilusório” (ou patológico) –, adia ou mesmo invalida o seu correcto reconhecimento e, conseqüentemente, fecha ou oculta as possíveis vias de solução/dissolução.

Traçar a planta de um problema é como diagnosticar a tempo uma doença.

§5. A APORIA FILOSÓFICA COMO UMA DOENÇA DO INTELLECTO: UMA QUESTÃO DE (FALTA DE) MÉTODO

«Por que motivo, então, comparamos constantemente, ao filosofarmos, o nosso uso das palavras com um uso que obedece a regras exactas? A resposta reside no facto de os enigmas que procuramos eliminar derivarem sempre, precisamente, desta atitude para com a linguagem».

L. WITTGENSTEIN, LA.⁵⁷

5.1 O QUE É O MÉTODO?

Num artigo intitulado “O “Método” de Wittgenstein”, não metodológico em si mesmo, mas antes destinado a esclarecer a evolução do “método de trabalho” de Wittgenstein e uma incorporação operativa da sua ideia de “método filosófico”, Joachim Schulte investiga, através de uma exposição genética, que não omite os acidentes de percurso das ideias wittgensteinianas quanto ao seu próprio *modus operandi* filosófico, como é que as menções mais ou menos explícitas de Wittgenstein ao “seu método” nos autorizam a pensar em (pelo menos) *dois* módulos de compreensão dessa noção dentro do seu pensamento.

Passando em revista o conteúdo de alguns manuscritos e dactiloescritos do *Nachlass*, Schulte concluiu que podemos assinalar justaposições no material que Wittgenstein organizou para prefaciar aquela que fosse a sua “última obra”, onde as suas ideias tivessem atingido o estado possível de acabamento. Na posse do dado de que o título da obra não foi, nem estipulado com muita antecipação por Wittgenstein, nem decisivo para o conteúdo do escrito disposto para prefaciar o texto final, Schulte diz-nos que o material mais antigo das IF (até IF§188), provém de uma revisão que Wittgenstein fez na primeira parte das BGM em 1936. Para este texto revisto, Wittgenstein escreveu um Prefácio de 3 páginas em 1938. Esse prefácio de 38 tem, diz Schulte, alguns parágrafos que coincidem com o Prefácio publicado das IF. Porém,

⁵⁷ WITTGENSTEIN, Ludwig. LA. (*The Blue Book*. Oxford University Press, 1958. Tradução alemã de Petra von Morstein, edição de Rush Rhees; *Das Blaue Buch*. Werkausgabe, Band 5, Suhrkamp Verlag, Frankfurt am Main, 1984, p. 49: «*Warum vergleichen wir dann unsern Gebrauch von Wörtern, wenn wir philosophieren, mit etwas, das sich nach genauen Regeln vollzieht? Die Antwort lautet, dass die Rätsel, die wir aus dem Weg zu räumen versuchen, immer gerade aus dieser Haltung der Sprache gegenüber entstehen*»).

e aqui está a pedra de toque da tese de Schulte, *não tem as frases seguintes*, em que Wittgenstein se refere explicitamente ao seu Método (esta passagem foi abandonada na revisão de 1944/45 sobre o material das IF):

«O começo desta publicação é um fragmento da minha última tentativa de apresentar os meus pensamentos filosóficos de uma forma organizada. Este fragmento pode ter a vantagem de tornar relativamente fácil *ganhar uma ideia do meu método*».⁵⁸

Para Schulte, a omissão desta passagem na versão definitiva para publicação das IF (apesar da obra só ter sido publicada postumamente e a inclusão da chamada II Parte ter sido um critério dos herdeiros do Espólio wittgensteiniano, o Prefácio da obra estava certamente estabelecido por Wittgenstein) é indicativa da avaliação não isenta de oscilações que Wittgenstein faz quanto à sua própria forma de entender o método filosófico – bem como sobre *a sua maneira de fazer filosofia*.

Em aulas dos anos 1930 e 1933, Wittgenstein referia-se ao seu ensino e forma de entender a Filosofia como a uma “nova disciplina” e estabelecia então analogias com mudanças históricas de paradigmas científicos, com figuras como Galileu ou Copérnico⁵⁹, bem como à transição da alquimia para a Química moderna. O autor considerava, então, que a sua ruptura paradigmática com um esquema precedente de fazer filosofia tinha subjacente a “descoberta de um novo método” e referia-se à sua concepção do que ainda poderia ser a Filosofia⁶⁰ como um *instrumento* de que os filósofos poderiam dispor para se tornarem “profissionais habilitados”.

O autor deste artigo defende que há uma cisão no conceito de “Método”, tal como é entendido por Wittgenstein, entre os anos 30 e os 40. Esta cisão seria atestada por textos dos anos trinta e apontamentos de aulas de alguns alunos de Cambridge, indiciando um “sentido ambicioso” da noção de método (“uma concepção positiva, *quasi científica*”) e um outro sentido, mais funcionalista e pragmático, menos ambicioso do que o primeiro, que compara o método necessário à Filosofia a uma “habilidade” – uma técnica, associada pelo próprio Wittgenstein, em textos mais tardios, à técnica da terapia analítica.

⁵⁸ O sublinhado é nosso. TS 225, p. 2, Apud SCHULTE, Joachim. “O “Método” de Wittgenstein”. In *Cadernos de Filosofia*, Publicação Semestral do Instituto de Filosofia da Linguagem, Lisboa, Edições Colibri, 2003, 13, 7-28. Tradução de Marta Faustino.

⁵⁹ Não devemos passar em branco, como certamente o faria Wittgenstein, que estes mesmos modelos estavam na pena de Kant dois séculos antes, no seu empreendimento crítico.

⁶⁰ O maior conjunto de afirmações sobre este núcleo de ideias de Wittgenstein são, sem nenhuma dúvida, os §§ 86-93 do *Big Typescript*, de 1933 (Ph.).

Schulte investiga a evolução do pensamento de Wittgenstein a esse respeito, focando a sua atenção na evolução de posições defendidas nas suas aulas, entre 1930 e 1936:

«No decurso destas aulas colocava, frequentemente, a questão genérica acerca do que é que a filosofia, ou antes, a *sua* filosofia, tratava. E mais do que uma vez ele respondeu a este tipo de questão nos termos daquilo a que chamava o seu “método”». ⁶¹

Nesses anos, ao mesmo tempo que comparava o seu trabalho com uma ruptura – *metodológica* – com paradigmas científicos historicamente situados, afirmava que a descoberta desse (novo) Método daria aos filósofos que dele se servissem, a possibilidade de “se tornarem filósofos habilitados”.

Aqui, conforme pensa Schulte, podemos encontrar uma “lacuna” no tratamento desta questão por parte de Wittgenstein, que nunca define esse novo “instrumento” que o seu trabalho, supostamente, encontrara.

«O que está notavelmente ausente deste capítulo é qualquer explicação de como era suposto ser o novo método de cuja descoberta Wittgenstein se vangloriava nas suas aulas. [...] um método que, ainda por cima, pretendia justificar o discurso de uma forma completamente nova de fazer filosofia». ⁶²

Se a ideia de Filosofia que Wittgenstein defende em textos como Ph. (mas também em determinadas secções das IF – há, inclusive, material cruzado), passa por defender que esta não deve ser um corpo doutrinário, explicativo ou dedutivo, como um paradigma cumulativo ou descontinuista, próprio do discurso científico – o de expor teses cada vez mais sofisticadas –, quer dizer, se não se procura um “sistema filosófico”, então temos que nos resignar a aprender de um filósofo apenas a sua maneira de fazer filosofia (ou de pensar sobre ela), o mesmo é dizer, o seu “Método”⁶³.

Ora, o método que podemos pôr a par com as afirmações positivas de Wittgenstein – e, ao mesmo tempo, actualizado por elas – só pode ser uma técnica de análise linguística, destinada a evitar as armadilhas dispostas por aplicações indevidas de estruturas da nossa linguagem a expressões particulares ou por um cruzamento indevido de estruturas de diferente proveniência gramatical ou âmbito semântico.

⁶¹ SCHULTE, J., Artigo Cit., p. 11.

⁶² Idem, p. 13.

⁶³ O termo “Método” deriva de uma expressão grega que integra o termo *oðos*, que quer dizer “caminho”. *Μετα* – *Oðos* pode significar “acerca do caminho”, mas também “para lá do caminho” ou “depois do caminho”.

Neste ponto, Schulte, para defender a sua posição – *a de que Wittgenstein utiliza alternada e indiscriminadamente duas acepções da noção de Método* – recolhe duas ideias divergentes, fruto de um incipiente trabalho de definição, por parte de Wittgenstein, daquele que era “o seu método”.

Uma primeira via está mais próxima de um dado compêndio de regras teóricas, “contidas em livros acerca de como jogar determinados jogos. Esses livros listam as regras que determinam o que conta como movimento legítimo dentro do jogo” (SCHULTE, p. 15). Mas, tal como prossegue o autor, essas regras – demasiado abstractas – não são atalhos para assegurar ao jogador uma vitória. São normas assépticas para um determinado jogo. (É verdade que não há, propriamente, “regras” para um jogo que determinem uma maneira segura de *ganhar* – a isso, provavelmente, chamaríamos mais “truque” do que “regra”). Schulte chega inclusive a enunciar algumas normas de jogo passíveis de figurar num tal tratado, em código wittgensteiniano⁶⁴.

Mas é por aqui que a pista de Wittgenstein conduz a uma justaposição conceptual indevida. A um erro caracteristicamente filosófico, como lhe chamaria o próprio – se o tivesse detectado em si mesmo.

Um livro normativo deste tipo, contendo uma codificação metodológica, como um corpo de imperativos seria, em todo o caso, demasiado *dogmático* para se enquadrar com um conjunto vasto de outras posições defendidas por Wittgenstein – sobretudo sobre a maneira de trabalhar em Filosofia.

Há, portanto, uma outra maneira de ler as suas referências ao método filosófico – pensando neste como uma “questão de habilidade”. Uma habilidade (tal como “um dom”) requer um contexto propício para se exercer. Wittgenstein defenderia aqui, provavelmente, que esse contexto é, justamente, facultado pelo método.

Uma citação de um conjunto de notas de aulas de Wittgenstein, entre 1930 e 1932 pode ilustrar esta concepção “fraca” do método:

«O nimbo da filosofia perdeu-se. Pois agora nós temos um método de fazer filosofia, e podemos falar de filósofos habilitados. Comparemos a diferença entre a alquimia e a química; a química tem um método e podemos falar de químicos habilitados. Mas a partir do momento em que foi encontrado um método, as oportunidades para a expressão da personalidade são correspondentemente

⁶⁴ Por exemplo, como refere Schulte no seu artigo: «*Se o seu oponente acredita em substâncias, você está bem aconselhado a começar por lhe mostrar que nem todos os nomes funcionam de acordo com o padrão exemplificado pelas etiquetas que podem ser pregadas aos objectos correspondentes, etc.*» idem, p. 15.

restringidas [...] a filosofia está agora a ser reduzida a uma questão de habilidade e o nimbo do filósofo está a desaparecer». ⁶⁵

J. Schulte termina por criticar a adopção, da parte de Wittgenstein, de uma comparação dos resultados do seu trabalho com os da química, uma vez que, por esta ser essencialmente um corpo teórico, sistematizado em leis e enunciados normativos, e à luz da *indeterminação* com que Wittgenstein traça a sua posição quanto ao “novo método filosófico”, poder-nos-ia dar a impressão de que defende uma noção ambiciosa do mesmo, como para uma teoria de tipo científico; quando, na verdade, de todo um conjunto de ideias suas a respeito de assuntos paralelos, e mesmo desde a sua defesa do método enquanto habilidade, estamos autorizados a deduzir que optaria por uma visão menos ambiciosa e positiva (mais do tipo “caixa de ferramentas” dos utensílios linguísticos do que “chave mestra” para abrir todas as portas).

Sabemos e já o expusemos neste trabalho, como uma perspectiva de que a Filosofia possa ser assimilada a um corpo teórico unificado ou a uma ciência dedutiva é algo a que o pensamento de Wittgenstein “transversalmente” se opõe.

Schulte defende que aquilo que “ludibriou” Wittgenstein foi o objecto de comparação que, sistematicamente, escolheu: uma ciência.

«Ele não pode querer dizer que um filósofo habilidoso é particularmente perito na aplicação de uma teoria. Tudo aquilo que ele pode querer dizer é que tal filósofo se distingue pela sua perspicácia, experiência e facilidade em escolher e combinar exemplos, linhas de raciocínio e imagens». ⁶⁶

A situação de encontrar uma noção “débil” de Método defendida pelo autor do artigo como aquela que o próprio Wittgenstein escolheria se fosse claramente confrontado com as *duas* possibilidades caracterizadas ao longo do artigo, que partem de um conjunto de textos wittgensteinianos ao longo anos 30 (concomitantes, portanto, à “conversão panorâmica” da sua própria Filosofia), pode agora apresentar-se como um exemplo de “confusão gramatical” que coube em sorte ao seu próprio exorcista.

O exorcista das confusões filosóficas que, provavelmente, se deu conta do seu contágio a este respeito, foi cauto – e incompleto nas definições, coisa que tão pouco o incomodava – ao retirar a referência ao *Método* do Prefácio das IF, deixando o assunto aberto a críticas conceptuais, que poderiam ter ou não seguido o modelo da sua própria investigação. Schulte sem dúvida que o segue.

⁶⁵ In *Wittgenstein Lectures, Cambridge 1930-1932: From the notes of John King and Desmond Lee*. Ed. By Desmond Lee, Oxford, Blackwell, 1980, 21.

⁶⁶ SCHULTE, J. *idem*, p. 18.

Algumas conclusões a que este artigo nos autoriza:

1) O método propugnado por Wittgenstein não representa uma teoria de tipo científico, fornecendo-lhe balizas. Tem mais afinidades com uma perícia de técnica linguística, que dá ao filósofo um bom “olfacto gramatical” (como ao músico um “bom ouvido”);

2) Um filósofo habilidoso não é meramente alguém muito bem informado; um erudito. É um profissional que assegura os outros no enfoque das mesmas coisas que já conhecem, por outro ângulo, o que permite “ver mais do mesmo”. O que lhe interessa são questões de perspectiva – também a este respeito, está mais próximo do artista do que do cientista teórico. Ao mencionar as descobertas de Galileu, Copérnico ou Newton, não está a fazer uma apologia das aportações científicas dos seus sistemas – está antes interessado no efeito de alteração posicional dos objectos no mundo, da sua função e da forma como as diferentes posições da objectiva de uma câmara podem virar a nossa maneira de ver o mundo de cima para baixo – ou *do centro para a periferia*;

3) uma “alteração na perspectiva” de abordagem de um problema com sequelas práticas – uma aporia, como estudámos antes – ou numa questão filosófico-linguística é algo que está ao alcance de um profissional “habilidoso” – de uma “raposa” da gramática dos nossos jogos de linguagem; e

4) Por fim, que Wittgenstein não tenha “estipulado” uma linha de raciocínio clara, quanto ao seu entendimento das possibilidades do Método filosófico, quanto à sua caracterização externa ou à sua operatividade, conferindo-lhe um trabalho limitado, mas geograficamente identificável (exercício que faz para a própria noção de *Filosofia*), é algo que, conhecendo alguns traços de carácter que a si próprio adscrevia, talvez devamos atribuir menos a um lapso ou um “descuido conceptual” do que a demandas da própria vaidade.

5.2 UMA “APLICAÇÃO” DO MÉTODO – LIMITES DA LINGUAGEM E PRINCÍPIO DE SANIDADE

«[há] uma aglomeração de pensamentos que não podem sair para fora, porque querem abrir todos caminho e ficam presos na saída».

L. WITTGENSTEIN, RFGB.⁶⁷

Uma vez que trabalhamos neste texto a questão do *sentido* – melhor, do seu “restabelecimento” - à maneira da recuperação de uma doença, como um princípio de homologia ou de correspondência por adequação entre um dado padecimento e o princípio da sua cura, estaremos autorizados a considerar que uma praxis terapêutica adequada a uma doença do intelecto deve utilizar no restabelecimento da saúde os mesmos componentes que induziram a doença a manifestar-se e a expandir-se. Este inibidor de sintomas, já o demonstrámos por várias vias de leitura, é o da análise gramatical, purga de malentendidos linguísticos, resultantes de erradas atribuições de sentido a enunciados discursivos, a partir de confusões quanto à forma (sintáctica) das proposições e dos jogos de linguagem que as conectam.

E está, justamente, adscrita a essa via terapêutica, uma “disposição modelar” (não propriamente teorizada, mas assumida como charneira de selecção entre as expressões que “passam” o teste semântico da coerência e as que são rejeitadas como *non-sense*) da fronteira que limita a própria linguagem.

Gefwert, no ensaio já citado, aponta a matização que estes limites tomaram nas duas “formas de pensar” de Wittgenstein (de acordo com a terminologia que este autor adopta, e a que já nos referimos, para mencionar os diferentes períodos da evolução do pensamento de Wittgenstein). Escreve:

«No pensamento de Wittgenstein anterior a 1929, a tese sobre os limites da linguagem fornecia uma distinção entre aquilo que podia ser dito e aquilo que apenas podia ser mostrado. O último aspecto chamava justamente a atenção para a forma lógica que exhibe a forma comum do pensamento e da realidade. Esta forma lógica do mundo é conhecida *a priori* e mostra-se a si própria: por isso é transcendental. [...] Disse-se que Wittgenstein, nos seus escritos posteriores a 1929, dá a impressão de querer abandonar a noção de “limites da linguagem” adoptada na sua forma de pensar

⁶⁷ In WITTGENSTEIN, Ludwig, *Philosophical Occasions 1912-1951*. Edited by James Klagge and A. Nordmann, Hackett Publishing Company, Indianapolis & Cambridge, 1993, RFGB, p. 122: «*Das Gedränge der Gedanken, die nicht herauskönnen, weil sich alle vordrängen wollen und so am Ausgang verkeilen*».

anterior. Ao invés, agora diz que deseja permanecer “apenas dentro da própria linguagem”». ⁶⁸

Porém, este contraste não especifica aquilo que realmente mudou, em termos de análise linguística (segundo as IF, *gramatical*) e dos resultados concretizados nas “formas de falar”, ministrados pelos exemplos que o próprio Wittgenstein oferece.

O que significa “permanecer dentro da linguagem”? Em que medida, com esta nova “etiqueta metodológica” se abandona ou altera a anterior determinação (a do TLF) quanto aos limites da própria linguagem? A aproximação a uma resposta possível para esta conversão do pensamento e da concepção da linguagem, é, no fundo, toda a literatura que discorre sobre o que disse Wittgenstein. Em perspectivas de divisão, de ruptura, de continuidade ou de tomadas de posição parcelares de todas elas, ao abrigo de critérios também convencionados.

Uma “fórmula” quase geográfica de fazer essa abordagem crítica, pode passar por centrar a atenção nos textos do chamado “período médio”, ou seja, entre a publicação do TLF e o consequente abandono da actividade filosófica (desde o fim da Primeira Guerra Mundial até 1929) e os esboços, concepção e ultimate das IF, até à morte de Wittgenstein. É essa a estratégia de Gefwert, que centra a sua leitura, na cisão “pré-1929” e “pós-1929”.

Gefwert apela para a “medida kantiana”, ponto fixo do eixo de variação do pensamento de Wittgenstein, em torno da questão dos “limites” (especificamente, dos limites da linguagem), entendendo o *Limite como uma demarcação positiva que abriga e confina o que está aquém do mesmo limite*; tal como o papel desempenhado por uma fronteira – de resto, não é esta uma aproximação original deste autor, neste ponto; o próprio Wittgenstein a ela se refere.

Em CV, num aforismo de 1931, lemos:

«Os limites da linguagem mostram-se na impossibilidade de descrever o facto que corresponde a uma proposição (que é a sua tradução), sem pura e simplesmente repetir a frase. (Estamos aqui a lidar com a solução kantiana do problema da Filosofia)». ⁶⁹

⁶⁸ GEFWERT, Christoffer. *Wittgenstein on Thought, Language and Philosophy*, Avebury Series in Philosophy, 2000, 37 (a tradução é da nossa responsabilidade).

⁶⁹ In WITTGENSTEIN, Ludwig. CV: «*Die Grenze der Sprache zeigt sich in der Unmöglichkeit, die Tatsache zu beschreiben, die einem Satz entspricht (seine Übersetzung ist), ohne eben den Satz zu wiederholen. (Wir haben es hier mit der Kantischen Lösung des Problems der Philosophie zu tun)*», in *Vermischte Bemerkungen*. Suhrkamp Verlag, Frankfurt am Main, 1977, p.27 (a tradução é da nossa responsabilidade).

No entanto, é importante frisar que este mesmo ponto de *contacto* pode funcionar como uma crítica *contra* a solução kantiana do problema da Filosofia.

Quer dizer: a noção de “limite”, aplicada à possibilidade do conhecimento, delimitava, para Kant, um espaço de funcionamento autónomo das faculdades humanas num trabalho conjunto entre a recepção dos *sensa-data* e respectiva articulação conceptual com base numa subsunção categorial, obtida pela espontaneidade do Entendimento e coadjuvada pela plasticidade da *esquematização*, na função intermédia da Imaginação transcendental.

Onde este esforço de articulação cognoscitiva não tinha mais matéria para se “exercitar” e produzir o *novum* enquanto condensado de síntese, o conhecimento humano terminava e os limites que assim se demarcavam davam a medida da diferença entre a especulação vazia ou o exercício dialéctico (porquanto desprovidos de material sensível, mas, mais ainda, porque privados do elemento de composição imaginativa, operante entre a informação da sensibilidade e a espontaneidade construtiva do entendimento) e a legitimidade do uso articulado das faculdades humanas para o empreendimento cognoscitivo.

Fora deste reduto, porém, Kant salvaguardava as Ideias reguladoras da razão ou os postulados da razão pura prática, tal como referia a célebre cisão entre *Conhecer* e *Pensar*, defendendo que é possível continuar a pensar, uma vez esgotada a possibilidade de conhecer.

Ora, a noção de “limite” que interessa a Wittgenstein, tem que ver sempre com o limite linguístico (mais do que um problema cognoscitivo, é um problema de articulação discursiva factível, portanto, um problema *gramatical*). O núcleo fundamental desta questão – ela própria uma “questão-limite” – é que temos sempre que utilizar uma frase (ou conjunto de frases) para *descrever* um facto ou estado de coisas. E esta simples constatação denota um ponto fulcral na evolução do pensamento de Wittgenstein.

Aproveitando a citação acima estabelecida (ou outras com terminologias diferentes, mas com um sentido de classificação próximo), relativamente ao “período médio”, facilmente constatamos que Wittgenstein continua a manter uma tese sobre os “limites da linguagem”, depois do TLF (e, muito especialmente, nas IF); que, agora, essa tese se apoia no limite das frases *non-sense*, que podem ser as próprias regras da gramática ou frases cuja combinatória sintáctica, semântica ou *pragmática* dos termos não foi verificada ou em que não foram respeitadas as respectivas condições de construção e, por isso, o seu uso é um uso indevido, porque deslocado no âmbito semântico correcto dessas proposições ou enunciados.

A superestrutura metafísica de uma Realidade – como a ficção do “als ob” kantiano - que impõe a sua forma à Linguagem, *desde fora*, está banida da segunda maneira de pensar de Wittgenstein.

Este apercebe-se, agora, nos anos pós-TLF, que a diferença entre estes aspectos não se vê se a forma lógica é aquilo que é comum à realidade e à linguagem. Doravante, não procura nenhum tipo de estrutura externa homologável (como a forma lógica), porque dá por suposto que *não há* nenhuma estrutura desse tipo para ser encontrada. Em alternativa, podemos dizer numa metáfora que o ponto de vista que agora adopta, não conduz a um mapa de grande escala (como um terreno completo observável a grande altitude), mas a um contraste importante dos vários movimentos feitos no solo pelos utilizadores da linguagem. *Directamente do solo*.

Na sua última maneira de pensar, tal como condensada nas IF, o que mais fortemente caracteriza os limites da linguagem, não é a “fronteira externa”(delimitadora de um reduto) desta última, mas os *limites internos* dos jogos de linguagem, sobretudo nas inevitáveis restrições que um participante sofre, quanto à formulação de “jogos secundários” sobre “práticas primárias”. Estas restrições conduzem, por exemplo, à distinção entre frases que cumprem um critério de “contextualidade”⁷⁰ no âmbito de um jogo de linguagem determinado – e que, portanto, “passam” o teste de avaliação semântica – e frases que não cumprem este requisito e são, por isso, vetadas no seu uso dentro de um domínio discursivo especificável (justamente o que está sob análise).

Podemos dizer que, na segunda maneira de pensar do autor, uma “lógica efectiva” é uma “lógica de participação”: participação expressa nos jogos de linguagem, isto é, no meio acessível e intercambiável de comunicação. Para nos podermos expressar, temos que estar aptos a usar o jogo. Além disso, entendemos *naturalmente* a diferença, dentro daquele, entre frases com sentido e frases sem sentido⁷¹. Esta naturalização da semântica das próprias frases no interior de um processo comunicativo é fornecida pela inserção de um dado grupo de jogos de linguagem e de jogadores competentes para os mesmos numa forma de vida conhecida.

Os limites da linguagem nos nossos jogos são algo que temos que *aceitar* – e não “estipular” ou determinar, de uma forma marginal, normativa – para perceber até

⁷⁰ Analisaremos, no ponto seguinte deste trabalho e de forma bastante mais minuciosa, esta condição enquanto “condição de asseverabilidade”.

⁷¹ Este ponto ficará também mais esclarecido no próximo ponto deste trabalho, quando averiguarmos a noção e a praxis do que seja “seguir uma regra”.

que ponto as palavras numa proposição dizem alguma coisa. O resultado é que *uma proposição da nossa linguagem corrente não pode dizer nada sobre os limites da própria linguagem, em palavras.*

O sentido não é constituído nem por um acto mental peculiar, a partir de cujas “propriedades lógicas” a linguagem fluiria, dedutivamente; nem por uma grelha fixa de normas (estabelecidas *a priori* ou derivadas de um hábito de aplicações peculiar, unificado pela regularidade das mesmas), pela qual se devam orientar e estabelecer todos e cada um dos jogos de linguagem. O sentido do discurso tem um relevo pragmático, axialmente determinado pelo polimorfismo dos jogos de linguagem e não é, portanto, algo *pressuposto* (como um âmbito de significados últimos e indecomponíveis, como os objectos simples do TLF ou como a ideia do Verdadeiro de Frege) nem esquematicamente *dedutível* de leis ou princípios normativos (de regras) que configurem estritamente *a priori* as condições de verdade de todo e qualquer enunciado asseverável. Sobre este ponto dentro do pensamento de Wittgenstein, especialmente no âmbito das IF, já dissemos bastante – no que respeita à determinação do sentido das frases pela aferição da sua correcção gramatical - e a ele ainda voltaremos no último ponto do texto, quando falarmos das relações entre o exercício filosófico e a operatividade do conceito de Gramática.

Os jogadores de jogos linguísticos descontínuos (e de algumas composições de jogos possíveis), não podem: 1) refugiar-se no *status* das regras, marginal às jogadas; ou 2) ter acesso a uma visão separada, mas simultânea, da *prática* e do seu *como* exterior (possibilitante e estruturador), numa “perspectiva de voo”, bastante afim à noção de cisão entre o olho e o seu campo visual, dada no TLF.

Nas IF, a própria sugestão de uma cisão legisladora ou normativa já é uma transgressão às condições para fazer asserções com sentido. Para além de contraproducente, esse esforço esquizóide é prejudicial à continuidade dos jogos correntes, porque emperra a sua sequência “lógica”, ou seja, a sua progressão livre; como se, por exemplo, o próprio jogador de um jogo de xadrez pretendesse esconder as pedras *ao* tabuleiro... ou como se o jogador fosse o árbitro e o jogador, no mesmo lance.

Claro que, então, o lance não se dá, e o jogo de xadrez *é pensar o jogo de xadrez ou pensar em dificultar a jogada do adversário com base em pensar a minha jogada.*

No fundo, a questão basilar, aqui plasmada em exemplos, diz: *Como traçar limites ao pensar?* – E esta questão, agora, basta; na medida em que estes limites serão os mesmos da própria linguagem – este é um ponto em que o “diálogo” de Wittgenstein com Kant se interrompe, porque ao primeiro interessa colocar como “objecto de consciência” a própria Linguagem, mesmo se as traves formais não explicitadas desta intenção são as do modelo de condições de possibilidade que o segundo inventariou para poder configurar o âmbito da “experiência”. Ora, se aceitarmos a grelha estrutural subjectiva que a revolução Copernicana de Kant pôs a claro, temos que aceitar também que a posição da Linguagem como âmbito objectual pela consciência “wittgensteiniana” é suportada por um reduto formal que não pode tornar o mesmo objecto irreconhecível de uma maneira de pensar para outra, ou seja, não pode desconfigurar a tal ponto o seu objecto intencional que este não se possa mais identificar e se percam, portanto, os justos nexos da sua evolução temática.

Vejamos como se pronunciam “as duas maneiras de pensar de Wittgenstein”. No TLF encontramos:

«5.557. A aplicação da Lógica decide quais são as proposições elementares que existem. O que pertence à aplicação, a Lógica não pode antecipar. É claro que a Lógica não pode colidir com a sua aplicação. Mas a Lógica tem que estar em acordo com a sua aplicação. Assim, a Lógica e a sua aplicação não devem tentar dominar-se mutuamente.»; [...] 5.6 *Os limites da minha linguagem significam os limites do meu mundo.*»⁷²

E nas IF temos:

«Isto exprime-se na pergunta pela *essência* da linguagem, da proposição, do pensamento. – Se também nós tentamos, nas nossas investigações, compreender a *essência* da linguagem – a sua função, a sua estrutura – *isso* não é, no entanto, o que aquela pergunta tem em vista. Nela vê-se a *essência*, não como algo que está exposto já à luz do dia, e a que se pode dar um arranjo *panorâmico*, mas como algo que jaz *debaixo* da superfície, apenas no interior, aquilo que vemos quando o nosso olhar penetra através da coisa e que é suposto ser escavado pela análise. [...] Nós perguntamos: “O que é a linguagem? O que é a proposição?” E a resposta a estas

⁷² TLF, Ed., cit., 66/67. 5.557: «Die Anwendung der Logik entscheidet darüber, welche Elementarsätze es gibt. Was in der Anwendung liegt, kann die Logik nicht vorausnehmen. Das ist klar: Die Logik darf mit ihrer Anwendung nicht kollidieren. Aber die Logik muss sich mit ihrer Anwendung berühren. Also dürfen die Logik und ihre Anwendung einander nicht übergreifen»; 5.6: «Die Grenzen meiner Sprache bedeuten die Grenzen meiner Welt».

perguntas tem de ser dada de uma vez por todas e independentemente de qualquer experiência ulterior». ⁷³

Para dar conta (uma conta quase estanque, quase “visual”) dos limites, assinaláveis ao pensar ou ao falar com sentido lógico, teríamos que ser capazes de ver o que os ultrapassa: o lado de cá da circunscrição (de que falamos) e o que lhe sobrevém, do lado de lá dessa linha.

Voltamos a Parménides, se perdermos algum tempo a especular, desnecessariamente, sobre *uma condição* que deve ser estipulada. Senão, vejamos. Podem aparecer perguntas como: “como pensar o impensável”, “como pensar o que já não é objecto de pensamento”, “como abarcar o próprio pensamento com uma reflexão dobrada sobre si”, etc.

Wittgenstein não se detém em Eleia nem na diferença entre o Ser e o Pensar. Porque estabeleceu as marcas tangíveis do sentido: só podemos pensar aquilo que é *pensável* e aquilo que é pensável é o que se pode expressar, o que se pode jogar discursivamente. Qualquer “psicologia” do “por detrás da expressão”, não lhe interessa. (A comparação com Parménides não é objectiva, está claro; é apenas ilustradora de uma demarcação de âmbitos “ontológicos” - no caso de Wittgenstein, estes são terminológicos e conceptuais e o extravio ou a não assunção dos mesmos pode incorrer em especulações desnecessárias, típicas do “problema filosófico”, tal como é descrito na sua configuração sintomatológica pelo filósofo).

Este tipo de cisões hipostasiadas, como margem de compreensão por *contraste com o que Wittgenstein não faz*, é ainda mais nítido e detalhado no caso da sua recusa do Argumento da Linguagem Privada, nas IF, e nas suas considerações quanto à expressão primitiva da sensação – ou seja, à linguagem de sensação, que não está desvinculada de critérios públicos de aquisição e de validação –, que, paulatinamente substitui, no comportamento da criança, o grito ou o gemido, o choro, por uma frase ou uma queixa discursiva (o que, naturalmente, passa por uma aprendizagem, enquanto “adestramento”, mas é um processo tão precoce como a substituição do inarticulado pelo articulado, ou seja, a aquisição da língua materna, o aprender a falar).

⁷³ In WITTGENSTEIN, Ludwig. IF. Werkausgabe, Band 1, Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1984, § 92, 293: «Dies drückt sich aus in der Frage nach dem Wesen der Sprache, des Satzes, des Denkens. – Denn wenn wir auch in unsern Untersuchungen das Wesen der Sprache – ihre Funktion, ihren Bau – zu verstehen trachten, so ist doch nicht das, was diese Frage im Auge hat. Denn sie sieht in dem Wesen nicht etwas, was schon offen zutage liegt und was durch Ordnen übersichtlich wird. Sondern etwas, was unter der Oberfläche liegt. Etwas, was im Innern liegt, was wir sehen, wenn wir die Sache durchschauen, und was eine Analyse hervorgehen soll. [...] Wir Fragen: “Was ist die Sprache? Was ist der Satz?” Und die Antwort auf diese Fragen ist ein für allemal zu geben; und unabhängig von jeder Erfahrung».

Gostaríamos, para não dar este ponto da argumentação por gratuito – mais ainda, para não dar a apresentação de uma tese importante do autor por gratuita –, mas de matizar o que vimos defendendo com algumas extracções importantes das próprias IF, que se referem ao argumento da linguagem privada e a algumas *reductiones ad absurdum* de que Wittgenstein faz acompanhar a sua exposição.

Assim, em IF 256:

«O que há então com a linguagem que descreve as minhas vivências interiores e que só eu próprio posso compreender? Como é que designo as minhas sensações com palavras? Está a palavra com que designo a minha sensação ligada com a minha natural exteriorização da sensação? – Neste caso, a minha linguagem não é “privada”. Uma outra pessoa podia compreendê-la, tal como eu a compreendo. – Mas como é no caso em que não tenho qualquer exteriorização natural da sensação, mas apenas a sensação? Então associo simplesmente nomes com sensações e uso estes nomes numa descrição». ⁷⁴

E em IF 290:

«Eu não identifico a minha sensação por meio de critérios, mas utilizo antes a própria expressão. Mas com isso não acaba o jogo de linguagem: com isso começa o jogo de linguagem. [...]». ⁷⁵

A transição entre o que dissemos antes, a respeito do pensamento – seria quase estranho falar de uma forma de “pensamento privado”, mas não tanto de uma “intransmissibilidade” do pensamento ou mesmo de um código fechado, sem correspondências na expressão corrente, que o converteria num “processo misterioso”, hermético e imperscrutável do ponto de vista da análise – e a diferença paralela que agora enunciámos, entre a sensação e a sua configuração expressiva ou discursiva, por adestramento e substituição naturais, sequenciais, é um tema muito bem exposto e aprofundado por António Marques no seu livro *O Interior – Linguagem e Mente em Wittgenstein* ⁷⁶.

⁷⁴ IF, 256: «Wie ist es nun mit er Sprache, die meine inner Erlebnisse beschreibt und die nur ich selbst verstehen kann? Wie bezeichne ich meine Empfindungen mit Worten? – So wie wir's gewöhnlich tun? Sind also meine Empfindungsworte mit meinen natürlichen Empfindungsausserungen verknüpft? – In diesem Falle ist meine Sprache nicht “privat”. Ein Anderer könnte sie verstehen, wie ich. – Aber wie, wenn ich keine natürlichen Äusserungen der Empfindung, sondern nur die Empfindung besässe? Und nun assoziiere ich einfach Namen mit den Empfindungen und verwende diese Namen in einer Beschreibung.». Ed. Cit., 360.

⁷⁵ IF, 290: «Ich identifiziere meine Empfindung freilich nicht durch Kriterien, sondern ich gebrauche den gleichen Ausdruck. Aber damit endet ja das Sprachspiel nicht; damit fängt es an», Ed. Cit., 372.

⁷⁶ MARQUES, António: *O Interior – Linguagem e Mente em Wittgenstein*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2003.

Num capítulo intitulado “Não há experiência interna sem a exteriorização da mesma”, o autor faz uma exposição crítica do argumento e do problema da linguagem privada, discutido por Wittgenstein – segundo este comentador – entre os §§ 243 e 315 das IF, e são apresentados alguns pontos débeis de uma concepção de experiência privada, alheia a qualquer tipo de expressão ou, mais complicado e fantástico ainda, ligada a uma expressão também ela privada, ou seja, dispensada de quaisquer critérios públicos de verificação e comunicabilidade. Com o intuito de esclarecer este mal entendido, que ilude pelos seus termos definitórios, escreve A.Marques:

«[...]Wittgenstein vai colocar sob análise gramatical [...] justamente o interior, ou esse interior a que se terá um acesso privilegiado e privado. Por *análise gramatical* entenda-se aqui o método usado por Wittgenstein, isto é, uma comparação e diferenciação dos usos múltiplos das expressões e de termos linguísticos. A consequência mais imediata desta, digamos, *atitude metodológica gramatical* será que, quando falamos em algo como um interior, não podemos prescindir de uma linguagem com que nos referimos a esse interior [...]»⁷⁷.

E, comentando as referências explícitas de Wittgenstein aos meios discursivos para *substituir* a originalidade da sensação, nas secções das IF supra-mencionadas, o autor dá conta da concepção wittgensteiniana do interior, quanto a este ponto determinado:

«Em primeiro lugar, parece ser certo que não há experiência interna sem expressão da mesma e, em segundo lugar, que a expressão é anterior a qualquer outra forma de designar a sensação. [...] Falar privadamente do meu interior seria o mesmo que ultrapassar os férreos limites da linguagem em que toda a minha aprendizagem foi realizada. Levar o defensor de linguagens privadas a reconhecer que ele não pode deixar de usar critérios públicos para falar da sua experiência interior imediata e por isso que a designação *apenas para mim* de coisas interiores é só mitologia, é um dos resultados visados por Wittgenstein. Não há qualquer coisa como uma colagem *privada* da vivência à palavra, precisamente por falta de critérios...*privados*».⁷⁸

Com o apoio desta exposição, vemos como algo atravessa, fielmente, como uma convicção ou um princípio metodológico para o seu próprio trabalho, as duas formas de pensar de Wittgenstein: a noção de *limite* ou de limites, há que encontrá-la

⁷⁷ Op. Cit., p. 80.

⁷⁸ Idem, p. 87.

na linguagem, na expressão ou manifestação perceptiva do pensamento e não no “espírito” ou num reduto de pensamento (meramente) “privado” ou focado por critérios privados; por isso, uma sugestão como a do pensamento ser uma estrutura cognitiva mais sublime ou anterior à lógica da sua manifestação linguística, é irrelevante para o autor e mesmo menosprezada (pela falta de *critérios* mencionada na citação acima).

A linguagem é a única forma viável de acesso ao pensamento, porque é o seu veículo; e é, por isso, um facto analisável, como todos os factos, mesmo se tem um matiz de maior abrangência ou generalização – porquanto cobre a totalidade da extensão discursiva dos mesmos.

Deve, portanto, ser abordada “desde dentro”, com base no critério de compreensão de uma expressão compósita, que abriga a sua designação e a amplifica aos contextos de uso, a expressão *Jogo de Linguagem* – ou seja, mediante a análise dos jogos de linguagem disponíveis que, enriquecendo a escassa versatilidade autorizada por um princípio de verificação para nomes e funções lógicas como o que Wittgenstein defendia no TLF, é substituída por um instrumento de análise gramatical e de investigação das condições estruturais de um jogo, tal com sugerem as IF:

Não obstante as demarcações gramaticais que Wittgenstein introduz nos seus escritos desde o princípio dos anos 30, as ilusões que causam as perplexidades filosóficas, denunciadas como abismos e ratoeiras que a própria Linguagem cria ao seu utilizador – sobretudo se este é um filósofo! - são como as ilusões transcendentais da razão, que Kant dizia serem como “miragens” [*Erscheinungsphänomene* ou “fenómenos aparentes”] que entravam o correcto demarcar das condições de possibilidade do conhecimento e da experiência.

Isidoro Reguera escreve, a propósito deste paralelo:

«Porque a ilusão da linguagem é a mesma da razão: como analisar a linguagem com a linguagem? [...] Existe a linguagem enquanto tal? Se o giro reflexivo moderno ilustrado da razão e do seu método se incrustou no espírito e nas suas faculdades, hipostasiando-se neles, o giro linguístico do século XX fez o mesmo com a linguagem». ⁷⁹

Neste estado de perplexidade ante uma ruptura que apenas aproveita o *método* da revolução Copernicana de Kant, ou seja, que representa uma *inflexão* de perspectiva, sem contudo voltar a incidir estritamente o holofote da atenção nas

⁷⁹ In REGUERA, Isidoro; *Ludwig Wittgenstein – un ensayo a su costa*; Madrid, EDAF Ensayo, 2002, p. 61.

estruturas subjectivas, manter a “sanidade transcendental” é um princípio de fobia ao atrito da vida, que nem o próprio filósofo tem condições de suportar, sem que daí advenham lesões anacrónicas. Nem a Razão nem a Linguagem têm o estatuto de *Ens causa sui* que o Deus hipostasiado da tradição medieval tinha mantido a duras penas. As condições de possibilidade da linguagem são patenteadas na sua praxis por falantes competentes.

Os requisitos de coerência do discurso mudaram. A Palavra não tem mais porque assistir a um falso prurido de atribuição de vida, *ex-nihilo*, às coisas que nomeia; nem as coisas são o dado essencial e criador do sentido das palavras, servindo-lhes de substrato. Embora apresente vestígios de uma “Querela dos Universais”, o eixo de rotação problemático é outro – é a “necessidade vital dos homens”, como lembra Wittgenstein.

Doravante, e no caminho projectado até à “coleção de memórias para um dado fim” (como Wittgenstein define o seu trabalho filosófico) que são as IF, o autor defenderá que falar *das coisas* ou *sobre elas*, é só falar da linguagem e com a linguagem que as anima. Não separadamente, mas “desde dentro” do âmbito linguístico nos seus diferentes usos (e sem nenhum mistério).

Falar e pensar são dois processos inextricavelmente conjuntos, mas não à maneira de uma colagem de correspondência facto/proposição, e sim como uma espécie de “patenteação fenomenológica” daquilo *que é pensado* naquilo *que é dito*.

Vejamos: este não é um esforço de nomeação originária, criacional – nada disso interessa a Wittgenstein; é um processo *práxico* de concomitância, mas que condiciona o sentido das falas. Aprofundemos este ponto, para melhor o demarcar através de contrastes exemplificadores. Para tal, olhemos panoramicamente para um cenário em mutação, para “uma maqueta a tornar-se cidade”:

O empenho clarificador e delimitador dos factos do mundo na sua necessária plasmação lógica, que definia as teses do TLF, choca em si próprio, limitando o seu alcance à tautologia de se repetir, como um todo. Ou seja: desde o *modo como está apresentado* e de acordo com *aquilo que apresenta*, falar de ou expor tematicamente o TLF é, sem dúvida, repeti-lo.

A maior elegância que lhe assistia era ter plena consciência desse facto e atestá-lo, *desde dentro*, a partir das suas próprias proposições. Nele, Wittgenstein pensa os limites *no limite* das próprias condições para o fazer, consciente da corda a arder que atravessa, para chegar a margem nenhuma, só ao buraco do abismo.

Porque – e essa era a sua supremacia intelectual e, ao mesmo tempo, a sua coragem moral –, se Wittgenstein acreditava ter resolvido, de uma vez para sempre, os problemas ali expostos (“os problemas da Filosofia”, como diz no Prólogo), expondo

uma verdade última e inquebrantável nas suas 7 proposições, também assumia que o valor dessa empresa estava em mostrar que nada de importante se extrai desse esforço: o seu esclarecimento é prova da sua inutilidade, deitando fora cada uma das suas afirmações, como uma incineradora de destroços.

Assim, em 6.52, afirma:

«Sentimos que, mesmo quando todas as *possíveis* questões da ciência fossem resolvidas, os problemas da vida ficariam ainda por tocar. É claro que não haveria mais questões; e esta é a resposta»⁸⁰.

E aqui passa a consciência de *limitação* de um livro inteiro: quando terminasse a solução para todos e cada um dos problemas da ciência – os únicos com sentido – a vida ainda estaria intacta, ilesa fora da jaula lógica.

O único sentido dos problemas vitais é não terem *nenhum sentido lógico* (não há, neles, termos de correspondência); por isso, desaparecem *enquanto problemas*, logo que se saiba isto, e não se voltam a impor, porque de uma vez só se desfez a mentira de um suposto mapa lógico que lhes conviesse e abriu-se, assim, o caminho para a sua (Di)-solução. A diferença, mais uma vez, é “de estatuto”. Esses problemas marcam o limite das correspondências especulares facto-proposição.

Quem tenta enformar um fantasma, conseguirá, no máximo, comprovar as limitações do próprio limite espacial. Os problemas verdadeiros, os plausíveis, as aporias traçáveis, ficaram atrás, antes da proposição 6 do TLF, no “quintal” pictórico (ou seja, nas proposições sobre Lógica). Onde havia possibilidades de solução e se percebiam as respectivas vantagens: na descrição lógica dos factos do mundo. Fora deste descritivismo da congruência pictórica, fica o enigma do “*quê*”; não do “*como*” nem do “*porquê*”. E como só há uma linguagem para representar o representável, esse mesmo confim é o princípio do silêncio.

O Limite é um calar-se.

Então, quando se esgote o que se pode dizer sem pisar esse risco, quando se solucionarem todos os problemas que podem, correctamente, traçar-se enquanto *Aporias*, quando se responda às perguntas que possam fazer-se, fecha-se um livro ou vai-se para casa, por mais que o regresso seja *logicamente* frustrante.

Só os factos, na medida em que se deixam representar proposicionalmente, são problemas (lógicos). Mesmo ao abrigo de uma, já de si, limitada concepção

⁸⁰ In WITTGENSTEIN, Ludwig. TLF. Lisboa, Edições da Fundação Calouste Gulbenkian, 2002, p. 141.
«Wir fühlen, dass, selbst wenn alle möglichen wissenschaftlichen Fragen beantwortet sind, unsere Lebensprobleme noch gar nicht berührt sind. Freilich bleibt dann eben keine Frage mehr; und eben dies ist die Antwort», In WITTGENSTEIN, Ludwig. Werkausgabe Band 1, Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1984, 85.

pictórica do sentido da linguagem, tudo o que cabe fazer resume-se ao enunciável por *representação* ou por *substituição*.

O que não for assim enunciável, não é uma questão: é um cisne a cantar.

*

Hans-Johann Glock, no *Wittgenstein Lexicon* escreve, numa entrada subordinada ao tema “Philosophie”:

«A tarefa da Filosofia não é procurar responder a estas questões⁸¹, mas mostrar que elas ferem as fronteiras do sentido».⁸²

E esta consciência, assim pensamos, é aquilo que não varia, nem vacila um milímetro, entre os textos de juventude e os de maturidade de Wittgenstein. Se existe uma linha de inequívoca uniformidade, a cortar transversalmente o pensamento do filósofo, está aqui. E é, no fundo, uma linha ética; não doutrinal nem teórica: mas de carácter.

É um dado, quase um *a priori* moral – tal como o imperativo categórico de Kant. Não é negociável.

Mas é apenas um ponto de partida, de onde a acção (ou o raciocínio, a *expressão linguística*) sai e ao qual volta, mas que nunca impede uma viagem. Pelo contrário, é justamente os seus documentos e a sua bússola.

Só com base num registo dos movimentos que são legítimos numa jogada determinada, isto é, em regras de uso que se destinam a compendiar, formalmente e ainda *a priori*, as jogadas factíveis, sobretudo através de restrições *negativas* – isto é, das jogadas que não se podem fazer *nesse* jogo – é que o andarilho (jogador) pode caminhar.

Este *marco normativo*, que no TLF era estanque e rigoroso (levava o nome de “análise lógica” e era um desenvolvimento do atomismo lógico de B.Russell); que, nas IF, se adapta a uma “metodologia diferencial” (de base gramatical), é o que despista a *doença do intelecto* como um mero “fora de jogo”.

Expliquemo-nos. No TLF, aplicava-se uma grelha (como uma minuta de verificação) a qualquer conjunto de dados particulares – ou seja, de *proposições* – e

⁸¹ Entenda-se, as questões que são apresentadas como problemas filosóficos históricos ou tradicionais.

⁸² In GLOCK, Hans-Johann. *Wittgenstein Lexicon*, Wissenschaftliche Buchgesellschaft, Darmstadt, 2000, p. 265. «Die Aufgabe der Philosophie ist nicht zu versuchen, diese Fragen zu beantworten, sondern zu zeigen, dass sie die Grenzen des Sinns verletzen».

fazia-se a prova de verdade: a frase *passava* ou *não passava* o teste de verificação. Era verdadeira ou era falsa.

No TLF, termos como “linguagem”, “proposição”, “pensamento” e termos do mesmo âmbito semântico estavam determinados como conceitos formais de validade universal. O “pensamento” expresso pela proposição constituía o único intermediário entre os sinais proposicionais e os factos. O seu “estatuto de intermediário” consistia, justamente, em manter o mesmo tipo de relação com a realidade e com as palavras, até projectar o sentido da primeira no das segundas. Ser um intermediário supõe, para o pensamento, ser o próprio “conteúdo” da frase e o signo proposicional o seu “esqueleto” ou estrutura. Porém, esta (aparentemente) simples lógica de correspondência por isomorfismo, induz a falsa convicção de que se o pensamento é o justo mediador entre a linguagem e a realidade, então estaremos assegurados em captar esta última através do primeiro. Essa megalomania projectiva (posteriormente esmiuçada por Wittgenstein) estava suportada por uma concepção representacionista do conhecimento e pelo correspondente modelo denotativo da linguagem vinculado àquela. O mesmo é dizer, por um esquema de essencialismo estrito, coberto pelas formulações discursivas correntes, o TLF asseverava que a *essência* do sentido (linguístico) do mundo residia nos nexos profundos de correspondência entre o sinal proposicional e a entidade última do real. Analisar logicamente a linguagem resultaria, portanto, *em conhecer*, por uma mediação desconstrutiva, a “Ding an sich”, como matéria arcaica de composição dos próprios fenómenos. Esta ilusão tinha dois milénios e o moderno crivo de um sistema crítico, que não a autorizaria a plasmar-se em novas formas, com imunidade.

Os textos do período médio elaboram, até às IF, um esquema de avaliação por contrastes e *diferenças*. Um aluno e amigo pessoal de Wittgenstein, M. O’C. Drury, relata, inclusive⁸³, como o primeiro pensou em colocar como adágio das IF, uma frase do *Rei Lear* de Shakespeare: “*Ensinar-te-ei as diferenças*”.

Isso não aconteceu, *ipso facto*, mas o esforço crítico de aprender a *ver as diferenças*, foi feito pelo passador reflexivo das *Confissões* de Sto. Agostinho e do combate a uma noção mimética de aprendizagem da Linguagem.

“Fazer justiça aos factos” é tecer uma teia complicada; não é desfazer um novelo ou descascar uma cebola até chegar ao seu cerne, igual a todas as outras cascas, sem primazia. Por isso, o esforço último de Wittgenstein – o esforço por estabelecer as diferenças gramaticais e denunciar o equívoco de colocação de algumas questões – é *expansivo*, ampliador e não “introspectivo” ou “retroactivo”,

⁸³ Apud FANN, K.T. *Wittgenstein’s Conception of Philosophy*, Routledge and Kegan Paul, London, 1969, p. 69.

metido consigo, perscrutando respostas definitivas, com o mesmo nível de evidência e distinção que Descartes reconhecia às ideias inatas da Alma.

Assim, o mesmo aluno de Wittgenstein, M. O’C. Drury, insiste em que⁸⁴:

«Toda a força da investigação de Wittgenstein perde-se se não podemos ver como, continuamente, aponta para além de si».

E Wittgenstein, *diferencia*:

«Um ensino que queira ficar pelos exemplos dados, distingue-se daquele que aponta para além deles».⁸⁵

⁸⁴ Apud Idem, p. 70.

⁸⁵ In WITTGENSTEIN, Ludwig. IF. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2002; trad. Port. de M.S. Lourenço, 3ª ed., § 208, p. 324. «*Ein Unterricht, der bei den vorgeführten Beispielen stehen bleiben will, unterscheidet sich von einem, der über sie "hinausweist"*», in WITTGENSTEIN, Ludwig, *Philosophische Untersuchungen*, Werkausgabe, Band 1, Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1984, 348.

CAPÍTULO 4:

O PARADOXO CÉPTICO NAS *INVESTIGAÇÕES FILOSÓFICAS*

§6. A RESPOSTA DE SAUL KRIPKE: “REGRAS PARA A DIRECÇÃO DA SAÍDA”

«Sections 138-242 deal with the sceptical problem and its solution. These sections – the central sections of *Philosophical Investigations* – have been the primary concern of this essay. We have not yet looked at the solution of the problem, but the astute reader will already have guessed that Wittgenstein finds a useful role in our lives for a “language game” that licenses, under certain conditions, assertions that someone “means such-and-such” and that his present application of a word “accords” with what he “meant” in the past. It turns out that this role, and these conditions, involve reference to a community. They are inapplicable to a single person considered in isolation. [...] Wittgenstein rejects “private language”.»

SAUL KRIPKE, *Wittgenstein on rules and private language*.⁸⁶

Façamos um excuro nas IF até aos §§ 136 e 138. Nos parágrafos que antecedem estes, Wittgenstein esbateu a plausibilidade de duas concepções de *significado*, subjacentes aos actos linguísticos: o modelo *ostensivo* de aprendizagem e familiarização com uma linguagem (introduzido no início da obra pela citação das *Confissões* de Agostinho) e um modelo apresentado numa linha intermédia de argumentação das IF – uma maneira de compreender o *significado* [*Meinung*] de um acto linguístico ao abrigo de uma concepção mentalista e intencional do mesmo.

A partir de §§136-138, Wittgenstein apresenta uma outra hipótese de leitura para a aprendizagem e domínio da linguagem, ligada a um trabalho de aquisição e *adestramento* na mesma – naturalmente, ensinado por alguém – de acordo, por um lado, com um ater-se a um corpo normativo de regras gramaticais e sintácticas e, por outro, a uma aplicação das mesmas a jogos de linguagem particulares.

Esta nova linha de argumentação já permite entrever – Wittgenstein conduz o leitor a essa consciência – os problemas subsidiários dessa nova concepção, que

⁸⁶ In KRIPKE, Saul. *Wittgenstein on Rules and Private Language*. Blackwell Publishers, Oxford, 1982, p. 79.

culminarão no chamado “Argumento da Linguagem Privada”⁸⁷, ponto a que pretendemos agora chegar.

Assim, no §136:

«E o que é uma proposição é, *num* sentido, determinado pelas regras da sua construção. [...] E, num outro sentido, pelo uso do seu símbolo no jogo de linguagem».⁸⁸

Porém, tal como se adverte em §138:

«Mas não pode a *denotação*, que eu compreendo, de uma palavra, ajustar-se à *conotação*⁸⁹, que eu compreendo, de uma proposição? Ou o sentido de uma palavra ao sentido de uma outra? – Certamente que se o sentido é o *uso* que fazemos de uma palavra, então é absurdo falar de um tal “ajustar-se”. Mas nós *compreendemos* o sentido de uma palavra quando a ouvimos ou pronunciamos; captamo-lo de um golpe e o que assim *captamos*⁹⁰ é muito diferente do “uso” estendido ao longo do tempo!»⁹¹

*

Procuraremos, neste ponto do nosso texto, oferecer uma exposição problematizante do argumento reitor do livro de S.Kripke, *Wittgenstein on Rules and Private Language*, um argumento sobre aqueles parágrafos das IF em que Wittgenstein discute a implausibilidade de uma linguagem privada de sensação e, num desvio interpretativo que deve bastante à criatividade dos exemplos de Kripke e aos pontos sobre os quais versa o seu próprio texto, sobre a disponibilidade (ou indisponibilidade) de critérios para o reconhecimento cognitivo de outras mentes⁹².

⁸⁷ Para efeitos de economia deste trabalho, doravante referir-me-ei a este Argumento com a sigla “ALP”.

⁸⁸ In WITTGENSTEIN, Ludwig, IF. Werkausgabe, Band 1, Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1984, § 136, 306: «*Und was ein Satz ist, ist in einem Sinne bestimmt durch die Regeln des Satzbaus [...], in einem andern Sinne durch den Gebrauch des Zeichens im Sprachspiel*».

⁸⁹ Os sublinhados de “denotação” e de “conotação” são nossos.

⁹⁰ O sublinhado é nosso.

⁹¹ Idem, § 138, 308: «*Kann denn aber nicht die Bedeutung eines Wortes, die ich verstehe, zum Sinn des Satzes, den ich verstehe, passen? Oder die Bedeutung eines Wortes zur Bedeutung eines andern? – Freilich, wenn die Bedeutung der Gebrauch ist, den wir vom Worte machen, dann hat es keinem Sinn, von so einem Passen zu reden. Nun verstehen wir aber die Bedeutung eines Wortes, wenn wir es hören, oder aussprechen; wir erfassen sie mit einem Schlage; und was wir so erfassen, ist doch etwas Andres als der in der Zeit ausgedehnte “Gebrauch”!*».

⁹² Devo confessar que fiz uma leitura passo a passo do argumento de Kripke, com bastante autonomia de um determinado espectro de “literatura secundária da literatura secundária” (sobre Wittgenstein, neste caso, sobre as IF), ou seja, isolada de um conjunto de críticas à *forma* do argumento de Kripke, que também conheço, por parte de alguns dos mais destacados intérpretes das IF, que podem chegar a “desmotivar” o potencial leitor do trabalho daquele, a partir de um conjunto de “reclusões” metodológicas *pró-Wittgenstein*. Um dos exemplos é uma alusão, no livro de comentário às IF, de Marie McGinn – de

O fio condutor possível, se queremos fazer jus, quer ao argumento wittgensteiniano original⁹³, quer ao tom ajustado ao perfil da investigação filosófica tal como a concebe Wittgenstein, é um fio “com pontas cépticas”. Tal como declara Kripke, na Introdução ao seu livro:

«A estrutura básica da aproximação de Wittgenstein pode ser brevemente apresentada da seguinte forma: introduz-se um certo problema ou, em terminologia humeana, um “paradoxo céptico”, que diz respeito à noção de regra. A seguir, oferece-se o que Hume teria chamado uma “solução céptica” do problema.»⁹⁴

O livro de Kripke demarca-se de uma linha de interpretações do ALP, que considera este como a “chave mestra” de leitura das próprias IF (algo com que Kripke concorda), mas que faz do argumento uma análise de base “psicológica” ou mentalista, alicerçada num suposto âmbito solipsista.

Ora, o fio de raciocínio de Kripke apresenta disparidades (interessantes) com essa leitura tradicional, a vários níveis, justamente as disparidades que estruturam a sua forma de apresentação do problema.

Segundo Kripke:

1) A aplicação de um *conceito* a um objecto dado, supostamente determinada por uma *regra* que justificasse esse procedimento (com uma margem de segurança para novos casos conferida pelo rigor da definição do conceito), é posta em causa pela intervenção de uma objecção céptica, que questiona a correcção de uma estipulação conceptual arbitrária, basculando o apoio de uma definição estrita que estipulasse as *condições de verdade* do conceito e servisse, ao mesmo tempo, de esquema de verificabilidade da correcção de aplicações subsequentes do dito conceito;

uma clareza extraordinária, por outro lado – onde, porém, se pode ler, uma alusão “valorativa” ao tipo de exposição do argumento de Kripke: «*Many commentators are agreed in finding the sceptical solution of the paradox that Kripke attributes to Wittgenstein to be in itself deeply unsatisfactory as an account of concepts of “meaning” or “following a rule”. Yet much of this critical commentary on Kripke shares his general sense that we must look behind Wittgenstein’s piecemeal and unsystematic remarks for a unified account of what meaning or rule-following consist in. Thus, the temptation to read PI 138-242 as offering a theory of meaning and rule-following has provided a framework for a great deal of the discussion that followed on from Kripke’s interpretation of these paragraphs.*» No fundo, a crítica de McGinn está bem mais empenhada em desautorizar o tipo de leitura sistemático do argumento de Wittgenstein, tal como é feito por Kripke, do que em acompanhar passo a passo o conteúdo da argumentação deste em *Wittgenstein on Rules and Private Language*.

⁹³ Exposto, segundo a leitura de Kripke, nas secções que antecedem a 202 – segundo a nossa própria tentativa de demarcação do problema, entre IF §188 e §202.

⁹⁴ KRIPKE, S. *Wittgenstein on Rules and Private Language*. Blackwell Published, Oxford, 1982, p. 3.

2) Dada essa objecção céptica desconcertante, os *critérios* que permitiam assegurar, normativamente, a correcção da incorporação conceptual de um objecto, deixam de ter lugar enquanto critérios de determinação e verificação do sentido de uma operação linguística (o mesmo caso que se pode transpor para o adestramento com uma operação aritmética, o exemplo com que o livro de Kripke mais trabalha);

3) Esse “paradoxo céptico” – no fundo, uma desautorização da atribuição de um sentido fixo às expressões linguísticas e, por encadeamento estrutural, a enunciados complexos e à própria comunicação entre seres dotados de linguagem –, por marcar um corte com a disposição semântica entre *sentido* e *referência* do pensamento expresso pelas frases (em termos fregeanos), obriga a reavaliar as condições formais de significação dos enunciados, para que a possibilidade de comunicação, isto é, da veiculação de sentido através de estruturas linguísticas mais ou menos uniformizadas, não se veja comprometida ou mesmo impossibilitada;

4) Para pôr cobro a essa ameaça de arbitrariedade que desvincula “formas discursivas” e “intenção significativa” (isto é, para que a linguagem não seja despojada de uma dinâmica semântica intencional), o que Kripke faz é deslocar o eixo do problema de um *topos* de “condições de verdade” das frases para aquilo que chama “condições de asseverabilidade” ou “condições de justificação”;

5) Kripke defenderá, no final do livro, que o “paradoxo” a que alude Wittgenstein e que o primeiro baptiza como “Paradoxo céptico” só ganha corpo problemático se pensarmos no sentido das frases (também daquelas que descrevem uma regra ou norma de aplicação a tipos de enunciado linguístico ou a procedimentos operativos) enquanto obedecendo ou falhando a condições de verdade. Isto é, se, conforme associação do próprio texto de Kripke (em contraste com o reiterado propósito de demarcação que o próprio Wittgenstein faz na sua segunda obra a respeito de teses da primeira), pensarmos numa teoria sobre o funcionamento da linguagem como a do TLF;

6) Ora, uma vez que as IF oferecem uma nova proposta para conceber o sentido da linguagem, baseada na asseverabilidade de frases dentro de jogos de linguagem determinados e da utilidade destes dentro de uma dada forma de vida, o paradoxo dentro das IF é uma intromissão da “velha voz” do filósofo ou de um tipo de análise proposicional das condições de sentido da linguagem que o próprio Wittgenstein só em parte conseguiu superar.

Do ponto de vista da novidade de enquadramento do chamado ALP, a proposta de Kripke também apresenta aspectos “desviantes” relativamente a leituras “clássicas” do problema dentro da economia das próprias IF:

- 1) Defende uma diferente localização do referido argumento no corpo das IF – não estaria nas secções subsequentes a 243, mas teria uma conclusão em IF §202;
- 2) Além disso, o trabalho de Kripke demarca-se de uma linha de comentário que coloca o principal enfoque do ALP na chamada “linguagem de sensação” – portanto, no aspecto de privacidade e incomunicabilidade desta, dada a incomunicabilidade da própria sensação –, defendendo que este é apenas um núcleo problemático subsidiário de considerações mais abrangentes sobre a especificidade do registo linguístico privado, considerações feitas por Wittgenstein *antes de IF §243*.

Será, então, a partir da descrição desta leitura “heterodoxa”, quanto ao conteúdo e quanto à forma do argumento da linguagem privada e do conflito deste com a noção de Regra, que o argumento “Kripkensteiniano” será analisado nas próximas páginas.

*

A exposição do argumento de Kripke tem o mote de IF §201:

«O nosso paradoxo era o seguinte: uma regra não poderia determinar uma forma de acção, por qualquer forma de acção ser conciliável com a regra».⁹⁵

O relevo que Kripke atribui ao “paradoxo” na economia de leitura das próprias IF é notável, chegando a afirmar que esse é o problema central do livro, podendo considerar-se uma nova forma de “cepticismo filosófico”.⁹⁶

A fim de preencher o assim chamado “argumento céptico” com a plasticidade e o alcance de um exemplo, Kripke pensa, em primeiro lugar, numa função matemática para, através dela, generalizar o obstáculo céptico a qualquer forma de aplicação linguística que seja susceptível de uma regulamentação que se revelará problemática.

Aprendemos a função matemática da adição como um dado procedimento “regular”, denotado pela expressão “mais” (“*Plus*”, no original inglês) e pelo símbolo “+”. Esta função é definida com particular linearidade para os números inteiros

⁹⁵ In WITTGENSTEIN, Ludwig, IF. Werkausgabe, Band 1, Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1984, § 201, 345: «*Unser Paradox war dies: eine Regel könnte keine Handlungsweise bestimmen, da jede Handlungsweise mit der Regel in Übereinstimmung zu bringen sei.*»

⁹⁶ KRIPKE, S. Opus cit., p. 7.

positivos (não temos, para este argumento, que pensar, por exemplo, na soma de inteiros positivos com negativos, também submetida a regras).

A regra de adição é, pois, “captada” (“*grasped*”) pela conexão entre a representação simbólica externa (“mais”, “+”) e uma adequada representação mental interna. É, portanto, natural supor que, ao aprender a somar, eu *capte uma regra* para a adição, de tal forma que *a mesma regra possa determinar, no futuro, uma única resposta (por hipótese, “a resposta certa”) para um conjunto indefinido – potencialmente infinito – de novos problemas de adição.*

O exemplo particular do livro de Kripke é a soma de 68 com 57. O resultado que daríamos, seguindo a regra de adição que nos foi ensinada, seria 125. Esta resposta seria conforme à minha intenção anterior de simbolizar a função de adição com o símbolo “+” e realizar mediante esse símbolo uma operação que “obrigaria” a apresentar agora o valor “125” como a resposta certa, a resposta que *devo dar*, ainda que: a) nunca tenha considerado antes este caso particular de adição; e b) nunca tenha antes somado valores superiores a 56.

Ora, a “questão céptica” albergada pelo paradoxo de IF §201, é personificada no livro de Kripke pela intervenção de um “céptico extravagante”, que vem colocar em questão a correcção desta minha particular resposta de adição, ao questionar o sentido linguístico que antes atribuí à operação de adição, a “+” ou “mais”.

Um vez que não tenha estipulado, no passado, uma norma descritiva, válida *a priori*, sem contar com a aplicação da função de adição a casos particulares, *não posso estar certo*, defende o céptico, de antes não ter querido dizer “cuais”⁹⁷ em vez de “mais” – ter-me referido a uma função de “cuadição” e não de “adição”, função essa simbolizada por “O” e que determinaria o seguinte:

Para somas (“cuomas”) que envolvessem valores inferiores a 57, a função seguiria o mesmo processo que a “adição”; para valores superiores, deveríamos responder sempre 5. A formalização desta nova função é apresentada da seguinte maneira:

$$\begin{aligned} X O y &= x+y, \text{ se } x, y < 57 \\ &= 5, \text{ em qualquer outro caso.} \end{aligned}$$

O céptico então, prossegue, dizendo que é compatível, quer com a forma (não regulamentada “por determinação”, ou seja, não definida formalmente em anteriores aplicações, hipoteticamente sempre com valores inferiores a 56) como utilizei “+” no

⁹⁷ “*Quus*” no original inglês, que contrasta com a função de adição, “*Plus*”.

passado quer com a determinação conceptual da função de “cuadição”, tal como é definida agora, responder a este problema de “cuadição” particular (68+57) com o valor 5 - e não 125.

Se decidimos deixar o céptico prosseguir o seu argumento – coisa que, segundo Kripke, é justamente o que faz Wittgenstein com o seu argumento que desemboca no paradoxo em §201⁹⁸ – podemos ficar persuadidos que, de acordo com o argumento, é legítimo afirmar que nunca antes me dei uma regra determinada para a soma (agora definida como “cuoma”) particular de 68+57, porque nunca antes realizei esta operação ou, inclusive, nunca antes somei números maiores que 56.

Neste ponto, a resposta de alguém interessado em eliminar a objecção céptica com base em “critérios” que oscilam entre uma certeza interior à maneira cartesiana e uma disposição exterior – como um *habitus*, com ressonâncias humeanas – poderia ser a de que me limito a *aplicar a um novo exemplo a regra (de adição) tal como anteriormente a apliquei*. Segundo esta posição, é o costume, e não uma regra definitiva dada *a priori* a fonte das nossas inferências indutivas. A ideia de uma conexão necessária entre dois *acontecimentos* ou *procedimentos* (no caso, entre valores diferentes para um mesmo tipo de operação aritmética, que simbolizamos uniformemente) tem origem no sentimento de transição *habitual* entre as nossas ideias sobre (e práticas de operação com) este tipo de sequência.

Mas Kripke sublinha a anuência que a resposta de Wittgenstein ao paradoxo céptico tem para com os próprios termos da exposição deste. Por isso, o tom da resposta será afim ao do argumento céptico, tal como é inventado nas IF (é uma “resposta céptica”, como se lhe refere o primeiro).

O fio da resposta wittgensteiniana não toma a posição do céptico como uma repto *epistemológico*, por exemplo – na medida em que um exercício de deslocação temática dos termos da exposição seria, na verdade, um princípio de desautorização da mesma.

A apresentação dos termos do problema é mais a de uma “genealogia das disposições mentais”: uma vez que tudo, na minha história mental (aquilo que desta consigo reconstituir) *é compatível*, quer com o significar a operação de *adição* pelo sinal “+” e a palavra “mais”, quer com significar *cuadição* mediante um simbolismo próximo a este, com uma definição conceptual que não conflituava com o procedimento definido e habitualmente utilizado para o primeiro tipo de operação (ou qualquer outro tipo de procedimento, casualmente sugerido, em termos que concordassem com a

⁹⁸ KRIPKE, Opus Cit., p. 82: «I have said that Wittgenstein's solution to his problem is a sceptical one. He does not give a “straight” solution, pointing out to the silly sceptic a hidden fact he overlooked, a condition in the world which constitutes my meaning addition by “plus”. In fact, he agrees with his own hypothetical sceptic that there is no such fact, no such condition in either the “internal” or the “external” world ».

minha linha de actuação anterior), fica claro que o problema levando pelo céptico não é um problema de natureza epistemológica, isto é, não se faz menção aqui a qualquer indeterminação cognoscitiva.

O seu objectivo é mostrar que nenhum *facto* na minha história mental nem na minha conduta passada – nem sequer o que dela pudesse conhecer um Deus onisciente – poderia estabelecer se quis dizer *mais* ou *cuais*. Parece que poderemos, então, concluir que não houve nenhum *facto* acerca de mim que constituísse o meu ter querido dizer “mais” em vez de “cuais”. Se nem um *facto* nem uma determinação mental acompanharam os meus procedimentos passados, tão pouco poderão acompanhar os presentes (ou determinar os futuros).

A resposta do “homem de sentido comum” ou do empirista pragmático é a de que devo aceitar, intuitivamente, que a “regra” com que, inadvertidamente, operei em casos passados – mesmo se não foi explicitamente formulada, nem concebida como um princípio de aplicação universalmente válido para todo e qualquer problema futuro de *adição* – deverá ser suficiente para determinar, da mesma maneira – isto é, ao abrigo dos mesmos “critérios intuitivos” –, aplicações futuras da função aritmética a que aprendi a chamar “adição” e de que já tenho alguma prática.

Ora, se esta questão “disposicional”⁹⁹ tem ressonâncias particularmente empíricas e, assumamos, “falíveis” - porque desprovidas de qualquer estipulação reguladora, marginal a todos os casos, mas que pudesse ser a *bússola* de todas as actualizações (presentes, passadas ou futuras) possíveis de um tipo de procedimento que, por *habitus*, se dispõe -, o céptico pode ir mais longe na sua separação entre a normatividade descritiva da Regra e os casos descontínuos que a ela remetem, seja num problema de aritmética ou em qualquer outro âmbito de aplicação de um termo num dado contexto de uso. Reflectamos porquê:

Se a proposta de significação da teoria disposicional é fechada sobre um dado argumento e não oferece resposta a *um cruzamento de argumentos diferentes* – como, no exemplo, ao confronto de dois tipos de função, “adição” e “cuadição” –, porquanto a minha suposta disposição *seria apenas uma*, o céptico que defende a segunda função, pode bem responder, ao abrigo dos critérios disposicionais, *que é*

⁹⁹ A *teoria disposicional*, a que Kripke extensamente alude, determina o seguinte: significar “adição” mediante o símbolo “+” é *ter a disposição* a responder, face a qualquer problema de soma $x+y$, indicando a soma de x e y (no exemplo, a ter a disposição a responder “125” ao problema “68+57”). Da mesma forma, significar “cuadição” é *ter a disposição* a responder ante a pergunta acerca de qualquer argumento com a “cuoma” dos dois termos (em particular, a responder “5” ao problema “68+57”). Mesmo se nunca fui confrontado com este problema particular, *uma ou outra* das disposições estaria presente. Kripke afastará esta proposta, ao observar que esta explicação tenta superar o problema da finitude da minha actuação passada por apelo a uma “disposição fora do tempo”, passando assim em branco que, se a minha experiência real de qualquer função é finita, também o são as minhas disposições, entre outras coisas, porque o é a minha capacidade cerebral a responder acertadamente, por um critério disposicional, a argumentos com parcelas muito grandes, para aproveitar o exemplo aritmético presente.

agora, ao efectuar a soma $68+57=125$, que estou a interpretar erradamente a minha anterior disposição de “cuadição”.

Aparentemente, a única coisa que poderíamos alegar para justificar a nossa resposta a este caso particular como sendo 125 e não 5, era o de que assim estaríamos a utilizar o símbolo “+” (a operação adição) da *mesma maneira* que antes ou a aplicar a mesma função a novos casos; mas então, já se vê, a questão volta ao início e podemos ser confrontados com uma questão sobre o que significaria aqui “a mesma maneira” ou a “mesma função”.

O céptico poderá inclusive estar de acordo com parte da nossa defesa, afirmando que *antes* apenas conheci ou operei com um número finito de exemplos de adição, experiências que me permitiram “ganhar algum calo” com esta função – experiências que apenas envolveram valores inferiores a 57 – e que, justamente, a finitude da minha experiência passada (provavelmente a finitude da minha experiência com uma regra *tout court*) também se coaduna com a definição de “cuadição” por si introduzida.

Se, apesar desta concessão quanto à extensão predicativa da função aritmética pela qual guiávamos as nossas operações, *o argumento céptico mantém a sua plausibilidade*, é porque não existe nenhum dado sobre a nossa intenção passada (e as operações de adição ou de cuadição que antes fizemos) que determine, de uma maneira estrita e exclusiva, se estávamos a trabalhar com uma função ou com outra:

«A partir do momento em que não podemos responder ao céptico que supõe que eu quis dizer “cuais”, não há nenhum facto sobre mim que distinga o meu querer dizer “mais” do querer dizer “cuais”. Na verdade, não existe nenhum facto sobre mim que distinga a minha referência a uma função definida de “adição” (que determinasse as minhas respostas a casos novos) e uma total ausência de referência». ¹⁰⁰

O passo seguinte na argumentação de Kripke é generalizar o argumento céptico. Na medida em que não há nenhum facto sobre a minha intenção passada ou sobre o meu comportamento que determine a que função me referi antes mediante “+”, também não existe nenhum facto sobre o meu *presente comportamento* ou a minha *presente intenção* que determine a que função me refiro agora, quando sou confrontado com o argumento céptico, através de “+” ou “mais”.

O problema céptico, que conquista o terreno da indagação exterior aos exemplos propostos – ou seja, que ganha estatuto, não apenas em questões

¹⁰⁰ KRIPKE, S., Opus cit., p. 21.

matemáticas, mas em quaisquer exemplos de aplicação “não regulamentada” de um termo da linguagem corrente a novos casos, ao abrigo do mesmo questionamento quanto aos seus “critérios” de aplicação – *consiste em que, de facto, não podemos atribuir extensão a um conceito, com base numa colecção de objectos que antes colocámos sob a sua definição, dada a finitude dos exemplos de que dispomos e dos que podemos escolher para atribuições subsequentes, porque a estipulação de um vínculo semântico entre conceito e objecto ou entre uma regra para um procedimento e formas de proceder que sob ela possam cair, pode ser questionada, sem que possamos denunciar uma contradição nos termos do nosso opositor. É a própria noção de Regra que parece esvaziar-se.*

A nosso ver, o principal desacordo nesta desautorização vinculativa da função de uma regra está em que o “eixo da normatividade” de critérios ou regras de aplicação para casos determinados da experiência, tem um percurso *paralelo* e nunca justaposto a qualquer aplicação de uma regra a uma situação; como se as regras não pudessem regulamentar coisa nenhuma e, então, não fossem regras mas apenas esqueletos de expressões normativas, ou projecções não verificadas de regulamentação, sem nenhum lugar na linguagem. Aqui, é o próprio Wittgenstein que pode fornecer um bom apoio para pensar:

«É como se pudéssemos de um golpe captar toda a aplicação da palavra”. – É isso o que dizemos fazer, isto é, às vezes descrevemos com essas palavras o que fazemos. Mas no que acontece, nada há de estranho, de espantoso. Só se torna estranho quando somos levados a pensar que o desenvolvimento futuro, de uma maneira qualquer, já tem que estar presente no acto de captar o sentido, e no entanto não está presente. [...] E se isto é destituído de sentido – que género de super-rígida conexão existe entre o acto de intenção e o objecto intencionado? [...]». (IF, §197)¹⁰¹

Tal como falámos num suposto “esvaziamento” da noção de Regra para as operações aritméticas que Kripke dá como exemplo – um esvaziamento parecido ao que a citação acima refere para o “acto de intenção” –, também nada na experiência se constitui como um teste para a correcção de respostas descontínuas a questões de aplicabilidade de uma regra para um tipo de procedimento, para uma palavra ou para uma asserção.

¹⁰¹ In WITTGENSTEIN, Ludwig. IF. Werkausgabe, Band 1, Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1984, §197, 343: «*Es ist, als könnten wir die ganze Verwendung des Wortes mit einem Schlag erfassen*” – *Wir sagen ja, dass wir es tun, d.h., wir beschreiben ja manchmal, was wir tun, mit diesen Worten. Aber es ist an dem, was geschieht, nichts Erstaunliches, nichts Seltsames. Seltsam wir es, wenn wir dazu geführt werden, zu denken, dass die künftige Entwicklung auf irgendeine Weise schon im Akt des Erfassens gegenwärtig sein muss und doch nicht gegenwärtig ist. [...] Und wenn dies Unsinn ist, - welcherlei überstarre Verbindung besteht zwischen dem Akt der Absicht und dem Beabsichtigten?*».

A citação das IF - “É como se pudéssemos de um golpe captar toda a aplicação da palavra” - está estrategicamente colocada a meio desta nossa exposição do argumento de Kripke, porque representa a válvula de conversão do paradigma das “condições de verdade” (isto é, daquelas condições que determinam quando é que uma frase é verdadeira, ou seja, quando há um facto ou estado de coisas na realidade que lhe corresponde, portanto, *que atesta a sua verdade*, através de um isomorfismo de correspondência lógica) para o das “condições de justificação ou de asseverabilidade” (ou seja, as condições sob as quais uma frase pode ser correctamente afirmada e que *respondem por* – portanto, *justificam* - a utilidade na nossa forma de vida dessa prática de asseveração). A primeira fórmula condicional é bastante mais exigente. Exigiria, por exemplo, que pudéssemos apreender, no mesmo golpe de “captação da aplicação da palavra”, todo o (potencialmente infinito) processo de aplicação da mesma a casos determinados do discurso ou em jogos de linguagem também muito díspares. Ora, isso é impossível. Mais: não sairá do âmbito de uma exigência vazia uma perspectiva semântica que condicione a nossa compreensão do sentido de uma palavra ou de uma expressão a ser uma visão total de todos os casos concebíveis para a sua aplicação.

Portanto, a inconsistência dessa “super-rígida conexão” a manter entre o acto de intenção e o objecto intencionado revela o mesmo erro disposicional que o cruzamento indevido – o que autoriza o paradoxo céptico – entre os requisitos das *condições de verdade* e os das *condições de justificação ou de asseverabilidade*. Para as primeiras serem atendidas, teríamos que dispor da informação de *qual seria o facto ou combinação de factos a encontrar na realidade* que pudesse, ao mesmo tempo, comprovar todas as possíveis aplicações de uma palavra ou de uma asserção. Se não procurássemos esse facto que tornasse a proposição verdadeira, deveríamos dispor de uma *regra* para um procedimento linguístico ou uma operação, como a adição. Qualquer dos dois teria que *actualizar* (ter diante) a totalidade das aplicações de uma palavra cujo sentido captámos num golpe. Nem uma nem outra coisas são factíveis. O problema está, portanto, deslocado.

Está deslocado relativamente às condições de justificação ou de asseverabilidade, para o cumprimento das quais teremos que saber apenas em que circunstâncias se pode fazer uma asserção dada (dentro de um jogo de linguagem, para não perdermos de vista a amplitude da proposta wittgensteiniana) e qual a utilidade que esta representa no âmbito das nossas vidas.

Com esta correcção conceptual é que podemos responder a Wittgenstein: “que género de super-rígida conexão existe entre o acto de intenção e o objecto intencionado?” (o que equivale ainda a perguntar pela conexão que existe entre uma

regra discursiva e a sua aplicação a combinações de expressões asseveráveis, potencialmente infinitas). Responderemos da seguinte forma:

1) A conexão não é “super-rígida”; 2) existe, de facto, uma conexão; 3) ela não está na formalização de uma regra, atematicamente disposta, nem nos exemplos ou objectos que constituem o seu âmbito de influência ou os elementos que constituem a sua extensão semântica; 4) A conexão equivale ao preenchimento das suas condições de asseverabilidade ou justificação que determinam, como já vimos, em que circunstâncias é que podemos fazer uma afirmação e que utilidade prática extraímos ao fazê-la.

Para o exemplo da conexão entre o acto de intenção e o objecto intencionado vale o mesmo reduto de condições que para a actualização de uma regra aritmética em novas operações: a totalidade dos objectos não vem dada, *a priori* e como um todo com o enunciado conceptual, porque não há uma “totalidade” prioritariamente disponível, mas casos asseveráveis e com uma justificação prática da respectiva utilidade para a forma de vida em que estão. Talvez este seja o ponto da argumentação onde mais nos podemos aproximar de uma concepção de tipo fenomenológico, isto é, *não há objecto intencionado senão para uma consciência intencional e não há consciência que não seja intencional*.

O argumento de Kripke descarta qualquer resposta ou solução dogmática para “o nosso paradoxo” (céptico) – na medida em que aceita, seguindo Wittgenstein, o aguilhão céptico e assume que, na totalidade do argumento apresentado e em função do que dizem as IF, uma dúvida céptica só pode contar com uma resposta céptica. Aquilo que temos que ter em conta para entender por que é que este é o único tipo de solução viável, é que não podemos escapar ao problema céptico introduzido pela infinita possibilidade de redefinição das regras para uma linguagem ou uma função, através da construção de uma *hipótese* que especifique, *mediante outras regras*, como é que a regra de adição, por exemplo, deve ser aplicada a novos casos – seja utilizando a regra de adição aprendida para construir um algoritmo para a adição, seja pelo apelo à presença de um elemento interno (como uma sensação) que me servisse de *critério* da aplicação correcta da função matemática ou de uma expressão determinada da linguagem em casos particulares não ponderados num enunciado geral.

Tal como recusa uma gramática de segunda ordem – quer dizer, uma gramática para explicar e justificar as regras gramaticais que regulamentam as formas discursivas e que são, por isso, *a própria gramática* de uma linguagem – (ou uma ortografia de segunda ordem, ou uma metalógica), Wittgenstein é consonante neste

ponto, não autorizando a disposição de “regras para explicar (ou determinar) regras”. Kripke recusa um desnível explicativo, aproximando-se mais do próprio Wittgenstein:

«Então: se existisse uma experiência especial de “querer dizer” adição por “mais”, como uma dor de cabeça, ainda não teria as propriedades que um estado de querer dizer adição por “mais” teria que ter – não me diria o que fazer em novos casos. De facto, Wittgenstein defende, complementarmente, que a suposta experiência especial única de querer dizer [...] não existe». ¹⁰²

Como a estrutura do argumento céptico implica uma *circularidade de raciocínio*, porque permuta erradamente os dois tipos de condições de significado linguístico que já vimos, qualquer regra subsequente (“uma regra para aplicar uma regra”) que eu me possa facultar para redefinir a função de “adição”, por exemplo, pode sempre suscitar o mesmo paradoxo céptico quanto à sua interpretação e aplicação à “regra de primeiro grau”. Continuarão a existir (possíveis) disposições cépticas, como formas de “redefinir” uma regra, que podem conduzir a sua aplicação a uma conformidade *parcial* com a regra de primeiro grau e separar-se da sua incipiente normatividade em qualquer nova proposta de critério de aplicação. *Regras para interpretar regras não nos levam para fora do circuito céptico*. E isto, voltamos a assinalá-lo, extrapola os limites do exemplo matemático. ¹⁰³

O cepticismo quanto à remissão de uma definição qualquer a uma “regra última” é, no argumento de Kripke, tão extensível a um “arquétipo de regra”, que servisse como consulta de um quadro normativo inequívoco, como à alusão a um estado mental ou físico qualquer que fosse susceptível de se constituir em critério de prova para a extensão do significado de um conceito desde aplicações passadas até determinações estritas para casos novos. Este falso ancoradouro representando dois tipos diferentes de critério – uma *norma* ou axioma e *um estado mental* - para nos certificarmos se estaríamos ou não a “seguir uma regra”, deixa ainda mais claro por que razão Kripke defende uma proximidade entre as posições de Wittgenstein na filosofia da matemática e na filosofia da mente ou na filosofia da psicologia, no que respeita ao cepticismo quanto às condições de definição do sentido das expressões.

*

¹⁰² KRIPKE, S. *Opus Cit.*, 43.

¹⁰³ Um exemplo distinto que Kripke oferece tem que ver com a gramática das cores, e é extraído do livro de Nelson Goodman, *Fact, Fiction and Forecast*. Coloca-se também a indeterminação da aplicação de um predicado de cor, como no exemplo de “verde” e “verdul”. O problema semântico que se levanta é muito próximo ao paradoxo céptico do exemplo de Kripke.

Na segunda parte do livro de Kripke – intitulada *The Solution and the “Private Language” Argument* – o autor identifica e caracteriza aquilo que crê ser a fórmula de saída da aporia céptica a que recorre o próprio Wittgenstein e a que chama uma “solução céptica” (já aludimos àquilo a que Kripke se refere com esta expressão).

A resposta que Kripke encontra para o “paradoxo céptico”, tal como o identifica e o extrai das IF, passa por *admitir que há um cruzamento indevido* entre as concepções de significado do TLF e das IF.

Esta posição é grave, um tanto perturbadora: *é como se disséssemos que o paradoxo céptico* – o problema das “Regras” e da impossibilidade da sua “privacidade” (as noções que dão nome ao livro de Kripke)¹⁰⁴ – *coloca-se no corpo de conteúdos das IF, porquanto a perspectiva linguística deste livro se emaranha, em pontos-chave, com a concepção de “significado” oferecida pelo TLF!* Clarifiquemos esta tese.

Kripke defende que o céptico intruso só está autorizado a conquistar o terreno do ALP, porque se insiste, erradamente, em pautar o sentido de uma proposição como *“refere-se a operação de “adição” mediante o símbolo “+”* por um modelo semântico baseado na determinação das condições de verdade do sentido de uma frase (como o do TLF, conforme vimos).

Se aceitamos que o sentido de uma frase é determinado exclusivamente pelas suas condições de verdade – ou seja, pela correspondência verofuncional entre uma frase e um facto –, então segue-se, das conclusões do argumento céptico, que *não há nenhum facto sobre a minha conduta ou a minha resposta a aplicações de regras no passado que distinga o haver uma referência como o significado para uma expressão ou uma função a que dou um uso (e isto em qualquer tempo) de uma ausência total de significado.*

Ao abrigo deste esquema, uma frase como “X quer dizer Y mediante “+””, é falsa ou não tem sentido, porquanto, já o vimos, o modelo verofuncional não tem aplicação para esta função, se podemos sempre escavar o sentido de qualquer sobre-determinação normativa.

A proposta de solução de Kripke – uma proposta que implica um “desvio” – para o argumento céptico das IF, com um sentido positivo, é a de que, a fim de evitar o

¹⁰⁴ Ainda não tratámos este elo de forma sistemática, mas já podemos adivinhar a sua razão de ser: a impossibilidade de uma linguagem privada é assumida como um corolário da solução céptica ao paradoxo céptico. Essa solução conduziu Wittgenstein à constatação de que não é concebível que *um único indivíduo*, considerado isoladamente, *signifique algo* com as suas palavras (o mesmo é dizer, que fale uma linguagem cujas regras sintácticas ou gramaticais e semânticas apenas ele domina). Uma observação ingénua de que *ninguém mais, além do próprio sujeito* que utiliza uma expressão ou um símbolo, pode aferir daquilo que intenciona, ainda não foi apresentada ao argumento céptico, que pede uma justificação descritiva para a aplicação de uma regra que não tem lugar dentro de um esquema lógico-linguístico que apenas um indivíduo domine. Já podemos, apenas mediante a reexposição destes requisitos, ponderar a inviabilidade desta reivindicação, que Kripke, seguindo Wittgenstein, talvez colocasse na boca do solipsista.

paradoxo céptico (ou para responder-lhe, se não podemos evitá-lo), teremos que *ler as Investigações Filosóficas à luz das Investigações Filosóficas*. Ou seja, aceitaremos a afirmação (céptica) de que não existem factos – no fundo, de que não existem *critérios* (internos ou externos), que constituam o meu intencionar algo determinado com um termo – que nos assegurassem o prosseguimento do raciocínio (a “solução” do paradoxo), com a salvaguarda de substituir um *paradigma verificacionista* pelas “condições de justificação” ou “condições de asseverabilidade” como o esquema mais funcional para a determinação do sentido das frases, quer dizer, um modelo que assuma que o sentido de uma frase é dado de acordo com as condições em que esta pode ser proferida (asseverada).

Kripke enfoca a resposta wittgensteiniana ao paradoxo céptico como uma *inflexão* de um modelo de significação assente *em condições de verdade* – como o do TLF, cuja pedra de toque é a possibilidade de haver um caso que, isomorficamente, represente o estado de coisas que a frase descreve – para um outro, baseado nas condições de asseverabilidade, não já de uma proposição tomada isoladamente, mas de frases asseveráveis (ou não asseveráveis) no interior de um jogo de linguagem.

Na economia das IF, como já vimos, há dois factores importantes para ponderar a determinação do sentido de uma frase. O primeiro diz respeito às condições em que uma frase pode ser afirmada (ou negada); o segundo determina a que prática de asserção cabe um papel importante na nossa forma de vida.

Kripke mostra-se persuadido de que é no segundo factor enunciado – o papel que dada frase tem no jogo de linguagem em que é proferida e, amplamente, na nossa forma de vida – que reside, não apenas a originalidade, mas também a amplitude da resposta de Wittgenstein. As implicações paralisantes do argumento céptico, se acompanhamos o seu percurso até ao fim e destruímos toda e qualquer possibilidade de contar com uma constante de significado, podem ser travadas se não pedirmos que um paradigma vero-funcional das proposições e regras fixas a priori sejam o requisito *sine qua non* para se poder “jogar a linguagem”.

*

O novo “critério” para determinar o significado das frases e dos jogos de linguagem, apresentado e defendido como solução para o ALP por Kripke e obtido da proposta semântica das “condições de justificação” ou de “asseverabilidade”, conduz-nos mais directamente a notar as questões de *assimetria* na atribuição de significado a formulações discursivas, entre a perspectiva da *primeira* e a da *terceira* pessoas.

Com efeito, Wittgenstein imagina um tipo de forma de vida com lugar para um jogo de linguagem de tipo privado, onde o falante pudesse seguir apenas uma regra ou conjunto de regras “privadamente determinadas”, bem como a criação de um conjunto de “critérios internos” para responder de uma dada forma à sequência de aplicação de uma regra – *privada* – para o uso de uma expressão ou de uma função, sem justificações que apelassem a critérios externos¹⁰⁵. Ora, é contra esta disposição que está endereçado o *Argumento contra a Linguagem Privada* das IF.

Se o céptico descrito por Kripke observasse o indivíduo que supostamente tem uma performance linguística privada a “falar” e “dar respostas” a questões que se coloca – sejam novas ou velhas, o importante é que é desconhecida a linguagem em que são formuladas e ignorados os seus critérios para o observador – a partir de regras que, supostamente, *seguiria em privado* e teria *estipulado em privado*, o seu comportamento (mesmo que não tivesse forma de esconder os seus movimentos corporais – o que já implicaria que se desmaterializasse!) não permitiria aferir da correcção de um procedimento.

É necessário que clarifiquemos aquilo que Wittgenstein entende por *Linguagem Privada* – definição que, por sinal, vai agrafada à sua recusa, de modo que, no fundo, não chega a ser mais do que uma “hipótese de trabalho”, mas também representa uma óptima brecha especulativa.

Nas secções posteriores a IF §243, Wittgenstein defende que, sem nenhuma comprovação externa da identificação que posso fazer das minhas próprias sensações, não teria forma de saber se *identifiquei* uma dada sensação correctamente (conforme às minhas próprias intenções prévias).

Se não tenho possibilidade de aferir, com base numa interpretação pontual subjectiva, se estou a identificar correctamente uma sensação ou não, é desprovido de sentido falar sequer em “identificação”. Se só tenho à minha disposição “memórias

¹⁰⁵ Este ponto é mais do que problemático, dada o próprio esclarecimento de Wittgenstein para o que sejam “critérios”, nomeadamente no que respeita à “linguagem de sensação”. Se o principal traço definatório de *Critério* for um princípio de verificabilidade, os critérios não podem ser privados, têm que ser públicos. Em IF, §580, Wittgenstein escreve: «Um “processo interno” necessita de critérios externos». Não podemos estender-nos muito aqui sobre este ponto, mas dada a sua importância para o ALP, cabe referir que a *necessidade de critérios para a aplicação de conceitos e para processos mentais* foi assumida pela tradição de comentário de temas da filosofia da mente de Wittgenstein como uma premissa fundamental do ALP. Dentro da peculiaridade da linguagem de sensação, recorrentemente mencionada na II Parte das IF, o exemplo da *sensação de dor* é repetidamente evocado. Como acordaremos, dentro de uma comunidade de falantes, uma referência comum à experiência de dor? A resposta de Wittgenstein é que apenas a disposição de *circunstâncias características de dor* e a *aferição de traços comportamentais* podem servir de critério para um juízo sobre a presença ou não de uma sensação de dor. Este trâmite é essencial para a solução céptica do paradoxo das IF e para uma determinação do que sejam “Critérios”: os critérios externos para um processo interno são *circunstâncias observáveis*, com base na disponibilidade de informação a que acima aludimos, no comportamento de um indivíduo, que levam os interagentes ou interlocutores a estar de acordo ou a discordar das suas declarações. Sem este diapasão de acordo, não é possível sequer falarmos em critérios, pela mesma sequência de raciocínio que já expusemos para a interpelação céptica.

privadas anteriores de uma sensação” – ou, acrescentar-se-ia, de um âmbito de aplicações passadas de significado a expressões – nunca posso ultrapassar estas dúvidas. Apenas terceiros, que podem comparar a correcção de uma dada identificação que eu faço, com base no meu comportamento, é que podem determinar um “ajuste” ou um “desajuste” na atribuição.

A.J. Ayer, no artigo, citado por Kripke, “Can there be a Private Language?” oferece uma explicação, mais breve e mais clara, do ALP, como se segue: «[His]claim to recognize the object [the sensation], his belief that it really is the same, is not to be accepted unless it can be backed by further evidence. Apparently, too, this evidence must be public...Merely to check one private sensation by another would not be enough. For if one cannot be trusted to recognize one of them, neither can one be trusted to recognize the other». ¹⁰⁶

Kripke, no seu processo argumentativo, vai ainda mais longe, enraizando o argumento numa evidência empírica de tipo humeano, justa, sem dúvida; mas que, creio, corre o risco de uma nova incursão no abismo remissivo das justificações de um processo de identificação, que tem apenas a aparência de uma “evidência última”. Escreve Kripke, numa nota pessoal sobre o ALP:

«Mas eu gostaria de mencionar aqui uma réplica: se eu estivesse realmente em dúvida acerca de se poderia identificar qualquer sensação correctamente, como me serviria de apoio uma conexão entre as minhas sensações e o comportamento externo ou a confirmação por outros? Seguramente, eu só posso identificar um comportamento exterior relevante e os outros só podem confirmar que eu tive realmente a sensação em questão, na medida em que posso identificar impressões sensoriais relevantes. [...] A minha capacidade para fazer qualquer identificação de qualquer fenómeno externo repousa sobre a minha capacidade para identificar impressões sensoriais relevantes. Se tivéssemos que contar com uma *dúvida generalizada* sobre a minha capacidade para identificar os meus próprios estados mentais, ser-me-ia impossível escapar a ela». ¹⁰⁷

Esta nota de Kripke parece-nos pouco cauta, na medida em que pode despoletar uma nova circularidade. Mas, mais importante do que “objecções a objecções” parece ser uma clarificação tão grande quanto possível daquilo que o próprio Wittgenstein entende por *linguagem privada* e o argumento nuclear que dá para a sua recusa.

¹⁰⁶ A.J. AYER, “Can there be a Private Language?” *Proceedings of the Aristotelian Society*, Supp. Vol. 28 (1954), 63-94. APUD KRIPKE, Op. Cit., p. 61.

¹⁰⁷ Idem, ibidem.

O parágrafo 243 das IF define uma linguagem privada como uma linguagem que *está interdita à regulamentação e à compreensão por mais do que um indivíduo*. O ALP é, pois, entendido como o argumento que Wittgenstein apresenta *contra* a factibilidade de uma linguagem entendida neste sentido. É uma resposta a si próprio, motivada por um exemplo, que descreve assim:

«Pode também conceber-se a existência de um género de pessoas que só falam em monólogo, que acompanham as suas actividades de conversas que mantêm consigo próprias. [...]. As palavras daquela linguagem relacionar-se-iam com aquilo que só a pessoa que fala pode saber; com as suas sensações imediatas, privadas. Assim, uma outra pessoa não pode compreender essa linguagem». ¹⁰⁸

Esta é a *definição do que Wittgenstein entende por uma linguagem privada*. Porém, a demarcação deste modelo é rapidamente justificada, nos termos das “condições de asseverabilidade” (que, no fundo, são assim baptizadas por Kripke, mas cuja substância é o próprio tipo de investigação sobre as condições para uma semântica, feita nas IF), neste caso pela insustentabilidade da atribuição de significado à linguagem de sensação. Em IF § 246:

«Até que ponto as minhas sensações são privadas? – Bem, só eu posso saber se realmente tenho ou não uma dor; uma outra pessoa só pode fazer uma conjectura. – Isto é, por um lado, falso, e por outro destituído de sentido. Se usamos a palavra “saber” como é normalmente usada (e de que outra maneira é que a poderíamos usar?), então frequentemente as outras pessoas sabem se eu tenho ou não uma dor. – Sim, mas não com a mesma certeza com que eu próprio o sei! – De mim não se pode dizer (a não ser como uma piada) que eu *sei* que tenho uma dor. O que poderá isso querer dizer a não ser que eu *tenho* uma dor? Não se pode dizer que as outras pessoas inferem a minha sensação *apenas* através do meu comportamento, porque não se pode dizer de mim que a inferi. Eu *tenho-a*. Eis o que é correcto: das outras pessoas tem sentido dizer que estão em dúvida sobre se eu tenho ou não uma dor; de mim próprio não tem. » ¹⁰⁹

¹⁰⁸ In WITTGENSTEIN, Ludwig. IF. Werkausgabe, Band 1, Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1984, § 243, 356: «*Man könnte sich also aus Menschen denken, die nur monologisch sprächen. Ihre Tätigkeiten mit Selbstgesprächen begleiteten. [...]. Die Wörter dieser Sprache sollen sich auf das beziehen, wovon nur der Sprechende wissen kann; auf seine unmittelbaren, privaten, Empfindungen. Ein Anderer kann diese Sprache also nicht verstehen*».

¹⁰⁹ Idem, 357: «*Inwiefern sind nun meine Empfindungen privat? – Nun, nur ich kann wissen, ob ich wirklich Schmerzen haben; der Andere kann es nur vermuten. – Das ist in einer Weise falsch, in einer andern unsinnig. Wenn wir das Wort “wissen” gebrauchen, wie es normalerweise gebraucht wird (und wie sollen wir es denn gebrauchen?), dann wissen es Andre sehr häufig, wenn ich Schmerzen habe. – Ja, aber doch nicht mit der Sicherheit, mit der ich selbst es weiss! – Von mir kann man überhaupt nicht sagen (ausser etwa im Spass), ich wisse, dass ich Schmerzen habe. Was soll es denn heißen – ausser etwa, dass ich Schmerzen habe? Man kann nicht sagen, die Andern lernen meine Empfindung nur durch mein*

O elemento normativo – *regulador* – só entra, pois, em linha de conta se considerarmos o indivíduo na sua relação com a comunidade de falantes (este é também um dos aspectos focados pela tematização da perspectiva da terceira pessoa).

E neste espaço, sim, cabe falar de “critérios” para avaliar a correcção, justificação ou sinceridade da conduta de terceiros, posto que ampliámos o problema ao admitirmos a existência, *fora do eu*, de uma linguagem privada (no fundo, Wittgenstein assume aqui o papel do “observador”), que requer um processo de aferição do uso correcto ou incorrecto de uma expressão, da aplicação adequada ou não de um predicado de sensação, homologamente a tudo o que já vimos para as Regras.

Aquilo que o argumento realmente nega é o que Kripke chama um “modelo privado” para seguir uma regra, ou seja, que a noção de que uma pessoa isolada siga uma regra determinada fosse analisada simplesmente *em termos dessa pessoa e só dela*, sem mencionar a sua pertença a uma comunidade mais ampla.

A impossibilidade de uma linguagem privada no sentido descrito *deriva* da própria *incorrecção do modelo privado para a linguagem e para as regras dessa linguagem* (e não ao contrário!), já que seguir uma regra dentro de uma linguagem privada só pode analisar-se com base no “modelo privado”; mas a incorrecção deste é *mais básica*, é anterior, *porque é extensível a qualquer regra*, seja uma que o sujeito se dá dentro do suposto jogo de linguagem privado, seja uma que se desloca de um jogo de linguagem com critérios públicos de comunicabilidade e aferição de sentido, mas ao qual se pretendesse aplicar um corpo de critérios privadamente estipulados.

Tenhamos consciência de um ponto diferencial aqui: o ALP, tal como é apresentado por Wittgenstein, não é uma mera variação filosófica do “diálogo da alma consigo mesma”. De alguma forma, a sua exposição presente – a das IF – arranca já de uma deturpação de leitura, na medida em que o ALP é pensado com base no modelo de uma linguagem comunicável (de resto, aquela de que temos experiência), que autoriza critérios públicos de aferição da asseverabilidade das suas frases, nos contextos em que surjam, e de um “transplante” desse modelo à *hipótese* de uma linguagem particular, onde justamente faltariam esses critérios. Esta é, porém, a forma de poder (em terminologia wittgensteiniana) “comparar os aspectos”.

Benennen, - denn von mir kann man nichts sagen, ich lernte sie. Ich habe sie. Das ist richtig: es hat Sinn, von Andern zu sagen, sie seien im Zweifel darüber, ob ich Schmerzen habe; aber nicht, es von mir selbst zu sagen».

As “condições de asseverabilidade” que, de acordo com a terminologia de Kripke, são as únicas plausíveis na economia das IF, são também as que me permitem aferir que outro falante – um interlocutor, por exemplo – tem a mesma noção de adição que eu (e se eu tenho a mesma que ele), ou se porventura tem a mesma sensação a que eu fui ensinado a chamar “dor”; aferir se as suas respostas a casos particulares – mesmo aqueles não considerados até ao momento, possivelmente por nenhum dos dois – são coincidentes com as que eu dou ou daria se fosse confrontado com o exemplo, ou se, no caso de existirem discrepâncias, estas também podem ser “compreendidas” e integradas como falhas ou erros pontuais de algum raciocínio que, apesar do resultado obtido, passou pelos mesmos trâmites que aquele com o qual coteja a correcção dos critérios, mas se anquilosou nalgum ponto.

Em circunstâncias em que as respostas dos outros divirjam *normalmente* das minhas, estaremos (todos) autorizados a questionar-nos se um de nós não domina uma técnica requerida – a da adição, por exemplo – ou, para recuar nos termos do problema céptico, se os dois queremos dizer “adição” mediante “mais” e “+”. Se as respostas individuais divergissem sistematicamente teríamos pouco apoio para a atribuição de *significado* a uma regra de uso que determine as condições de justificação de uma prática.

No entanto, para não sairmos da órbita do exemplo apresentado pelo ensaio de Kripke, a prática que temos de problemas de adição autoriza a “indução” de que os seres humanos concordam habitualmente nas respostas a novas questões de adição (o que revela o *domínio de uma técnica*) e que é este acordo que dá ao jogo de linguagem, não só o seu carácter público, como também “condições de justificação” que assentam na *intersubjectividade* (termo que Wittgenstein nunca utiliza).¹¹⁰

Ao falante particular ser-lhe-á reconhecido o domínio da técnica de adição ou chamado ao seu hábito de realizar operações de um dado tipo, “adição” e não “cuadição”, se as suas respostas particulares oferecerem uma certa regularidade e a resposta a uma operação determinada, mesmo se ponderada pela primeira vez, coincidir com as respostas e o tipo de procedimento aceites pela comunidade de falantes com que interage – dentro da qual pode contar-se o professor de matemática.

¹¹⁰ KRIPKE, S. *Wittgenstein on Rules and Private Language*. Blackwell Published, Oxford, 1982, p. 111: «One must bear firmly in mind that Wittgenstein has no theory of truth conditions – necessary and sufficient conditions – for the correctness of one response rather than another to a new addition problem. Rather he simply points out that each of us *automatically* calculates new addition problems (without feeling the need to check with the community whether our procedure is proper); that the community feels entitled to correct a deviant calculation; that in practice such deviation is rare, and so on. Wittgenstein thinks that these observations about sufficient conditions for justified assertion are enough to illuminate the role and utility in our lives of assertion about meaning and determination of new answers. What follows from these assertability conditions is *not* that the answer everyone gives to an addition problem is, by definition, the correct one, but rather the platitude that, if everyone agrees upon a certain answer, then no one will feel justified in calling the answer wrong».

Um indivíduo que passe um conjunto de testes de verificação da justeza das suas respostas e procedimentos, mediante critérios públicos – prova mais próxima de um tipo de “teste de aferição de capacidades”, regulamentado por uma praxis e avaliado por terceiros – será admitido como membro de uma comunidade e autorizado a participar em actividades quotidianas que cubram um conjunto de jogos de linguagem que “nascem, crescem, envelhecem e morrem”. Aqui, a “morte” pode indiciar, pelo menos duas coisas: que caiam em desuso ou que não subsistam aos seus jogadores.

A recta final do argumento de Kripke em *Wittgenstein on Rules and Private Language* é especialmente enfática na negação de que o jogo de linguagem (céptico) de Wittgenstein, albergue *uma definição* daquilo que seja “seguir uma regra”. Aliás, sabemos como Wittgenstein resiste às definições positivas; portanto, a noção de Regra também não é uma excepção.

Wittgenstein descreve o jogo de linguagem disposto pela aceitação do paradoxo céptico, de acordo com o enquadramento que o papel deste argumento pode ter nas nossas vidas e o reconhecimento de que o seu critério de inserção numa forma de vida é o de uma *concordância empírica* (portanto, *a posteriori*) e não o de *uma colagem a normas a priori*, que excluíssem de antemão, por exemplo, o paradoxo céptico.

É por esta ordem de razões que o “argumento do céptico extravagante” também tem o seu lugar no elemento linguístico de uma forma de vida – mesmo que, então, a forma de vida *também seja extravagante*.

CAPÍTULO 5:

O *MODUS* TERAPÊUTICO DA FILOSOFIA

§7. PRINCÍPIO DE CONVERSÃO PANORÂMICA: O PROBLEMA DA ESSÊNCIA É A ESSÊNCIA DO PROBLEMA

«O trabalho em filosofia – como, de vários modos, o trabalho em arquitectura – é, na realidade, mais um trabalho sobre si próprio. Sobre a nossa própria interpretação. Sobre o modo como vemos as coisas. (E sobre o que delas esperamos)».

L. WITTGENSTEIN, CV.¹¹¹

A demarcação circunscrita das sete Proposições que constituíam o TLF, configurava um *escalonamento* descritivo das correspondências mundo-linguagem, cujo término era o indiciado fora da lógica de correspondência pictórica facto-proposição (por causa desta ressalva é que falámos em “escalonamento”, como para uma escala que serve para medir importâncias ou quantidades, mas não tem aplicação reflexiva; é um ponto cego para si mesma, enquanto medida de proporções representativas). As proposições que não obecem a este esquema figurativo constituíam a parte “não escrita” do livro, ainda que as remissões ao seu estatuto fossem traçadas pela obra. Para Wittgenstein, o sentido do que não fosse logicamente figurável, era ético e uma espécie de complementaridade desproporcional assistia ao *elo* entre as sete proposições do livro e o irrepresentável que excedia os termos em que estas estavam apresentadas, de acordo com dois eixos de configuração:

1) Uma presença não figurativa era assumida como um fundo de estruturação real do modelo de representação pictórica dos factos em proposições simples, logo pelo Prefácio do TLF, ou seja, com um estatuto de *complementaridade* ao escrito ao longo dos sete pontos, que não constava da sua estrutura interna por não verificar a condição de correspondência lógica de factos e proposições, a única apta a verificar o sentido de todo o enunciado, com possibilidade lógica de verdade;

2) Uma irredutibilidade lógica fazia parte, a título de meta-referência ou de suporte ontológico, dos nexos figurativos da proposição, como a sua possibilidade intrínseca de representação dos factos.

¹¹¹ In WITTGENSTEIN, Ludwig. *Vermischte Bemerkungen*. Suhrkamp Verlag, Frankfurt am Main, 1977, p.27 (A tradução é da nossa responsabilidade): «Die Arbeit an der Philosophie ist – wie vielfach die Arbeit in der Architektur – eigentlich mehr die Arbeit an Einem selbst. An der eignen Auffassung. Daran, wie man die Dinge sieht. (Und was man von ihnen verlangt).»

Num escrito do chamado “período intermédio”, do ano 1929 – considerado por uma parte significativa dos *scholars* de Wittgenstein como o “ano-charneira” do seu pensamento, como já aludimos no primeiro ponto deste trabalho – para uma comunicação na Aristotelian Society, que intitulou *Some Remarks on Logical Form*, e apesar dos termos gerais de concordância com o TLF, algo indicia uma posição crítica relativamente a este e o início de um distanciamento apenas começado, mas que estará na base de todo o desenvolvimento posterior do pensamento de Wittgenstein. E é, justamente, muito curioso que tal “detalhe” tenha que ver com a justificação *a priori* da *análise* das proposições moleculares e sua consequente decomposição em proposições simples.

Detenhamo-nos neste ponto. No TLF (1921), todo o processo de análise proposicional estava determinado *a priori*, como uma espécie de recuo lógico até aos fundamentos últimos da realidade representável através da linguagem.

Em RLF, porém, (já) podemos ler:

«Nós apenas podemos chegar a uma análise correcta mediante aquilo que poderia chamar-se a investigação lógica dos próprios fenómenos, quer dizer, em certo sentido, *a posteriori*, e não conjecturando sobre possibilidades *a priori*. Frequentemente, vemo-nos induzidos a interrogar, desde um ponto de vista *a priori*, quais são, afinal, as únicas formas das proposições elementares. [...] Uma forma elementar não pode prever-se. E seria surpreendente que os fenómenos já não tivessem nada que ensinar-nos a respeito da sua estrutura».¹¹²

O método exclusivamente apriorístico utilizado no TLF é agora posto em cheque e o próprio autor, numa autocrítica retrospectiva, que apenas começou, recomenda um tratamento *a posteriori* na investigação dos próprios fenómenos. Já vimos, no exposto atrás, que este método virá a ser chamado “gramatical” – muito embora neste texto Wittgenstein ainda não se lhe refira explicitamente, com tal termo, utilizando a expressão “Sintaxe Lógica”. Se nos interessámos especialmente por um critério de analogias conceptuais, o termo que “precede” o de Gramática é *Sintaxe* – ou, melhor, a função discursiva que antecipa a da “análise gramatical”, para que não tomemos, falsamente, estas expressões como quadros terminológicos fechados, é a ideia de “análise sintáctica”.

¹¹² In WITTGENSTEIN, Ludwig, *Philosophical Occasions 1912-1951*. Edited by James Klagge and A. Nordmann, Hackett Publishing Company, Indianapolis & Cambridge, 1993, RLF, p. 30. «We can only arrive at a correct analysis by, what might be called, the logical investigation of the phenomena themselves, i.e., in a certain sense *a posteriori*, and not by conjecturing about *a priori* possibilities. One is often tempted to ask from an *a priori* standpoint: What, after all, can be the only forms of atomic propositions? [...] An atomic form cannot be foreseen. And it would be surprising if the actual phenomena had nothing more to teach us about their structure».

E é precisamente esta viragem na forma de entender o próprio *método de análise*, que funda a ruptura entre o “primeiro” e o “último” Wittgenstein – no fundo, se quisermos, através de alguns importantes “ajustes terminológicos” que a voz dos textos “intermédios” vão levando a cabo. Pensamos nos textos do ano 29 - o ano do regresso de Wittgenstein à Filosofia - e, muito especialmente, nos do início dos anos 30, no LA (1932/33) e no LC (1933/34), em PG (1933) e nos textos compilados postumamente, que recolhem aulas e conversas deste período.

E algumas destas matizações subtis já tinham a forma de dúvida, inclusive nos *Notebooks*, de 1914-16, que antecipavam, mas no fundo, sobretudo acompanhavam, a redacção e exposição do próprio TLF. Nessas anotações, Wittgenstein já se interrogava (introduzindo questões problemáticas de fundo, a que responderia só muito mais tarde) sobre as teses basilares que desenvolveria no seu primeiro livro, como a totalidade das proposições simples ser a totalidade da Linguagem ou sobre a teoria pictórica ou figurativa.

Depois da publicação do TLF, em 1921, da sua tradução para inglês, por Frank Ramsey e das discussões que manteve com o economista italiano Piero Sraffa, em Cambridge, Wittgenstein é levado a considerar, a partir da sua própria (não)-resposta *dogmática* à questão de identificar os factos simples que constituem o mundo e são objectos últimos que fundam as proposições atómicas – sobre o que dizia “não ser uma tarefa do lógico” –, que algo nesse sistema perfeito e hermético de correspondência figurativa não preenchia os requisitos de uma exposição correcta do significado da linguagem.

No fundo, se o TLF encontrara (ou julgava ter determinado) a forma perfeita de descrever a essência do mundo, como um fundamento inamovível, indecomponível (por isso mesmo, chamado “atómico”, exactamente da forma como Leucipo e Demócrito entendiam o elemento último de composição da realidade - a *arché*), até às IF, Wittgenstein vai desenrolar esse novelo de raciocínio que tinha admitido como o único fio condutor para o cerne da simplicidade última, apercebendo-se que tem nós típicos e está enleado nas suas próprias premissas.

E essa é, pois, a essência do problema – é o “problema da essência” visto ao contrário, não sob a forma de uma mudança simples de polaridade, mas sim criticamente. Observemos esta rotação “caleidoscópica” com mais detenimento.

Um autor como K.T. Fann¹¹³ defende que essas sementes de transição estavam já dadas (muitas vezes entre parênteses, como notas marginais a que ainda não se pode dar curso certo) no texto do TLF. E dá o exemplo da proposição 6.211:

¹¹³ FANN, K.T., *Opus Cit.*

«[...] (Em Filosofia, a pergunta “Para que fim utilizamos esta palavra, esta proposição”?, conduz sempre a descobertas valiosas).»¹¹⁴

Segundo Fann, este tipo pontual de afirmações, permite entrever (com suposta precocidade, o que no fundo é falso, porque também só podemos chegar a fazer esse exercício crítico, com a perspectiva de conhecimento das duas formas de pensar do autor, ou seja, no fundo, totalmente *a posteriori*) um traço tardio importante, que está relacionado com o instrumento da *análise*, já não como esta era entendida no TLF, mas como uma pergunta pelo “uso real” da linguagem, na situação de troca introduzida por qualquer jogo. E esta é, sem dúvida, a ênfase das IF – a pergunta pelo “fim com que utilizamos esta palavra, esta proposição” passará a constituir a ferramenta da análise dos enunciados discursivos, dos jogos de linguagem particulares.

Contudo, estas formas pouco unânimes de especulação, em nada deslegitimam a tese que vai apresentada no início desta secção, ou seja, que a mudança de perspectiva aberta pelo período médio, especialmente no texto da Conferência para a Aristotelian Society, de 1929, tem como pedra de toque a conversão metodológica de um tipo de análise *a priori* para um *a posteriori*. E essa conversão, que será lentamente assumida, até se tornar na nova posição, que são as próprias IF – no fundo, um novo instrumento de análise, de inspiração terapêutica e pragmática – é um eixo de mutação cuja tónica, como destacava Wittgenstein nas mesmas IF, sempre é “a necessidade real dos homens”.

O autor que citámos antes, K.T.Fann, admite que esta viragem paradigmática – relacionada com uma subtil deslocação do ponto de observação do analista das formas discursivas, portanto do terapeuta da linguagem - teria também que ver com os anos que Wittgenstein passou a ensinar nas escolas primárias de pequenas povoações da baixa Áustria e da experiência de conceber um dicionário para alunos de *Grundschule*.¹¹⁵ Dessa experiência proviriam muitos dos exemplos recolhidos ao longo das IF e o abandono definitivo de uma concepção cristalina da linguagem que era o selo do TLF. O *exemplo* passa a ser o instrumento de trabalho mais útil aos propósitos da “investigação filosófica”, tal como a concebe Wittgenstein.

Além deste dado contextual específico – apenas plausível –, estão as críticas, assinaladas pelo próprio Wittgenstein no Prefácio das IF, devidas a Ramsey, nos

¹¹⁴ In WITTGENSTEIN, Ludwig. TLF. Lisboa, Edições da Fundação Calouste Gulbenkian, 2002, 128. 6.211. «(In der Philosophie führt die Frage: “Wozu gebrauchen wir eigentlich jenes Wort, jenen Satz?”, immer wieder zu wertvollen Einsichten)», In WITTGENSTEIN, Ludwig. Werkausgabe Band 1, Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1984, 76.

¹¹⁵ WITTGENSTEIN, L. *Wörterbuch für Volks- und Bürgerschulen*, Hölder-Pichler-Tempsky, Vienna, 1926.

últimos anos de vida deste (que faleceu em 1930) e de Sraffa, bem como o seu apreço pelo pragmatismo de William James – apesar da sua forte discordância quanto ao papel desempenhado pela *introspecção* no “conhecimento” dos estados ou processos mentais, como documentarão os seus escritos tardios sobre a Filosofia da psicologia.

Quiçá devêssemos assinalar neste ponto, algo que já vimos pensando há tempo e que encontramos confirmado por leituras secundárias importantes, como a de Fann ou de Norman Malcolm¹¹⁶: o Wittgenstein dos anos do TLF (que foi escrito integralmente na frente de batalha durante a Primeira Grande Guerra) filosofava sozinho, anotando os seus pensamentos, como monólogos feitos. Por isso, ao lermos o TLF, ficamos, de cada vez, com uma espécie de convicção de que devemos aceitar aquelas sete proposições sem questioná-las, como se tivessem saído prontas da pena de alguém “possuído pela verdade”.

A última filosofia de Wittgenstein, por seu turno, surge de anos de experiência de leccionação, e das discussões das suas aulas (aliás, muitas dessas ideias, são apenas apontamentos conservados pelos seus alunos e amigos em Cambridge), em que aplicava uma espécie de maiêutica e fazia finca-pé na discussão e no diálogo (mesmo que ambos fossem, autoritariamente, conduzidos por si).

Por esta mesma ordem de razões, as IF constituem um diálogo, não exactamente à maneira dos diálogos platónicos, mas à luz da ideia platónica do “diálogo da alma consigo mesma”. Daí a recomendação de Wittgenstein, respeitada nas edições e traduções, de ver as suas duas “formas de pensar” lado a lado. Esta recomendação, feita no próprio Prólogo das IF, é já, por si só, uma maneira peculiar e importante de compreender o espírito dialéctico das mesmas.

*

Estas breves considerações, também elas metodológicas, no sentido de serem tentativas de enquadramento do *selo aporético* que constitui a passagem de uma via filosófica ao seu correlato sequencial e crítico, apenas pretendem servir como pontos-charneira de introdução problemática de conceitos ainda não abordados ou de pontos de enfoque deslocados ao longo de um mesmo eixo.

Assim, se a questão da essência estrutural da linguagem, perseguida pelo TLF e confinada ao átomo *facto-objecto*, num esquema de correspondência figurativa dos elementos e combinações de elementos que constituem a realidade, se detinha nos

¹¹⁶ Em MALCOLM, N. *Ludwig Wittgenstein: a Memoir*. Oxford, 1967.

objectos das proposições simples, ou seja, nos *nomes*, a variação ao longo desse eixo, introduzida pelas IF, reformula esse fundo estrutural, lógica e metafisicamente fechado, através da introdução de duas expressões compostas, que, não sendo permutáveis, se complementam num conjunto articulado de sentido expressivo, que seria designado, ao abrigo da terminologia do TLF, “molecular”: *Jogo de Linguagem* [*Sprachspiel*] e *Forma de Vida* [*Lebensform*]. Esta associação expressiva é mais difícil do que pode, eventualmente, indiciar uma leitura liminar de alguns parágrafos das IF, em que as duas expressões surgem associadas.¹¹⁷

Ao longo das IF, Wittgenstein emprega a expressão *Lebensform* muito mais limitadamente que *Sprachspiel*¹¹⁸, referindo-se, com a primeira expressão, àquilo com que contamos como *dado* e que, como tal, prescinde da necessidade explicativa ou, melhor dito, resiste à fragmentação da análise. De um certo ponto de vista, e a partir de uma leitura mais antropológica ou “cultural”¹¹⁹ do sentido cruzado destas duas expressões, elas nem apresentam propriamente um denominador de natureza comum, que autorizasse os nexos de correspondência exigidos por uma análise de tipo conceptual ou formal.

De um prisma mais “antropológico” – uma antropologia de inspiração pragmatista – a “forma de vida” é o reduto contextual em que o ser humano se move. É a estrutura cénica em que toda e qualquer acção vital tem lugar. A “forma de vida” é considerada o ponto de partida (como o tabuleiro de um jogo, portanto, a “infra-estrutura”), desde o qual se pode determinar o domínio de uma aptidão linguística e o seu significado contextual, enquadrado, no fundo, com aqueles elementos que são “pré-” ou extra-linguísticos.

Ao empregar a expressão *Lebensform*, Wittgenstein pensa num dado carácter humano, determinado por um enquadramento sociológico, biológico e mesmo de história natural, sendo o seu “modelo” definitório como aquilo que identifica a *Forma de Vida* um contexto amplo, que diferencia a vida humana da dos restantes animais – como uma apresentação ou configuração de mundo, uma dada *Weltanschauung*.

Por seu turno, aquilo que, por decomposição (exercício que o próprio Wittgenstein não faz, pelo menos não conceptualmente; apenas talvez em determinadas sequências ilustrativas), nos daria os “factos” da vida, elementos

¹¹⁷ Por exemplo, em IF §§ 19, 23, 241.

¹¹⁸ Pensamos que pela ramificação importante que a expressão *Sprachspiel* adquire e pelo carácter irredutível de *descrição* e *exemplificação* que lhe é conferido, o que lhe dá um reduto de plasticidade substancial e expande a necessidade da sua retoma em diferentes momentos de argumentação das IF.

¹¹⁹ Como a que faz um autor como Stanley Cavell, em “Declining Decline”, um texto inserido na obra *The Claim of Reason* e em outros artigos em que se pensa a filosofia do Wittgenstein das IF essencialmente como uma filosofia “da cultura”.

estruturantes de uma dada “forma” de vida, seria aquilo com que à partida contamos, o elemento básico da *experiência*, numa terminologia com outras ressonâncias (em que sealaria de *sense data* e não de *factos*)¹²⁰. Kant pensa nas formas de conhecer; Wittgenstein pensa, sobretudo, nas formas plurais de *discorrer*, não apenas do que se conhece, mas de âmbitos experienciais e vitais que não se deixam assimilar a uma tipologia epistemológica dos jogos de linguagem.

Estes factos supostos na forma de vida não são, porém, *estanques* (estaríamos no TLF e não nas IF; ou, pelo menos, não teríamos novas metodologia e terminologia com que perspectivar as diferenças), mas são as condições de que façamos determinadas coisas, actuemos ao abrigo de um contexto, e que exista uma “forma de linguagem” que possa adequar-se a uma “forma de fazer”.

Joaquim Jareño Alarcón, num livro intitulado *Religión y Relativismo en Wittgenstein*, escreve algo que pode ilustrar este ponto que estamos a determinar e abre a via a uma tese que gostaríamos de ver sustentada:

«Wittgenstein fala do “dado”; e, ao fazê-lo, reflecte sobre a importância que a realidade vital tem para as questões do significado. Quando tratamos de determinar o valor e o fundamento dos jogos linguísticos encontramos um ponto para além do qual não podemos avançar: as *formas de vida*. As actividades em que se manifestam os interesses dos indivíduos, a sua vida, portanto. Actividades cuja característica mais destacada para o que nos interessa é o poder de se manifestar linguisticamente. [...] Uma *actividade linguística* apenas se entende como a expressão de uma *actividade vital*. É esta que torna compreensível o jogo de linguagem. As formas de vida são indefiníveis, pois é justamente a partir delas que a linguagem adquire consistência significativa. São o ponto onde terminam as explicações. Por isso há que aceitá-las.»¹²¹

Com base neste enquadramento alargado da questão das conexões “Jogo de Linguagem – Forma de Vida”, voltamos ao ponto de cisão do texto RLF que marcava o corte com a definição das condições lógicas *a priori* e defendia uma abertura à análise *a posteriori* dos próprios fenómenos. Senão, vejamos: a comunicação (palavra muito pouco cara a Wittgenstein), enquanto processo de mediação entre indivíduos, dá-se num espaço público e com critérios de ponderação do mesmo tipo, e é o que nos permite transmitir os fenómenos protagonizados por ou em que o ser humano toma

¹²⁰ Também existem apontamentos de aulas de Wittgenstein sobre a Experiência e *Sense Data*, mas não são essas as expressões do TLF. (WITTGENSTEIN, L. *Notes for Lectures on “Private Experience” and “Sense Data”* ; *The Language of Sense Data and Private Experience*. (Notes by Rush Rhees). In WITTGENSTEIN, Ludwig. *Philosophical Occasions 1912-1951*. Edited by James Klagge and A. Nordmann, Hackett Publishing Company, Indianapolis & Cambridge, 1993.

¹²¹ In JAREÑO, Joaquín Alarcón. *Religión y Relativismo en Wittgenstein*, Ariel, Barcelona, 2001, p. 137.

parte, como “modos da nossa complicada forma de vida”, como diz Wittgenstein em IF, §23. Quer esse processo quer a sua ulterior análise são totalmente *a posteriori*.

Neste ponto da investigação wittgensteiniana, é a *actividade* o ponto de partida do significado das próprias palavras, donde o filósofo pode afirmar que compreender uma linguagem implica observar o espectro das actividades com que esta está intrincada. *Assim, pois, constatamos que são os factos não-linguísticos que determinam a compreensão dos linguísticos: que, na linguagem do TLF, “lhe dão o seu valor de verdade”; na das IF, “lhe conferem o seu sentido”.*

Duas elipses fecham-se, *devagar*: as formas de vida não se compreendem sem os dados vitais irredutíveis que as constituem; mas, por seu turno, a realidade última desses dados, possui uma clara condição de plasmação linguística, que atesta, agora *expressivamente* e não apenas proposicionalmente, logicamente, os fenómenos básicos e a sua regularidade “narrativa”.

A expressão composta “Jogo de Linguagem”, pretende dar conta da importância da conexão estrutural entre as distintas actividades dos indivíduos e a sua conformação linguística precisa: *falar* é a cara de uma moeda cuja coroa é *fazer*.

A “elipse presente”, que assiste à maiêutica do exercício dialógico, também “fala” à elipse antiga que intercambiava *facto* e *nome*, *estado de coisas* e *proposição*. Algo porém, faz com a última troque um pedaço de *justaposição* limpa por uma margem de maturação pragmática ou de “atrito”, como diz Wittgenstein¹²². No TLF, o modelo de figuração predeterminada (teoria pictórica) era apresentado como o padrão de verificação inequívoco de uma apresentação lógica do mundo, que se demarcava do atrito para descrever as correspondências formais. Esse exercício era, de duas uma: ou à *margem* da experiência (esse o sentido canónico de *a priori*) ou com um sentido de “concomitância sempre actualizável”, em cada caso de correspondência figurativa de duas entidades (logicamente) “siamesas”, homologáveis (coisa que não

¹²² IF, §107: «Quanto mais exactamente consideramos a linguagem real, mais forte se torna o conflito entre ela e a nossa exigência. (A pureza cristalina da Lógica não se me *revelou na experiência*, era antes uma exigência). O conflito torna-se insuportável; a exigência corre o risco de se tornar vazia. – Aqui o gelo está polido, falta o atrito, e assim, em certo sentido, as condições são ideais; mas, exactamente por isso, também não podemos andar. Nós queremos andar, por isso precisamos do *atrito*.», Trad. Portuguesa citada, 255.

«Je *genauer* wir die *tatsächliche Sprache* betrachten, desto *stärker* wird der *Widerstreit* zwischen ihr und unsrer *Forderung* (Die *Kristallreinheit* der *Logik* hatte sich mir ja nicht ergeben; sondern sie war eine *Forderung*). Der *Widerstreit* wird *unerträglich*, die *Forderung* droht nun, zu etwas *Leeren* zu werden. – Wir sind aufs *Glatteis* geraten, wo die *Reibung* fehlt, also die *Bedingungen* in gewissen Sinne *ideal* sind, aber wir *eben deshalb* auch nicht gehen können. Wir wollen gehen; dann brauchen wir die *Reibung*». Ed. Cit., 297.

contradiz o requisito *a priori* em nada de significativo, apenas talvez num prurido de definição).

Agora, nas IF, na forma de pensar da maturidade de Wittgenstein, o atrito leva o nome de *experiência* e o seu desencontro “temporal” é manifesto; porque dissemos que “necessidade linguística” e “actividades” se apelavam mutuamente, se completavam como condição *sine qua non* do sentido que a linguagem faz. Mas não afirmámos que essa necessidade correlativa era uma *necessidade lógica*, uma colagem de correspondência estrita, *a priori* (fora do tempo da experiência ou concomitantemente).

A correspondência necessária *actividade-forma linguística* tem o eixo de rotação efectivo no primeiro elemento, numa “forma de vida particular” que enquadra o grupo de jogos de linguagem que pode determinar (cada forma de vida tem um contexto linguístico afim, um panorama de sentido “vizinho”), ao abrigo de uma forma de constituição que lembra em muitos aspectos o Esquematismo kantiano: um acordo determinado por instâncias formadoras escalonadas, em trabalho de síntese conjunta, com um elemento de reunião *híbrido*: imaginação transcendental ou regras de jogo gramaticais.

À diferença do estatuto da Imaginação transcendental, porém, as regras¹²³ normativas (e ponderadoras) da coesão interna de um determinado jogo de linguagem, *com* e *dentro* de uma correspondente forma de vida, nem são consideradas uma faculdade nem são transversais aos jogos linguísticos descontínuos; são apenas balizas orientadoras da correcção – ou antes, da *coerência* – de um determinado jogo de linguagem ou de um grupo de jogos que configuram um núcleo de intercâmbio linguístico. Tal como Wittgenstein aponta para alguns exemplos de jogos, também há margens entre as jogadas, em que dispomos as regras *as we go along*, quer dizer, ao abrigo de uma demanda assinalada dentro de um lance.

Entre o “atrito” da vida pontual – ou seja, de um jogo de linguagem considerado autonomamente - e a cisão normativa das regras formais do discurso, está o patamar escorregadio das correspondências de remissão potencialmente infinitas, onde cabe o cepticismo que discutimos no ponto anterior deste texto.

A actualização das regras que permitem uma formulação discursiva com sentido é aquilo que é introduzido pelo “modelo” de significação oferecido pelas IF e a que Kripke se refere como “as condições de justificação ou de asseverabilidade” dos enunciados, que não existem “fora de” ou “acima dos” jogos de linguagem parcialmente estudados. Esta é, de resto, a metodologia de Wittgenstein – a da

¹²³ Remete-se a ponderação deste termo para o ponto anterior deste trabalho.

descrição de jogos de linguagem possíveis dentro dos tipos flexíveis de jogada que uma dada forma de vida autoriza e legitima.

A diferença entre este tipo de “correspondência aberta”, quer dizer, a de uma disposição *não vinculativa* entre as condições formais (da experiência ou) do discurso e as suas actualizações “casuísticas”, descontínuas e o dogmatismo de uma dependência escalonada e inamovível das instâncias que ambos – como condições de possibilidade – pudessem impor como ordem estrutural e funcional não reversível (qual alavanca num mecanismo, que desempenha uma e uma só função dentro de um programa fechado), fica ilustrada com uma passagem das próprias IF:

«Evoca-se uma imagem que parece determinar o sentido *univocamente*. Comparada com a aplicação que a imagem nos sugere, a aplicação real parece um pouco profanada. Mais uma vez está-se aqui como na Teoria dos Conjuntos: a formulação adoptada parece ter sido escolhida para um Deus, que sabe o que nós não podemos saber; ele vê as sucessões infinitas como totalidades e vê a própria consciência dos homens. É claro que para nós estas formulações são quase como uma toga, que podemos de facto vestir, mas com a qual não podemos fazer muito, porque nos falta a realidade do poder que daria a este trajo sentido e finalidade».¹²⁴

¹²⁴ In WITTGENSTEIN, Ludwig. IF. Ed. cit., § 426. «*Ein Bild wird heraufbeschworen, das eindeutig den Sinn zu bestimmen scheint. Die wirkliche Verwendung scheint etwas Verunreinigtes der gegenüber, die das Bild uns vorzeichnet. Es geht hier wieder wie in der Mengenlehre: Die Ausdrucksweise scheint für einen Gott zugeschnitten zu sein, der weiss, was wir nicht wissen können; er sieht die ganzen unendlichen Reihen und sieht in das Bewusstsein des Menschen hinein. Für uns freilich sind diese Ausdrucksformen quasi ein Ornat, das wir wohl anlegen, mit dem wir aber nicht viel anfangen können, da uns die reale Macht fehlt, die dieser Kleidung Sinn und Zweck geben würde*». *Philosophische Untersuchungen*, Ed. Cit., 414.

§ 8. O PHÁRMAKON DA ANÁLISE GRAMATICAL

«Do mesmo modo que as leis só ganham interesse quando existe a tendência a transgredi-las, certas regras gramaticais só ganham interesse quando os filósofos querem ultrapassá-las».¹²⁵

MAS, JUSTAMENTE:

«A meta da Filosofia é levantar um muro onde, para todo o caso, termina a linguagem».¹²⁶

L. WITTGENSTEIN, Ph.

Aprender a dosear um medicamento é como dominar a técnica da vida e da morte. E também é saber *jogar* com isso, conhecer os limites de uma virtuosidade terapêutica que pode operar como um resgate de sanidade ou como um trunfo perigoso. É o próprio Platão quem adverte contra a margem de manipulação do produto da cura, *Pharmakon* [φάρμακων] – remédio e veneno – que pode dar o salto sintáctico do *nome* ao *advérbio de modo*, o mesmo é dizer, da “substância” ao “método”.

No *Fedro*, do “Diálogo sobre a Retórica”, temos Sócrates a dizer:

«Sócrates: Com a arte retórica passa-se mais ou menos o que se passa com a medicina.

Fedro: Então como?

Sócrates: Em ambas é preciso analisar uma natureza, a do corpo numa e a da alma na outra, se não for apenas pela rotina e pela prática, mas de um modo científico, como se pretenda aplicar, ao primeiro o medicamento e o alimento conveniente, a fim de dar-lhe saúde e força, e à outra os raciocínios e práticas de rigor, com o objectivo de incutir-lhe as convicções e a virtude». (*Fedro*, 270b).

¹²⁵ In WITTGENSTEIN, Ludwig, *Philosophical Occasions 1912-1951*. Edited by James Klagge and A. Nordmann, Hackett Publishing Company, Indianapolis & Cambridge, 1993, Ph. p. 188: «*Wie Gesetze nur Interesse gewinnen, wenn die Neigung besteht, sie zu übertreten* [wenn sie übertreten werden] so gewinnen gewisse grammatischen Regeln erst dann Interesse, wenn die Philosophen sie übertreten möchten».

¹²⁶ Idem, p. 186: «*Das Ziel der Philosophie ist es, eine Mauer dort zu errichten, wo die Sprache ohnehin aufhört*».

(Σω. Ὁ αὐτός που τρόπος τέχνης ιατρικῆς ὅσπερ καί ρητορικῆς.

ΦΑΙ. Πως δῆ;

Σω.⁷ Ἐν ἀμφοτέραις δεῖ διελέσθαι φύσιν, σώματος μὲν ἐν τῇ ἑτέρᾳ, ψυχῆς δέ ἐν τῇ ἑτέρᾳ, εἰ μέλλεις, μή τριβῇ μόνον καὶ ἐμπειρία ἀλλὰ τέχνη, τῷ μὲν φάρμακα καὶ τροφήν προσφέρων ὑγίειαν καὶ ῥώμην ἐμποιήσῃ, τῇ δέ λόγους τε καὶ ἐπιτηδεύσεις νομίμους πειθῷ ἢ ἀν βούλῃ καὶ ἀρετῇ παραδώσειν.)¹²⁷

A força deste *analogon*, que para Platão apenas poderia ser uma mais valia estilística, uma advertência metafórica saída da linguagem médica, representará, para o pensamento de Wittgenstein – que não fala de *Phármakon*, de remédio ou veneno, mas fala de *terapia* [*Therapie*] e de *doença* [*Krankheit*] – a tábua da sanidade, uma forma de limpar o espírito das miragens proposicionais sem referência, convertidas em agoiros filosóficos ou em doenças do intelecto.

Por vezes, Wittgenstein é um caricaturista bastante plausível dos agoiros que seriam susceptíveis de se lhe atribuir. Em IF, §514, escreve:

«Um Filósofo diz que compreende a frase “Eu estou aqui”, que intenciona qualquer coisa com ela, que pensa em qualquer coisa, mesmo que não se recorde da ocasião e do modo pelo qual esta frase é usada. E se eu digo: “No escuro a rosa também é vermelha”, então imaginas este vermelho no escuro».¹²⁸

Anotações como esta, que soam como formas de parentesco ilustradoras quanto à finalidade da sua própria investigação – mediante “semelhanças” e “dissemelhanças” –, estão disseminadas pelas IF. São como choques por contraste – como os choques térmicos – que levam a redução ao absurdo do exemplo ao limiar da compreensão daquilo que lhes subjaz, como equívoco teórico ou margem explicativa.

Por isso, o papel do “curandeiro”, do filósofo que faz malabarismos com a linguagem e com a subsequente reformulação gramatical dos enunciados que desvirtuou é inventar uma medida que encaixe – por *desajuste* – no padrão de verdade que temos. (E, então, o padrão de verdade *encolhe-se*, bem visto).

Se Wittgenstein repete, amiúde (mesmo em textos posteriores ao TLF), que as coisas são como são e valem o que valem – o mesmo é dizer, nada –; mais: que a

¹²⁷ PLATÃO, *Fedro*, Edição Bilingue, Tradução, Notas e Estudo Preliminar de Luis Gil Fernandez, Madrid, Instituto de Estudios Políticos, 1957. (270b), p. 68.

¹²⁸In WITTGENSTEIN, Ludwig. IF. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2002; trad. Port. de M.S. Lourenço, 3ª ed., p. 438.

«Ein Philosoph sagt: er verstehe den Satz: “Ich bin hier”, meine etwas mit ihm, denkt etwas, - auch wenn er sich gar nicht darauf besinnt, wie, bei welcher Gelegenheit, dieser Satz verwendet wird. Und wenn ich sage: “Die Rose ist auch im Finstern rot”, so siehst du diese Röte im Finstern förmlich vor dir». *Philosophische Untersuchungen*, Werkausgabe, Band 1, Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1984, 436.

tarefa do filósofo é (só) a de fazer justiça aos factos, *descrevendo* (e não explicando) o seu “so und so” – então a sua consistência “profissional” parece ser a de um bom observador, que apenas faz tradução simultânea, mas ao mesmo idioma. Compete ao filósofo descrever o “ser assim” dos factos e estados de coisas (ou dos jogos de linguagem, que articulam linguisticamente combinações de ambos), da forma mais adequada e certa, com a maior economia de meios possível.

É como uma navalha occamista, aplicada a falsos juízos: há que voltar ao “sentido comum”, deixando (“desmascarando” pelo caminho) os contos de fadas que *explicavam* o próprio “ser assim”, ultrapassando-o, ferindo o seu “quê” no seu “como” e no seu “porquê”, em não-analisados voos metafísicos.

Destruir os ídolos históricos e essencialistas, que alimentaram, durante séculos, o espírito à base de *ar*, é a lição terapêutica do *Phármakon* da análise gramatical. E a análise não esmiúça nada nem constrói nada de novo – é importante atentar neste ponto – descreve o “assim”, desfazendo os nós do “assim como”.

Desfazer nós (do pensamento e da plasmação deste em enunciados discursivos) é um acto *progressivo*, não regressivo – isto é, fazendo-o, não se está à procura de algo mais “substancial” ou mais “originário” (como o coração da cebola), mas a extrair-se um impedimento, a libertar uma via;

«Como é que a Filosofia é uma estrutura tão complicada. Deveria ser completamente simples, se é aquilo que é último, independente de toda a experiência, como tentas vê-la. – A Filosofia desata os nós do nosso pensar e, portanto, os seus resultados têm de ser simples, mas a sua actividade é tão complicada como os nós que desata». ¹²⁹

A fome de explicações é o grande manancial das doenças intelectuais dos filósofos, como as descreve Wittgenstein – e está muito próxima da neurose obsessiva. E o que mais tem de perturbador esse esforço de sublimação filosófica, a trabalhar no vazio – a que Wittgenstein se refere com o termo alemão *Verhexung*, que traduzido para português, equivale a “enfeitiçamento” ou “embruxamento” – é a garantia de mal-estar que provoca. (Neste ponto, Wittgenstein foi uma vítima como todas as que denunciou, mas com a vantagem crítica de negar o jogo de sedução, constituindo a sua própria filosofia em torno ao esforço de evitar o seu sucesso).

¹²⁹ In WITTGENSTEIN, Ludwig, *Philosophical Occasions 1912-1951*. Edited by James Klagge and A. Nordmann, Hackett Publishing Company, Indianapolis & Cambridge, 1993, Ph., p. 182: «*Wir Kommt es, dass die Philosophie ein so komplizierter Bau [Aufbau] ist. Sie sollte doch gänzlich einfach sein, wenn sie jenes Letzte, von aller Erfahrung Unabhängige ist, wofür Du sie ausgibt. – Die Philosophie löst die Knoten in unserem Denken auf; daher muss ihr Resultat einfach sein, ihre Tätigkeit aber so kompliziert wie die Knoten, die sie auflöst*».

E todo o núcleo dessa doença, que é como uma “bebedeira mental”, está na hipóstase de sublimação das formulações linguísticas (como princípio de correcção e de compreensão das mesmas), através de uma leitura por sobreposição de níveis heteróclitos da linguagem, sem correcção gramatical, e na sua não-assunção descarnada, desencantada. Em F escreve Wittgenstein:

«Mas não penses na compreensão como “processo anímico”. – Pois essa é a forma de falar que te confunde. [...] Esta forma de falar é o que nos impede de ver os factos imparcialmente».¹³⁰

Porém, apesar desta acusação sintomática, Wittgenstein não pensa (nem no TLF o fazia) que devamos “reformatar”, “reformular” ou até substituir a linguagem que temos por uma linguagem formalmente inequívoca e com uma estrutura dedutiva simples – como o *Begriffsschrift* de Frege, por exemplo – propenso à doença da *verificação*. Trata-se de abrir um terreno de sanidade, nunca de substituir uma doença por outra, como se expressaria a este respeito o nosso autor.

Como repete Wittgenstein, “a linguagem está em ordem tal como está” (a linguagem natural, entenda-se), sobretudo porque “é como é”, e toda a justificação tem que ter um término *ou não seria justificação de nada*.

A linguagem natural, se é compreendida com base numa conexão sublimada com aqueles factos extra-linguísticos que a “sobredeterminam” (no sentido de serem os elementos intrínsecos a uma determinada Forma de Vida, conforme já vimos), está tão à mercê de abusos e das violações gramaticais indevidas que trazem os agoiros intelectuais e evocam os fantasmas filosóficos, como uma linguagem conceptual estrita está dependente dos nexos dedutivos e formais que a sua axiomática autoriza e a partir de cujos princípios semânticos estritos podem originar-se paradoxos de formalização como o que Russell denunciou em 1904 nos *Grundgesetze der Arithmetik* de Frege.

É no “ponto morto” teórico de uma linguagem que não se exercita que aparecem os espantalhos filosóficos a assustar as aves simples, dando medo pelo aparato ornamental e colorido da sua apresentação. São como doenças neuróticas, e assim há que tratá-los. Conforme sublinham alguns dos mais importantes comentadores da filosofia wittgensteiniana, entre os quais se encontra P.M.S.Hacker, a analogia que se pode traçar entre as técnicas de eliminação das confusões

¹³⁰ WITTGENSTEIN, Ludwig. F. (*Zettel*), Herausgegeben von G.E.M.Anscombe und G.H. von Wright, Frankfurt am Main, Suhrkamp Verlag, Frankfurt am Main, Band 8, 1970, 313: «*Denk' doch einmal gar nicht an das Verstehen als "seelischen Vorgang"!* – Denn das ist die Redeweise, die dich verwirrt. [...] *Es ist jene Redeweise, die uns hindert, die Tatsachen unparteiisch zu sehen*». (A tradução é da nossa responsabilidade).

filosóficas e o tratamento de uma doença, é um ponto importante na discussão de determinados conceitos que ganham um relevo especial no léxico de Wittgenstein.

Os problemas filosóficos, compendiados num determinado corpo doutrinário (tal como proposto por sistemas filosóficos tradicionais), ordenado para lhes por cobro, é um esquema viciado e, segundo Wittgenstein, equivocado, que deve parar de ser visto como um conjunto de questões últimas – supra-empíricas, *meta-físicas* – que suscita respostas igualmente radicais, susceptíveis de serem destronadas por novos princípios de justificação, à medida que progressos no conhecimento humano e preconceitos epistemológicos, morais, religiosos, antropológicos ou de qualquer outro tipo vão sendo suplantados por novas concepções – um modelo, de alguma forma baseado num esquema de aceitação de uma dinâmica *progressiva* (ou positiva) para a leitura do real.

Ora, todo um conjunto de máximas do pensamento wittgensteiniano desautoriza este modelo, por várias vias. A forma de traçado problemático em filosofia atende a um desatar dos nós – “os nós no entendimento” [*Die Knoten in unserem Denken*] – que constituem um núcleo aporético obstrutor de uma via de pensamento e, conseqüentemente, ao restabelecimento da compreensão. O “sucesso” dessa empresa assegura-se, “na medida em que o que é problemático desaparece”, tal como o fim da cura de uma doença é fazer desaparecer o conjunto de sintomas que a fez manifestar e que a constitui. Aquilo que permanece, uma vez curada a doença, é uma “boa saúde”, um restabelecimento de boas condições – físicas ou psíquicas – que permitem ao paciente voltar a funcionar sem impedimentos sintomáticos; da mesma maneira, aquilo que soçobra à “terapia filosófica” é uma (justa) [*Gerecht*] compreensão das articulações gramaticais de determinados pontos do discurso, um princípio de “serenidade” que impede um dado “caos conceptual” de voltar a manifestar-se.

Com o apoio da análise gramatical, o “paciente filosófico” chega a tomar consciência que determinadas *analogias* indevidas em grupos de termos para os quais não se dispõe de uma *verificação* gramatical homóloga ao modelo pictórico do TLF ou às condições de verdade são, por isso, os núcleos de incorrecção do discurso e fazem com que se manifeste aquilo que (parece) filosoficamente problemático.

As chamadas “doenças filosóficas” são enfermidades do entendimento, mal-estares intelectuais. Porém, e apesar do seu estado de transitoriedade possível e de um aparente estatuto de excepção, estão incrustadas na vida do discurso, com a mesma ameaça suspensa com que as doenças mentais rodeiam a sanidade anímica do indivíduo. (Com referências bastante espalhadas a esta analogia, em textos escritos ao longo dos anos 30, não nos deve espantar o quanto, por esta época, os

seus métodos de cura filosófica – gramatical – lhe lembravam a técnica analítica. Esta ideia é posteriormente abandonada, como veremos mais adiante).

O único método aceitável, em filosofia, parece ser um que se abstenha de fazer “asserções filosóficas”, mas que *trate* as asserções (filosóficas) disponibilizadas pelo discurso de outrem, ou pelo próprio, consoante a força das tentações seja resistível ou não. Esse método de “cura descritiva” deve passar por estabelecer regras de uso para determinadas palavras ou expressões correntes na linguagem, na ausência de cumprimento das quais as referidas asserções positivas ganham corpo e poder persuasivo.

Tal como em psicanálise, o mais importante é que o terapeuta possa ajudar o doente a dar a *nuance* expressiva ajustada ao problema que o incomoda; algo semelhante tem lugar na expressão de um mal-estar filosófico – é necessário que o portador da confusão chegue a poder reconhecer: “Sim, é exactamente isso que me perturba (“que me tolhe o raciocínio” ou, mais tipicamente, “que me fascina”)”.

O pensamento de Freud está muito presente – sem menções explícitas – em passagens importantes de Ph. (mas também em material das próprias IF e em material de aulas). Por exemplo, em Ph. 410: “[...] *só podemos convencer alguém de um erro se [este] for reconhecido pelo próprio como a expressão correcta da sua impressão [...]* Apenas quando assim for reconhecido pelo próprio é que foi encontrada a expressão correcta. (Psicanálise)”.¹³¹ Quem profere, pois, a “Palavra que resolve” [das *Erlösende Wort*] é o médico; mas quem “fica resolvido”, quem é resgatado aos “vieses” da própria inteligência é o prisioneiro da própria linguagem (na maior parte dos casos, um filósofo, diz o autor).

A cura desses males espirituais, provocados por um registo linguístico permissivo, impõe um esforço iconoclasta, uma limpeza dos ídolos incrustados no discurso, como parasitas, pela purga da análise gramatical e o restabelecimento das condições para falar com sentido:

«(Tudo o que a filosofia pode fazer é destruir ídolos. E isso significa: não criar nenhum novo – por exemplo, “a ausência de um ídolo”)».¹³²

¹³¹ In WITTGENSTEIN, Ludwig, *Philosophical Occasions 1912-1951*. Edited by James Klagge and A. Nordmann, Hackett Publishing Company, Indianapolis & Cambridge, 1993, Ph., p. 164: « *Wir können ja auch nur den Andern eines Fehlers überführen, wenn er anerkennt, dass dies wirklich der Ausdruck seines Gefühls ist. [...] Nämlich, nur wenn er ihn als solchen anerkennt, ist er der richtige Ausdruck. (Psychoanalyse)* ».

¹³² Idem, p. 170: « (Alles, was die Philosophie tun kann ist, Götzen zerstören. Und das heisst, keinen neuen – etwa in der “Abwesenheit eines Götzen” – zu schaffen.) »

A terapia filosófica é, pois, uma cura por destruição e limpeza, “uma queimada”. Depois, o terreno reencontra a sua fertilidade e pode voltar a semear-se lá. Por isso também, o trabalho terapêutico é niilista. Mesmo se estamos autorizados a pensar esta forma de niilismo como transitória, no fundo, como *metodológica*.

Em CV escreve Wittgenstein:

«É uma necessidade corporal dos seres humanos, dizer, quando se está a trabalhar: “Vamos agora acabar com isto”; e que se tenha sempre de novo que pensar face a tal necessidade, quando se filosofa, torna este trabalho tão árduo». ¹³³

O sentido último da investigação de Wittgenstein, muito acentuado nestes chamados “textos intermédios”, ou seja, dos anos 30, é o próprio esforço de clarificação da linguagem, limpando o terreno linguístico da cruzada das imagens-fantasmas que o poluem e esgotam o “agricultor”, quer dizer, o filósofo.

E a mais valia deste esforço negativo é uma tomada de consciência do erro-tipo, um “ganho” que doravante poderá antecipar os mal-entendidos, ou seja, a sua “materialização discursiva” – porque o perigo das grandes construções metafísicas é não terem consciência de si *enquanto imagens* e acreditarem no próprio erro de formulação em que se anquilosam.

As imagens da Arte ou da Religião são, neste sentido, menos perigosas, porque se sabem imagens, ícones: não pretendem ir para além de si. (Por isso, Hegel as *subjugava*, dentro da coerência do Sistema, à Filosofia, cujo instrumento é o *Conceito*; muito embora o Conceito em que pensava Hegel tenha *voltado a ser uma Imagem* e, por isso mesmo, a Filosofia não morreu com ele e o oitavo dia chegou e reiniciou a semana filosófica).

Para o “infletor” dos excessos filosóficos (expressos num discurso por analisar) a serenidade devolvida ao pensamento e ao discurso humanos pela análise gramatical dos termos “sublimados” é um fim em si mesma. E é também o regresso ao *sentido comum* [*Konsens*]. Mas essa mesma tarefa é um esforço árduo, o de vergar a soberberia à humildade. É toda uma metamorfose, que o filósofo há-de constatar e conduzir em si próprio, através de uma espécie de auto-análise. Esta auto-análise gramatical – “um exercício sobre si próprio” – leva a cabo a destruição das hiperestruturas da filosofia tradicional, doenças da razão que são submetidas a juízo (“levadas a tribunal”, se assim nos podemos expressar) – e a terra arada depois da

¹³³ In WITTGENSTEIN, Ludwig. CV. Suhrkamp Verlag, Frankfurt am Main, 1977, p.144. (A tradução é da nossa responsabilidade): «*Es ist ein körperliches Bedürfnis des Menschen, sich bei der Arbeit zu sagen: “Jetzt lassen wir’s schon einmal”, und dass man immer wieder gegen dieses Bedürfnis beim Philosophieren Denken muss, macht diese Arbeit so anstrengend*».

queimada é o resultado de uma destruição depuradora, isto é, de uma linguagem assim purgada de excessos lisonjeiros:

«Temos que arar a totalidade da linguagem». ¹³⁴

A cura é remover o lixo. O filósofo é como um homem de limpezas:

«O Filósofo é aquele que há-de curar em si mesmo muitas doenças da razão antes de poder chegar às noções do homem são. Se na vida estamos cercados pela morte, também na doença da razão o estamos pela loucura». ¹³⁵

A Filosofia ara o terreno cansado da linguagem com o *Phármakon* da análise gramatical: isto é, pela análise dos jogos linguísticos correntes, para que se possam jogar e tenham saúde. É uma missão modesta, como o negativo de uma fotografia, uma tarefa auto-referente: uma praxis diária, uma auto-ajuda que dispensa a consulta de médicos especialistas. Porque a doença era uma mentira e alguém *com sensatez* que aponte para esse facto é quanto basta.

E transformar o filósofo em alguém “com sensatez” é a dura tarefa que Wittgenstein chama a si.

A própria Filosofia, cuja natureza identifica com uma metodologia de análise e de restabelecimento das condições de paz ao intelecto, quase não faz nada, deixa tudo intacto: porque não intervém, apenas descreve. Não transforma o mundo, *mas a vontade*, é uma conversão interior: devolve a homogeneidade da referência linguística, sem o socorro dos óculos de aumentar metafísicos, destruindo tudo aquilo que, de facto, *não existe*. Destrói hipóstases. A tarefa da Filosofia (“recusar os falsos argumentos”, lembra o autor) é destituir um tipo particular de tirania espiritual, abolindo, assim também, os seus mentores e consumidores.

O seu empenho não é (mais) o de purificar a linguagem ou adaptar as circunstâncias do seu *uso* a um impoluto transcendental, como reduto de segurança marginal à casuística discursiva: só pode observar e descrever, para o que oferece exemplos, mesmo quando estes vão até à caricatura, ao disforme.

¹³⁴ In WITTGENSTEIN, Ludwig, *Philosophical Occasions 1912-1951*. Edited by James Klagge and A. Nordmann, Hackett Publishing Company, Indianapolis & Cambridge, 1993, Ph., p. 194: «*Wir müssen die ganze Sprache durchpflügen*».

¹³⁵ WITTGENSTEIN, Ludwig. BGM. Herausgegeben und bearbeitet von G.H. VON WRIGHT, R.RHEES und G.E.M. ANSCOMBE, Werkausgabe, Band 6, Suhrkamp, Frankfurt, 1984: «*Der Philosoph ist der, der in sich viele Krankheiten des Verstandes heilen muss, ehe er zu den Notionen des gesunden Menschenverstandes kommen kann. Wenn wir im Leben vom Tod umgeben sind, so auch in der Gesundheit des Verstandes vom Wahnsinn*», 303.

O trabalho em filosofia consiste em descrever a geografia das coisas, sem perder de vista a sua dimensão real, com a coragem intelectual de parar no momento oportuno (inclusive as próprias descrições!). O seu é aquele trabalho que, justamente, antecede e evita que a descrição se converta numa explicação ou em princípio de um mecanismo dedutivo *ad infinitum*. Assim, as descrições só são *permutáveis por outras descrições*; não são estádios preliminares ou uma espécie de “aquecimento do raciocínio”, anteriores a um aprofundamento conclusivo:

«Se reprimirmos a pergunta “porquê”, então começaremos a *ter consciência* dos *factos* importantes, aqueles que conduzem as nossas perguntas a uma resposta». ¹³⁶

O esforço descritivo da análise gramatical proposto por Wittgenstein, tem a força paradoxal de destruir tudo o que não tem cimentos e pilares de sustentação de sentido. Tal como a chamada “volta ao emprego corrente” ou ao “uso quotidiano” das palavras.

A questão aqui é: *de onde a onde se volta?* Resposta: volta-se à terra depois de se ter estado *em lado nenhum*. A terapia da queimada resgata o filósofo (ou quem tem “agoiros espirituais”) de um cosmos metafísico que nunca existiu – justamente porque a sua “presença” era uma *hipóstase*, não era uma descrição.

Assim, não saímos do mesmo sítio: a viagem “foi mental”, provocou um desconforto, uma fobia ao “atrato” e agora voltamos e podemos “ver panoramicamente” [*übersichtliche darstellt*] os próprios sintomas da doença, podemos “descrevê-los”, porque deixámos de estar arrebatados pelo seu magnetismo.

A linguagem é o único *factum* que está aí e *é assim*, onde e como sempre esteve: a “viagem a lado nenhum” ignorou-a, ludibriou a sua gramática para poder contornar (todos) os seus limites e apresentar-se “como Paraíso”; só que o Paraíso nunca existiu – o Mundo começa depois da expulsão.

A linguagem é o *campus* do Humano; quem desconfigura o seu plano (provocando-se bolhas) é o filósofo, dando-lhe uma relevância a-histórica e a-contextual que não tem e que muito menos necessita:

«O que eu quero ensinar é a passar de uma falta de sentido não evidente para uma evidente falta de sentido». ¹³⁷

¹³⁶ In WITTGENSTEIN, Ludwig, *Philosophische Untersuchungen*, Werkausgabe, Band 1, Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1984, § 471, 426: «Wenn wir die Frage “warum” unterdrücken, werden wir oft erst die wichtigen Tatsachen gewahr; die dann in unseren Untersuchungen zu einer Antwort führen».

O Wittgenstein das IF traz à consciência filosófica (à consciência comum) um pressuposto que sempre fez parte da linguagem e apenas foi ignorado e maltratado pelos filósofos que, arremetendo contra os limites da descrição, ignoraram a fisionomia do erro - a ausência de *denotação* de um reduto terminológico tradicional em Filosofia – deixando pistas sedutoras de interpretação: o seu perfume é viciante, mas é *circular*, termina onde começa.

Isidoro Reguera escreve algo a este respeito, que mostra como o incêndio se reacende no mesmo ponto em que se extingue:

«A um certo nível, parece que já nada é justificável, ou não é justificável teoricamente: não há que justificar nada porque nada é justificável. Nalgum momento há que parar com as justificações, tal como com o caminho, porque ambos acabam. O demais é voltar a começar ou alçar-se às nuvens».¹³⁸

E o critério para parar é a referência ao de antes: *não recomeçar o círculo*. Em IF, §128:

«Se se quisesse estabelecer teses em Filosofia, nunca seria possível discutilas, porque todos estariam de acordo com elas»¹³⁹.

O próprio processo de (apenas) descrever os factos, o “*so und so*”, facilita o reconhecimento da repetição, patenteando a sua falta de sentido.

As descrições – tal como as justificações – também têm um fim: se não se *assume* esse fim, falar converte-se numa forma de “repetir uma gravação”.

O limite é a linha frouxa da sanidade: trabalhar no vazio é a *loucura* – seja por excesso ou por defeito, por construção de “castelos no ar” ou por investida destrutiva contra “o átomo linguístico” (o átomo para o Wittgenstein das IF já não é a referência proposicional última, nem o último reduto ontológico de uma composição molecular: o átomo é a *forma de vida*, o átomo é panorâmico, contextual. E é tão indismembrável como uma partícula microscópica).

Mas, por ora, também a própria assunção do que seja o *limite* tem uma nova composição: primeiro, o limite já não é o *limiar* de coisa nenhuma – é uma condição de

¹³⁷ In WITTGENSTEIN, Ludwig. IF. Werkausgabe, Band 1, Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1984, § 464, 424: «*Was ich lehren will, ist: von einem nicht offenkundigen Unsinn zu einem offenkundigen übergehen*».

¹³⁸ In REGUERA, Isidoro; *Ludwig Wittgenstein – Un ensayo a su costa*; Madrid, EDAF Ensayo, 2002, p. 179.

¹³⁹ In WITTGENSTEIN, Ludwig. IF. Werkausgabe, Band 1, Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1984, § 128, 303: «*Wollte man Thesen in der Philosophie aufstellen, es könnte nie über sie zur Diskussion kommen, weil Alle mit ihnen einverstanden wären*».

possibilidade dos fenómenos e está enraizado na forma de vida e nos jogos que se podem jogar com sentido *nessa Lebensform*. A compulsão à justificação sempre podia acrescentar novas “tentações” de alargar o espectro explicativo até perder de vista aquilo que se estava a justificar. Ou seja: (segundo), a descrição pára naquilo que descreve: *a sua finalidade é finita*.

«Se eu estou certo, os problemas filosóficos devem ser completamente solúveis, ao contrário de todos os demais. [...] Os problemas dissolvem-se em sentido preciso – como um torrão de açúcar em água».¹⁴⁰

Refazer o torrão de açúcar, como uma espécie de montagem de ficção científica, ou colocar um novo torrão no mesmo copo de água, é trabalhar num vazio de dados, em que a doença reaparece e o incómodo intelectual se volta a fazer sentir. Este autismo é uma redução ao absurdo, que Wittgenstein só habilita como uma caricatura de exemplo deformado, para o qual já chamámos a atenção.

Com as caricaturas, Wittgenstein põe a nu as bolhas que o intelecto fez ao chocar contra as fronteiras da plausibilidade de combinações linguísticas autorizadas pela gramática.

A descoberta é valiosa, por duas razões: porque *despede* as explicações com uma única descrição crua (por vezes, hilariante); e porque *prescreve*: “Sim, filósofo, agora vai para casa por gelo nas bolhas e, finalmente, já podes começar a procurar emprego”.

¹⁴⁰ In WITTGENSTEIN, Ludwig, *Philosophical Occasions 1912-1951*. Edited by James Klagge and A. Nordmann, Hackett Publishing Company, Indianapolis & Cambridge, 1993, Ph., 181: «*Wenn ich Recht habe, so müssen sich philosophische Probleme wirklich restlos lösen lassen, im Gegensatz zu allen andern [...] Die Probleme werden im eigentlichen Sinne aufgelöst – wie ein Stück Zucker im Wasser*».

§9. OS “RESULTADOS”: DESCONSTRUÇÃO DE UMA ARMADILHA

«Neste mundo (no meu) não há tragédia, nem a infinidade de circunstâncias que produz a tragédia (como seu resultado). É como se tudo fosse solúvel no éter do mundo; não há superfícies sólidas. O que isso significa é que a solidez e o conflito não se convertem em algo esplêndido, mas num *erro*».

LUDWIG WITTGENSTEIN, CV¹⁴¹

Devemos ser cautos – mas, sobretudo, lúcidos – quando aceitamos empregar o termo “resultado”, ao cabo de uma exposição gradual e argumentativamente faseada, em tom wittgensteiniano, sobre a *utilidade terapêutica da Filosofia*, na sua qualidade instrumental e não de “coisa teórica”, como uma solução *resultante de* algo ou *em* algo.

Com efeito, ao abrigo do seu próprio entendimento da natureza do trabalho filosófico, nada nele “resulta” em nada; algo que se pudesse parecer a “resultado” seria meramente *caracteriológico*, uma conversão sobre o eixo pessoal, determinante de todo e qualquer conteúdo cognoscitivo – mas, sobretudo, marginal a este.

O resultado da averiguação gramatical que temos vindo, simultaneamente, a *descrever* no próprio elemento linguístico em que trabalha e a constatar as condições de possibilidade de que a sua efectivação não seja ociosa, que não trabalhe no vazio, é o do alívio experimentado pelo sujeito jogador (gramatical) quando chega a desmontar uma peripécia narrativa ou um quebra cabeças. (Também o quebra-cabeças tem, normalmente, um quê de auto evidente, que torna a sua solução tão difícil de ver).

O “resultado” de compreender o pensamento de Wittgenstein (*todo* o seu pensamento, de forma transversal; a única nota de relevo seja a de que as IF também *falam* da descrição que levam a cabo) não consiste em obter uma espécie de persuasão pela força de uma ideia ou de uma doutrina; não é o do “experimentador da leitura”, que aguardaria os resultados positivos dessa experiência como algo que *acrescesse* (qualitativa ou quantitativamente) a partir de um “ponto zero” determinado.

¹⁴¹ In WITTGENSTEIN, Ludwig. CV.: «*Eine Tragik gibt es in dieser Welt (der meinen) nicht, und damit all das Unendliche nicht, was eben die Tragik (als Ergebnis) hervorbringt. Es ist sozusagen in dem Weltäther löslich; es gibt keine Härten. Das heisst, die Härte und der Konflikt wird nicht zu etwas Herrlichem, sondern zu einem Fehler*». In *Vermischte Bemerkungen*, Suhrkamp Verlag, Frankfurt am Main, 1977, p.27 (A tradução é da nossa responsabilidade).

Marie McGinn escreve, em *Wittgenstein and The Philosophical Investigations*:

«[...] é só chegando a ver os casos particulares de uma outra forma que alcançaremos a mudança de perspectiva que constitui o truque da compreensão. Esta compreensão vem expressa, não em doutrinas, mas numa mudança de atitude que está conectada com a emergência de um interesse pelo que está diante da vista, nos detalhes concretos da prática quotidiana e com o abandono da tentativa de construir elucidações ou de fazer avaliações especulativas». ¹⁴²

A palavra “resultado”, empregue isolada e intransitivamente, teria custos de leitura lesivos para o *método* filosófico de Wittgenstein. O *resultado* filosófico da análise gramatical das formas discursivas não é como um minério extraído da rocha ou como a soma obtida a partir de um cálculo; a pertinência da sua actuação conceptual conforme a fins terapêuticos está, justamente, em *resultar*.

Reactivar o substantivo, voltando a colocá-lo “sobre os carris” é uma das metas de esclarecimento em que Wittgenstein aposta: a orientação nos escombros de qualquer problema filosófico – sempre um erro de formulação – é como desmontar uma armadilha, sem cair no seu enredo.

Uma vez que

«Um problema filosófico tem a seguinte forma: “Não me sei orientar”». ¹⁴³

Então:

«Se neste momento esta pedra não se move e está firme, desloca primeiro algumas das pedras que a rodeiam. Tudo o que pretendemos fazer é, se a tua carruagem está mal assente sobre os carris, voltar a pô-la na via. Conduzi-la, depois, é algo que deixamos só para ti». ¹⁴⁴

Toda a conversão na “forma de ver” (e de descrever o que se vê) é terapêutica. E o principal ponto de ancoragem da terapia é saber remover as ilusões teóricas de um discurso ou jogo de linguagem por analisar, através do justo cotejo dos termos da sua formulação com as correspondentes normas gramaticais.

¹⁴² In MCGINN, Marie. *Wittgenstein and the Philosophical Investigations*, Londres, Routledge, 1997, p. 30. (A tradução é da nossa responsabilidade).

¹⁴³ In WITTGENSTEIN, Ludwig, IF. Werkausgabe, Band 1, Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1984, § 123, 302: «*Ein philosophisches Problem hat die Form: “Ich kenne mich nicht aus”*».

¹⁴⁴ In WITTGENSTEIN, Ludwig. CV. Suhrkamp Verlag, Frankfurt am Main, 1977, p. 80: «*Wenn dieser Stein sich Jetzt nicht bewegen will, wenn er eingekeilt ist, beweg’ erst andre Steine, um ihn herum. Wir wollen Dich nur richtig auf die Bahn setzen, wenn Dein Wagen schief auf den Schienen steht. Fahren lassen wir Dich dann allein*».

O tão reiterado voto que Wittgenstein faz, de substituir o *meio* explicativo pelo *instrumento* descritivo (nenhum dos dois leva, propriamente, a lado nenhum: o primeiro porque nunca termina, ou é sempre acrescentável; o segundo porque começa e termina em si mesmo e o seu único “resultado” é o de ajeitar os óculos à cara, graduar a visão pela *justeza*, não pela hipérbole nem pela miopia), tem a prova fáctica da sua funcionalidade na cura eficaz dos malentendidos linguísticos (ou pseudo-problemas filosóficos), resultantes de tomar frases *non-sense* ao pé da letra.

Uma vez que a linguagem corrente se presta a construções metafóricas, e que apenas o filósofo é incapaz de aceitar a metáfora *enquanto metáfora*, dispõe-se em seu torno o núcleo de possíveis agoiros da inteligência.

A vantagem terapêutica da descrição está, por um lado, na sua simplicidade e, por outro, na disposição panorâmica dos seus termos. Primeiro, a metodologia descritiva adequa-se à ideia de que a nossa obsessão na construção de modelos de esclarecimento é aquilo que invalida uma resposta “progressiva” em filosofia : essa obsessão é contrária a um *não ambicionar a mais do que desfazer os nós que as perplexidades da inteligência condensam no domínio linguístico* – ou seja, agora o “progresso” é somente “princípio de homeostasia”.

Segundo, pelo seu encadeamento infinito – que é tanto *projectivo* quanto *retrospectivo* –, o cruzamento dos fios da explicação é o que impede um movimento progressivo, que conte com uma justa referência dos nexos linguísticos a um referente extra-linguístico, no fundo, com a existência de um *sentido* linguístico com uma base referencial. Se quisermos ser justos, conviremos que a única forma de sequência que habilita este modelo é a de uma certa tipologia de raciocínio espiralada, sem nunca sair de si, portanto, dentro da cabeça a criar nós cada vez mais inábeis.

Por fim, o recurso descritivo é também aquilo que nos permite, enquanto leitores e de uma forma retrospectiva, encarar o pensamento de Wittgenstein, não como um esforço de produção e de positividade conclusivas, mas como um trabalho sobre si próprio (sobre nós, sobre *cada um*), que é a rotação do eixo do próprio excursus problemático, como uma mudança da incisão da luz sobre um dado objecto no campo visual.

David Pears escreve, no famoso livro *The False Prison*, acerca da forma como Wittgenstein se demarca da via científica de colocar os problemas, mas sobretudo, de os *resolver*:

«A sua explicação é a de que as *teorias filosóficas* diferem das *teorias científicas*, não apenas no respectivo conteúdo – isso é suficientemente óbvio – mas também no tipo de pensamento e de experiência que conduz à sua adopção. [As

primeiras] não são hipóteses estabelecidas por experimentação, mas expressões de um tipo de conhecimento diferente. São esclarecimentos na estrutura dos nossos próprios pensamentos. [...] A verdade é que são esclarecimentos que não encontram expressão apropriada num tipo teórico». ¹⁴⁵

É, aliás, o próprio Wittgenstein quem se refere a este paralelismo, em CV:

«Os cientistas têm uma atitude curiosa: “Ainda não sabemos isso; mas é possível sabê-lo; é apenas uma questão de tempo até que o saibamos”. Como se tal fosse evidente». ¹⁴⁶

Ora, esta é outra forma de patologia neurótica, que tem as suas motivações num princípio explicativo estrito – um outro tipo de armadilha ou falsa construção, que uma determinada mundividência nos autoriza a manter (inclusive a *estimular*, tal como há doenças proliferantes e de sintomatologia dispersa). A própria aplicação de um princípio terapêutico, ao desconstruir a falsa necessidade de imperativos como este, denuncia o esquema viciado da sua performatividade.

Persuadir do seu *erro* ou *desajuste* a pessoa afectada pelas lesões infligidas por este falso círculo problemático é, por sua vez, mais uma arte de exposição das deformidades de um constructo apenas aparentemente são, do que um esquema dedutivo ou uma estratégia argumentativa à maneira, digamos, de um diálogo como os de Platão.

Mesmo quando Wittgenstein utiliza a voz de um interlocutor, hábil para mostrar a via do processo terapêutico, essa troca de impressões não tem ponto de semelhança com a *transferência* operada entre um analista e o seu paciente, nem sequer com uma maiêutica de tipo socrático-platónico; tem antes a forma de um *diálogo interno*, de um solilóquio, em que apenas o filósofo, só com a sua “fera” – como também chamou Wittgenstein a esse *tipo* de solidão – dá expressão às tentações de mal interpretar as formulações que a linguagem nos apresenta, bem como à luta, concomitante a essa tentação, contra o embruxamento intelectual que advém dessas mesmas falsas construções.

M.McGinn apela para este matiz subtil do diálogo terapêutico, entre Wittgenstein e Wittgenstein:

¹⁴⁵ In PEARS, David, *The False Prison* – vol. II. Oxford, Oxford University Press, 1988, p. 200.

¹⁴⁶ In WITTGENSTEIN, Ludwig. CV. Suhrkamp Verlag, Frankfurt am Main, 1977, p. 81: «*Welche seltsame Stellungnahme der Wissenschaftler - : “Das wissen wir noch nicht; aber es lässt sich wissen, und es ist nur eine Frage der Zeit, so wird man es wissen”! Als ob es sich von selbst verstünde*».

«Então, a voz do interlocutor [...] expressa o nosso anseio por explicações e sucumbe às armadilhas que a nossa linguagem apresenta, enquanto a voz terapêutica trabalha contra estas inclinações, examinando exemplos concretos, como meios de chegar a uma nova maneira de olhar para as coisas». ¹⁴⁷

Esta voz condutora é, no fundo, apenas a de alguém que conhece mais estações da mesma viagem e tem, por isso, mais experiência dos seus engodos típicos. A voz de Wittgenstein satisfaz-se em apontar a origem e o desfecho das falsas sendas filosóficas, onde a rota do pensamento se corrompe e o *foco* da confusão gramatical pode apresentar-se como diagnóstico das doenças já instaladas e das que poderão advir nas imediações discursivas dessa “falha”.

A afinidade (um tipo de vizinhança ou de “ar de família”) entre os mal-entendidos é a mesma das expressões com determinadas incorrecções gramaticais em que aqueles se instalam: só essas são “analisáveis”, redutíveis; mas o caminho genético que tomaram até ganhar esse “corpo linguístico” (até se “somatizarem”), é conhecido do terapeuta:

«A linguagem arma a todos as mesmas ratoeiras; é uma imensa rede de caminhos transviados facilmente acessíveis. E assim vemos os homens, um após outro, a andar pelos mesmos caminhos e já sabemos onde é que tomarão um desvio, onde continuarão a andar em frente sem reparar na bifurcação, etc. O que tenho a fazer é, portanto, erigir postes de sinalização em todas as bifurcações em que há caminhos falsos, de modo a ajudar as pessoas perto dos locais perigosos». ¹⁴⁸

Esta forma de sinalização é a gramatical. A metáfora está em atribuir-lhe um corpo físico, corpo de cidade ou de atalho, e não no inverso, ou seja, em dar-lhe uma formulação discursiva.

Wittgenstein utiliza a investigação gramatical de casos concretos para mostrar como tudo o que temos que entender é a forma como a linguagem trabalha, e que essa forma “está aí”, diante da vista – e que tudo o que precisamos para ter saúde intelectual é observar a *conexão* entre pormenores susceptíveis de deslize gramatical, na prática do uso linguístico, o mesmo é dizer, ter deles uma visão panorâmica, contextual.

¹⁴⁷ In MCGINN, Marie. *Wittgenstein and the Philosophical Investigations*, Londres, Routledge, 1997, p. 23. (A tradução é da nossa responsabilidade).

¹⁴⁸ In WITTGENSTEIN, Ludwig. CV. Suhrkamp Verlag, Frankfurt am Main, 1977, p. 41: «*Die Sprache hat für Alle die gleichen Fallen bereit; das ungeheure Netz gut gangbarer Irrwege. Und so sehen wir also Einen nach dem Andern die gleichen Wege gehn, und wissen schon, wo er Jetzt abbiegen wird, wo er geradeaus fortgehen wird, ohne die Abzweigung zu bemerken, etc. Ich sollte also an allen Stellen, wo falsche Wege abzweigen, Tafeln aufstellen, die über die gefährlichen Punkte hinweghelfen*».

Os exemplos específicos que são analisados não são a base de formulações teóricas mais generalizadas ou sempre ampliáveis (não são, portanto, traves de um raciocínio indutivo), mas são os trâmites (“os elos intermédios”) que suportam uma “demonstração” da vacuidade das investidas filosóficas, por um lado; e a prova de que tudo o que precisamos de compreender é dado de uma só vez (está na própria exposição; não por *detrás*) e apenas necessita de ser *correctamente disposto*.

É através da análise desses casos descontínuos, mas ordenáveis num todo de sentido e não pela elaboração de uma teoria geral *sobre* os mesmos, que o doente pode superar a compulsão ao mal-entendido e, gradualmente, “chegar às noções do homem são”. Para tal, convenhamos, a voz do terapeuta pode acelerar o desfecho:

«Eu não devia ser mais do que um espelho em que o meu leitor pudesse ver o seu próprio pensamento, com todas as suas deformidades, para que, assim auxiliado, o pudesse por em ordem». ¹⁴⁹

¹⁴⁹ In WITTGENSTEIN, Ludwig. CV. Suhrkamp Verlag, Frankfurt am Main, 1977, p. 41: «*Ich soll nur der Spiegel sein, in welchem mein Leser sein eigenes Denken mit allen seinen Unförmigkeiten sieht, und mit dieser Hilfe zurecht richten kann*».

CAPÍTULO 6:

AFINIDADES CONCEPTUAIS: FILOSOFIA E GRAMÁTICA COMO CURAS

§ 10. VOLTAR A “COLOCAR A CARRUAGEM SOBRE OS CARRIS”

«Tudo o que pretendemos fazer é, se a tua carruagem está mal assente sobre os carris, voltar a pô-la na via. Conduzi-la, depois, é algo que deixamos só para ti».

L. WITTGENSTEIN, CV.¹⁵⁰

Nestes pontos, que se vão aproximando do final da nossa exposição, e que seguem de perto a *aplicação* do fármaco descrito nos pontos anteriores (4.1 e 4.2), teremos que trazer de novo à boca de cena do balanço conceptual a caracterização que Wittgenstein faz do conceito de Filosofia, enquanto *exercício* filosófico (o mesmo é dizer, gramatical) de desmantelamento dos excessos e mal entendidos da linguagem.

É à confusão disposta nos argumentos e observações do seu interlocutor (ou ao diálogo entre os interlocutores, arbitrados pela voz terapêutica do filósofo, como é por vezes o caso em passagens das IF) que o gesto crítico de “voltar a colocar a carruagem” – mal assente ou em sérios riscos de descarrilamento – “sobre os carris”, vai dirigido.

Tal como o texto de CV prossegue, imediatamente a seguir, no aforismo referido, fica expresso o esforço de conquista de autonomia que esse gesto de “correção” implica. Ou seja:

«Conduzi-lo, depois, é algo que deixamos só para ti»¹⁵¹.

Restabelecer a via correcta do pensamento e dos esquemas de raciocínio, isentando ambos das “bolhas” provocadas pelas investidas do intelecto contra as fronteiras da linguagem, é um trabalho de síntese entre a “limpeza” ou o desbloqueamento de vias possíveis para assegurar a continuidade de um pensar são e o esclarecimento dos erros de enfoque subjectivo, ou seja, dos pontos onde uma dada utilização da linguagem, confiando na literalidade de metáforas e brechas especulativas, induz as dores de cabeça típicas de uma vertigem conceptual.

O “resultado” de purgar erros e excessos linguísticos, como interfaces entre exterior e interior – sempre co-implicados para Wittgenstein, na medida em que o

¹⁵⁰ In WITTGENSTEIN, Ludwig. CV. Suhrkamp Verlag, Frankfurt am Main, 1977, p.80: «*Wir wollen Dich nur richtig auf die Bahn setzen, wenn Dein Wagen schief auf den Schienen steht. Fahren lassen wir Dich dann allein*».

¹⁵¹ Idem, ibidem.

papel do jogo de linguagem é o de *substituir* o primário inexpressivo pela sua articulação consequente, e não o de o *traduzir* – é o trunfo de poder parar de filosofar quando eu decido.

Este trabalho, que aspira a um determinado tipo de clareza nas formas linguísticas, “sem restos”, não pela extracção de um dado minério sólido ao cabo de um isolamento *material* da totalidade de um bloco rochoso, mas por trâmites sucessivos de destituição de todos os equívocos da solidez, da falsa consistência dos resultados positivos, liga-se a um esforço constante, por parte de Wittgenstein, de desmontar criticamente os resultados da sua própria investigação anterior (isto é, do TLF), opondo-se a qualquer forma de Dogmatismo no trabalho filosófico, quer se assemelhe ou não ao tipo de assertividade das proposições do seu primeiro livro (ou da sua “velha maneira de pensar”¹⁵²).

A partir de 1931, nas suas aulas e notas e, dois anos depois, nos textos reunidos sob o título de PG, Wittgenstein começa a referir-se ao seu primeiro trabalho como “dogmático”, remetendo-o, assim, para a mesma prateleira a que já remetera a forma tradicional de trabalhar em Filosofia.

O filósofo emprega os termos “dogmático” ou “dogmatismo” para se referir a todo o tipo de concepção teórica que, por princípio, se baseia num esquema dedutivo estrito e pensa a lógica da investigação e da descoberta científicas como um séquito de respostas a questões sempre claramente enunciáveis, ainda quando as respostas devem ser remetidas para uma época ulterior, por falta de meios ou de condições casuais, propugnando uma concepção linear e ascendente do conhecimento humano.

É preciso notar como Wittgenstein associava a este esforço uma importação ou generalização do método científico em qualquer âmbito de investigação e, no mesmo movimento crítico, marcava a sua posição, não apenas céptica, mas muitas vezes interpretada como um certo pessimismo epistemológico (derivado de um outro pessimismo, de cunho mais *antropológico* e civilizacional, um aspecto que CV ou RFGB muito bem documentam) que, no fundo, apenas tinha que ver com aquele que considerava ser o seu método de trabalho e a missão do seu esforço de crítica e análise: “destruir os castelos” no ar, limpar o terreno de toda a construção discursiva problemática dos mal-entendidos *linguísticos* que exauriam a sua fertilidade e esgotavam os seus recursos.

Autores há – David Pears é um deles – que defendem que a passagem dos primeiros trabalhos do filósofo para os seus últimos textos (de que as IF são, obviamente, o expoente do mais claro contraste) radica num eixo de total rejeição do

¹⁵² In Prólogo das IF.

dogmatismo e num trabalho consequente sobre os resultados dessa rejeição. Pears escreve:

«[...] a Filosofia não opera em nada parecido com *uma via*, talvez a via mais espectacular, tal como faz a ciência. [...]»¹⁵³ Um exemplo óbvio disto é o seu primeiro trabalho, especialmente na sua apresentação dogmática do *Tractatus*, onde se pretende ter descoberto a estrutura de toda a linguagem factual: esta deveria ser uma exposição das funções de verdade das proposições elementares, cada uma das quais deve ser analisada mediante um levantamento dos nomes dos objectos simples. E esta mesma estrutura não seria invenção nossa, mas algo imposto pela natureza das coisas [...] E é uma característica notável da teoria filosófica avançada nessa obra que lhe falte algo que é indispensável para uma teoria científica, a saber, a verificação ou, ao menos, a confirmação, já que Wittgenstein não estava em posição de dar exemplos de proposições elementares ou de objectos simples. E, no entanto, não considerava isto como uma fraqueza do seu primeiro sistema. Ao invés, acreditava que o seu argumento *a priori* mostrava que os objectos simples são base de qualquer linguagem factual, e não lhe importava tanto se a confirmação deste pressuposto era adiada. A sua atitude era uma curiosa mistura de dogmatismo e de descaso quanto à sua aplicação detalhada, que ele acreditava poder ser descoberta mais tarde.»¹⁵⁴

A rejeição desta perspectiva dogmática e o espectro das suas consequências reflecte-se no próprio leque de temas que constitui as IF. No Prefácio, Wittgenstein refere que os pensamentos expostos no livro seriam melhor compreendidos *à luz de e por contraste com* a sua “velha maneira de pensar”. Com efeito, a Parte I das IF (os primeiros 693 parágrafos) é fundamentalmente *crítica*. Veremos o que isto significa e quais as implicações metodológicas desta posição.

Sabemos que os mais comentados problemas expostos pelas IF têm a forma de uma *denúncia* das falácias típicas suscitadas pela via habitual de pensar e trabalhar em Filosofia – em que Wittgenstein inclui o próprio TLF, talvez mesmo como a sua culminação –, daquelas que dizem respeito à maneira de conceber a Linguagem, a sua aquisição, a Verdade, o Pensamento, a Intencionalidade, o que seja “seguir uma regra” e a própria *ideia de Filosofia* implicada nessas concepções, enquanto circunscrição teórica de aquisições interpretativas, pensadas como um corolário de conclusões que oferecem, dentro dessa órbita de pensamento, qualquer coisa como “os resultados” teóricos de uma demonstração “quasi-teorematizada” a partir de uma espécie de corpo axiomático, como na matemática.

¹⁵³ Wittgenstein acusa esta redução de um pluralismo de vias de pensamento a uma única como sendo a fórmula mais saliente de Dogmatismo num sistema de pensamento.

¹⁵⁴ In PEARS, David. *The False Prison* – vol. II. Oxford, Oxford University Press, 1988, p. 204.

Com o fim de eliminar esta sombra que distorce o próprio pensamento e falseia as suas premissas, a partir de uma estrutura também falsa ou de um fundamento separado que, para o caso da Filosofia, normalmente se torna numa hipótese essencialista ou numa concepção meta-discursiva ou meta-teórica, é que Wittgenstein, aproveitando o estatuto de marginalidade com que se rotula, propõe olhar a Filosofia como “um esforço de cura” [*Theraphie*], um verdadeiro “work in progress” sobre os nossos fantasmas conceptuais.

Numa passagem de um artigo de Anat Biletzki, que visa extrair as consequências metodológicas desta ideia de um exercício filosófico anti-dogmático, é posta à prova a sua funcionalidade, cotejando, em paralelo, a crítica à concepção do ensino (e aprendizagem) ostensivo da linguagem, conforme exposto nas *Confissões* de Santo Agostinho e combatido por Wittgenstein ao longo das IF e a própria teoria pictórica do TLF, mostrando a intransigência do dogmatismo e a inaplicabilidade de ambas as concepções como um empobrecimento:

«Malgrado a sua plausibilidade, esta redução da linguagem à representação nunca pode fazer justiça ao todo da linguagem humana; e mesmo que fosse *apenas* considerada como uma imagem da função representativa da linguagem humana, ainda assim seria uma imagem pobre. Além disso, esta imagem da linguagem está na base de uma concepção tradicional de filosofia e, por isso, para Wittgenstein, deve ser revertida a favor de uma nova maneira de olhar, quer para a linguagem quer para a filosofia. As *Investigações Filosóficas* providenciam uma nova forma de olhar para a linguagem que corresponde a uma visão da Filosofia como terapia».¹⁵⁵

*

Um vasto espectro de ingredientes conceptuais e respectivo esclarecimento – tais como “Filosofia”, “Terapia”, “Análise Gramatical”, “Metodologia descritiva”, “visão panorâmica” – têm sido o mote desta investigação. Chegamos agora ao primeiro ponto do seu novo ancoradouro, quer dizer, ao primeiro nível de “aquisição positiva” depois de um largo esforço de “reformulações” e diagnósticos parciais.

Para o nosso filósofo, seria este o tempo de reconciliação da filosofia consigo mesma. O âmbito (limítrofe) em que *a sua sombra coincide com o seu corpo*. É o ajuste de contas com a hipérbole, o último estágio da aquisição descritiva: *ver aquilo que faz*. (A Psicanálise talvez chamasse a esta a fase do espelho; para Wittgenstein, o

¹⁵⁵ In BILETZKI, Anat. “Ludwig Wittgenstein – The Later Wittgenstein”. In *Stanford Encyclopedia of Philosophy*, primeira publicação em 2002, revista em Novembro de 2006, p. 6.

desencontro é sobretudo etário, na medida em que este é o termo da placidez da maturidade).

No livro de Pears, que já citámos, no capítulo inicial do segundo volume, intitulado “Inside the later System”, fala-se nesta espécie de “desencantamento” não tumultuado, nestes termos:

«Temos que ponderar o facto de que a sua última filosofia é bastante auto-censuradora. [Wittgenstein] está dolorosamente desperto para o facto de que essa é a única e muito marginal forma de pensar, uma alternativa à vida, não apenas porque não é prática, mas também porque desapega a mente da sua ligação corrente ao mundo, sem lhe encontrar nenhuma nova conexão. É a menos destemida de todas as aventuras entre as ideias, porque devolve o círculo ao seu ponto inicial. Mas, uma vez assumida, é a mais duradoira, porque não há um fim determinado para estes laços com a procura individual do sentido».¹⁵⁶

Pelas razões acima evocadas, dizia Wittgenstein que o seu trabalho não o forçava propriamente a uma resignação intelectual, mas sim a um resignação de carácter. O primeiro alvo do esforço terapêutico é sempre o *próprio*. E o interesse e utilidade dessa perspectiva é dirigir a nossa atenção para os aspectos negligenciados do nosso (próprio) uso concreto da linguagem.

O método usado pelo filósofo para essa espécie de “chamada à razão” é simplesmente o de *conjugar* esses aspectos de maneira correcta [*übersehen*] ou lançar mão a uma analogia que, por contraste, coloque a nossa prática de uso da linguagem a uma nova luz para que assim *superemos*, pela própria eficácia desta técnica, a compulsão que nos levava sempre a pensar que só obteríamos estes resultados através de uma hipóstase teórica. Ora, isso era falso e uma das maneiras – pela segunda via do método supra-mencionado – de o provar, para Wittgenstein, era esta:

«Uma das tarefas mais importantes para mim é a de expressar todos os falsos processos de pensamento de uma forma tão característica que o leitor seja levado a dizer: “Sim, era precisamente isso que eu queria dizer”. Traçar a fisionomia de cada erro».¹⁵⁷

¹⁵⁶ In PEARS, David. *The False Prison* – vol. II. Oxford, Oxford University Press, 1988, p. 218.

¹⁵⁷ In WITTGENSTEIN, Ludwig, *Philosophical Occasions 1912-1951*. Edited by James Klagge and A. Nordmann, Hackett Publishing Company, Indianapolis & Cambridge, 1993, Ph., § 87, p. 164: «*Eine der wichtigsten Aufgaben ist es, alle falschen Gedankengänge so charakteristisch auszudrücken, dass der Leser sagt “ja, genau so habe ich es gemeint”. Die Physiognomie jedes Irrtums nachzuzeichnen*».

O método filosófico preconizado por Wittgenstein como via terapêutica enfatiza o *papel do leitor* (muito embora, a voz terapêutica sugira sempre esse caminho como um conselho de alguém que já o seguiu), na medida em que enfatiza a importância do “trabalho sobre si mesmo”. Ao mesmo tempo, acentua a importância do reconhecimento, pela parte de quem lê, do diagnóstico do erro filosófico particular, exposto pelo filósofo-terapeuta, conquanto apenas podemos persuadir alguém do seu erro ou deformidade de raciocínio se tal chegar a ser assim sentido pelo próprio. Para o leitor dos textos de Wittgenstein, todo este trabalho operativo pode ser visto como uma sequência de quadros ou de esboços de um problema, desde os sintomas até ao ponto de chegada de uma *cura* ou extirpação de sintomas.

Por fim, o processo de restabelecimento da sanidade há-de ser reconhecido como distendido no tempo (tal como um antibiótico, se tomamos todas as doses numa única vez, não curamos a infecção; morremos).

Desta forma, a terapia conceptual também é um processo lento de auto-conhecimento, em que o paciente é levado, passo a passo, à conclusão de que procurou satisfação e solução intelectuais no lugar errado; e é só esse reconhecimento que lhe traz paz – *não* “a persuasão a procurar um novo lugar”. Por isso, a ideia de Wittgenstein era que a mosca saísse definitivamente da garrafa; nunca que [apenas] “mudasse de garrafa”.

O apelo à voz do interlocutor – quem, no fundo, apresenta as propostas de um tipo de raciocínio doente ou deformado – é o que permite a Wittgenstein apresentar o processo terapêutico, não como uma mera transferência entre o médico e o seu cliente, mas sob a forma de um diálogo interno (o que, por seu turno, indicia que a voz do terapeuta também já foi uma voz de interlocutor...), no qual o filósofo dá a voz à tentação de mal-interpretar os dados que a linguagem dispõe à sua frente e à luta concomitante para resistir ao embruxamento [*Verhexung*] que daí advém¹⁵⁸.

Portanto, a voz do interlocutor expressa a tentação (muito humana) de sucumbir às armadilhas que a linguagem coloca aos seus utilizadores, enquanto a voz do terapeuta trabalha (com o leitor) no sentido de *diluir* essa inclinação, através de um exame de exemplos concretos deformados (ou seja, pela análise gramatical dos factos linguísticos deslocados da sua justa compreensão), que abra uma nova via de enfoque das coisas.

Assim, em IF §§ 435 e 436:

¹⁵⁸ S. CAVELL, num artigo intitulado “Declining Decline”, apresenta uma experiência de pensamento sobre este diálogo a várias vozes, com uma polarização que damos por descontada na figura do filósofo, que nos parece muito plástica: «Now imagine a world in which the voices of the interlocutors of the *Investigations* continue on, but in which there is no Wittgensteinian voice as their other. It is a world in which our danger to one another grows faster than our help for one another». In *The Cavell Reader*. Edited by Stephen Mulhall, Oxford, Blackwell Publishers, 1996, p. 352.

«Se se pergunta: “Como é possível à proposição representar?”, a resposta poderia ser: “Então, tu não sabes? Tu vês como a representação é feita quando usas a proposição». Nada está oculto.

Como é que a proposição o faz? – Então não sabes? Nada está escondido.

Mas à resposta: “Tu bem sabes como a proposição o faz, nada está oculto”, gostaríamos de objectar: “Sim, mas passa-se tudo tão depressa e eu gostaria de o ver completamente desdobrado no espaço”». ¹⁵⁹

«Aqui é fácil cair naquele beco sem saída da Filosofia, que consiste em crer que a dificuldade da tarefa reside no facto de termos de descrever fenómenos que dificilmente apreendemos, que se escapam rapidamente à percepção do momento, mas que têm que ser descritos por nós. A linguagem corrente parece-nos demasiadamente crua, e parece-nos também que não temos nada a ver com os fenómenos da vida de todos os dias, mas antes “com os que se desvanecem facilmente, aqueles que, com o seu entrar e sair da consciência produzem, como uma aproximação, os primeiros”». ¹⁶⁰

A fala do interlocutor vem destacada pelas aspas diferenciais, que por vezes se ramificam mais do que uma vez, o que deixa perceber pequenos diálogos, o caos conceptual de vozes, a ordenar pela voz terapêutica, que nem sempre responde; muitas vezes sugere, outras não se mostra, dando a ideia de que é necessário “deixar ao leitor tudo aquilo que ele pode fazer sozinho”.

O filósofo quer que cheguemos “às noções do homem são”, denunciando, na origem, o ponto fraco das metáforas importadas pela filosofia ao discurso comum, sem ajuste de nenhum tipo e onde o seu turvo *cruzamento* com as formas não empoladas da linguagem corrente pode ser diagnosticado e a verdade (o mesmo é dizer, o “ajustamento” ou a “correção”, sem adorno metafórico) reposta.

Wittgenstein pensa que muitas das ideias que estão na base dos exageros filosóficos têm a sua origem em metáforas ou figuras da nossa linguagem corrente. No

¹⁵⁹ In WITTGENSTEIN, L: IF, §435, p. 414 (Trad. Port. Cit.).

«Wenn man fragt: “Wie macht der Satze das, dass er darstellt?” – So könnte die Antwort sein: “Weisst du es nicht? Du siehst es doch, wenn du ihn benützt. “Es ist ja nichts verborgen. Wie macht der Satz das ? – Weisst du es denn nicht ? Es ist ja nichts versteckt. Aber auf die Antwort : « Du weisst ja, wie es der Satz macht, es ist ja nichts verborgen » möchte man erwidern : « Ja, aber es fließt alles so rasch vorüber, und ich möchte es gleichsam breiter auseinander gelegt sehen». In WITTGENSTEIN, Ludwig, Werkausgabe, Band 1, Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1984, § 435, 416.

¹⁶⁰ Idem, ibidem, § 436 : «Hier ist es leicht, in jene Sackgasse des Philosophierens zu geraten, wo man glaubt, die Schwierigkeit der Aufgabe liege darin, dass schwer erhaschbare Erscheinungen, die schnell entschlüpfende gegenwärtige Erfahrung oder dergleichen, von uns beschrieben werden sollen. Wo die gewöhnliche Sprache uns zu roh erscheint, und es scheint, als hätten wir es nicht mit den Phänomenen zu tun, von denen der Alltag redet, sondern “mit den leicht entschwindenden, die mit ihrem Auftauchen und Vergehen jene ersten annähernd erzeugen», p. 417.

entanto, quando somos persuadidos a construir um reduto explicativo para esses tropos, tendemos a conferir-lhes uma força de literalidade sem adaptação para o discurso filosófico; é então quando nos confundem e percebemos que “falham o seu alvo”. Essa transposição, por um lado, desenraíza-as, e por outros dá-lhes o aspecto de (falsos) monstros do pensamento humano.

Desta forma, somos levados a “impor” àquilo que apenas representa uma determinada forma “estilística” de olhar para algo – como “um objecto de comparação” – uma dimensão *performativa*, dentro de um qualquer modelo de explicação teórica para os factos que a dita imagem, supostamente, descreveria. Só que esse tipo de imagem ou de pano de fundo metafórico não *descreve*, apenas *ilustra*.

Por isso, o nosso precipitado equívoco de atribuição de valor literal, transforma um objecto de comparação num “preconceito ao qual a realidade tem que corresponder”.¹⁶¹

A via terapêutica de Wittgenstein adopta duas estratégias diferentes para responder ao equívoco a que somos (a que o interlocutor é) conduzidos, quando colamos simples modelos ilustrativos à hipostasiada essência dos fenómenos.

A sua primeira estratégia passa por expor a vacuidade das propostas explicativas que nos dispomos a oferecer ante uma ambiguidade na leitura dos factos, bem como dos modelos ou figuras que transpomos em falso de um patamar de composição sintáctica para outro. Chegamos, assim, por contraste, a aperceber-nos que essas mesmas figuras da linguagem (no fundo, não são mais do que “figuras estilísticas”) que nos parecem tão correctas e com força explicativa, não têm nenhuma conexão com os fenómenos que pretendemos que expliquem (porque, de facto, elas apenas *ilustram*).

A segunda estratégia destina-se a reapreciar os detalhes e *aspectos* negligenciados ao longo da análise do discurso, extraídos dos exemplos concretos do “fenómeno espacial e temporal da linguagem”.¹⁶² Levando-nos a observar como os nossos conceitos *realmente* funcionam, em ocasiões particulares, Wittgenstein devolve-nos a consciência conceptual das diferenças, que estão indistintas nos

¹⁶¹ In WITTGENSTEIN, L: IF, § 131, p. 264 (Trad. Port. Cit.):

«Só podemos escapar à injustiça ou ao vazio das nossas asserções se apresentarmos o modelo como aquilo que é, como objecto de comparação – como, por assim dizer, um padrão de medida, e não como um preconceito ao qual a realidade *tem que* corresponder. (O dogmatismo em que se cai tão facilmente em Filosofia).»;

«Nur so nämlich können wir der Ungerechtigkeit, oder Leere unserer Behauptungen entgehen, indem wir das Vorbild als das, was es ist, als Vergleichsobjekt – sozusagen als Massstab – hinstellen; und nicht als Vorurteil, dem die Wirklichkeit entsprechen müsse. (Der Dogmatismus, in den wir beim Philosophieren so leicht verfallen)». *Philosophische Untersuchungen*, Werkausgabe, Band 1, Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1984, § 131, p. 304.

¹⁶² IF, § 108. «Wir reden von dem räumlichen und zeitlichen Phänomen der Sprache; nicht von einem unräumlichen und unzeitlichen Unding». Ed. Cit., p. 298.

confusos enunciados filosóficos e que são, ao mesmo tempo, a chave mestra para sair desse puzzle. Tal como na ambiguidade do “Phármakon”, *é uma questão de dosagem*.

A ideia que subjaz às táticas descritas por Wittgenstein para desfazer esses puzzles conceptuais é a de que a confusão é removida, não por intermédio de técnicas sofisticadas ou “argumentos brilhantes” e incisivos, ponderados como estratégias para ultrapassar o estado de caos intelectual que temos, mas

«Por um novo arranjo (disposição) do que é há muito conhecido». ¹⁶³

O esforço realista e despretensioso da sua investigação leva bastantes vezes Wittgenstein à noção de que a essência dos fenómenos “está à vista”, à superfície [*auf die oberfläsche*] e não oculta; quer dizer, que não necessitamos de ter acesso a uma descoberta revolucionária – no fundo, e para nos expressarmos nos termos habituais da metafísica –, *essencialista*, para que possamos remover a nuvem de poeira que cobre os enunciados filosóficos, sobre aquelas questões de que, como dizia Santo Agostinho a propósito da natureza do tempo, *sempre sabemos a resposta se ninguém nos questiona sobre elas e já não sabemos se somos forçados a responder-lhes*.

Uma vez que o que é dado à análise é a prática corrente do uso da linguagem – os seus diferentes jogos –, a própria investigação gramatical não tem por que procurar fundamentos ou legitimação naquilo que jaz “sob a superfície”; mas antes descrever e avaliar a correcção do que é dito “à superfície”.

Esta é a descrição – quase gráfica – que Wittgenstein dá da visão panorâmica, uma visão esclarecedora do emprego das palavras, cujo único “segredo” funcional é “ver as conexões” ou os termos intermédios. Fica, pois, expresso, que o intento do autor não é descrever qualquer tipo de “avaliação sistemática” do papel instrumental da própria visão panorâmica [*übersichtliche Darstellung*], mas apenas introduzi-la como uma técnica de análise *que funciona* no desmantelamento dos puzzles que a linguagem expõe e a que expõe também os seus utilizadores.

Porém, e de acordo com uma lógica de ampliação das correspondências entre os factos da linguagem, num esquema cada vez mais complexo e aberto, poderíamos questionar-nos por que é que o autor se opõe tão ferozmente a uma definição sistemática da Gramática da nossa linguagem. Se

¹⁶³ IF, §109. « [...] durch Zusammenstellung des längst Bekannten», in WITTGENSTEIN, Ludwig, *Philosophische Untersuchungen*, Werkausgabe, Band 1, Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1984, § 109, p. 299.

«A Gramática não diz como a linguagem tem que ser construída para satisfazer a sua finalidade, para actuar sobre os homens desta e daquela maneira. A Gramática de modo nenhum esclarece o emprego dos símbolos, apenas o descreve». ¹⁶⁴,

e se a investigação *gramatical* levada a cabo por Wittgenstein apenas fosse na direcção oposta à da teoria, porque não poderia tomar essa direcção também *sistematicamente*, ou, pelo menos, de um modo ordenado?

A resposta a esta questão (supérflua), depois de tudo o que já dissemos sobre a importância e o significado da noção de Gramática para Wittgenstein, sobre o seu emprego variado, mas conotado com o esclarecimento das condições fácticas de funcionamento do discurso, é dada pela própria conotação anti-essencialista e desvinculada de um afã de sistematicidade, que se associa ao recurso “metodológico” da análise gramatical, dentro da concepção wittgensteiniana. De facto, não lhe interessa uma descrição de “*como a linguagem funciona*”, desde cima ou desde fora, como uma aplicação de princípios sistemáticos à vida dos jogos de linguagem ou ao seu entrosamento com uma dada forma de vida; por esta mesma ordem de razões é que também não há uma gramática de segunda ordem, para Wittgenstein.

Mesmo quando se pondera essa possibilidade, ela é descartada como mais um erro de disposição de um interlocutor do filósofo:

«Se, para um dado fim que perseguimos, queremos submeter o uso de uma palavra a regras determinadas, somamos-lhe um outro uso que excede o seu uso flutuante. Mas isto não é a mesma coisa que a descrição simplificadora de um fenómeno da natureza em Física. Não é como se disséssemos algo que apenas conta para uma linguagem ideal». ¹⁶⁵

Mais explícita ou “positivamente”:

«Mas agora pode criar-se a aparência de que existe uma análise terminal das nossas formas linguísticas e, portanto, *uma* forma perfeitamente decomposta da expressão. Como se as nossas formas habituais de expressão estivessem essencialmente, por analisar; como se nelas existisse algo oculto que devesse ser

¹⁶⁴ IF, § 496. «*Grammatik sagt nicht, wie die Sprache gebaut sein muss, um ihren Zweck zu erfüllen, um so und so auf Menschen zu wirken. Sie beschreibt nur, aber erklärt in keiner Weise, den Gebrauch der Zeichen*». In *Philosophische Untersuchungen*, Werkausgabe, Band 1, Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1984, p. 432.

¹⁶⁵ In WITTGENSTEIN, Ludwig, PG. Suhrkamp Taschenbuch Wissenschaft 5, Frankfurt am Main, 1978, p. 11: «*Wollen wir, für unsere Zwecke, den Gebrauch eines Wortes bestimmten Regeln unterwerfen, so Stellen wir seinem fluktuierenden Gebrauch einen andern an die Seite. Es geschieht hier aber nicht, was in der Physik die vereinfachende Beschreibung einer Naturscheinung ist. Es ist nicht als ob wir etwas sagten, was nur von einer idealen Sprache gelten würde*».

trazido à luz e que, uma vez isto feito, a nossa expressão fica perfeitamente esclarecida e o nosso trabalho resolvido. Dito de outra maneira: uma possível má compreensão é eliminada ao tornarmos a nossa expressão mais exacta; mas pode parecer que aspiramos a um determinado estado de exactidão perfeita; como se isso fosse de facto a meta da nossa investigação». ¹⁶⁶

A tomada de consciência própria das formas que a prática linguística humana pode assumir é o único “resultado” extraível da investigação gramatical (pelo menos, o único que Wittgenstein diz interessar à sua filosofia), mas não representa nenhuma forma de acréscimo do nosso conhecimento, como aquele que habitualmente associamos às ciências, num *organon* estruturalmente disposto.

O ganho que podemos extrair da análise das formas do discurso é o de relembrar a importância de aspectos a que, enquanto utilizadores habituais de uma linguagem, normalmente não atendemos.

Trazer à consciência estes *aspectos* não aumenta o nosso domínio no exercício linguístico em que já estamos introduzidos e em que nos movemos com destreza; apenas amplia a nossa capacidade de perceber as conexões entre aspectos parciais da linguagem e alerta-nos contra aquelas imagens que “embruxam a inteligência” e que, por vezes, somos levados projectar em sequências textuais ou verbais que são ambíguas ou polivalentes. (O ganho é apenas “administrativo”; não faz fortuna).

O principal intento de Wittgenstein ao chamar a nossa atenção para os detalhes negligenciados do uso corrente da linguagem, através da descrição de casos particulares, não é o de conseguir *uma descrição sistemática* dessa prática. Pelo contrário; é antes apresentado como um tipo de resposta descontínuo para cada falsa figura ou para cada tentativa de distorcer uma leitura dos factos, numa situação de linguagem concreta – um exemplo ou conjunto de exemplos – onde os nossos conceitos tinham tudo para funcionar, mas fracassam no seu objectivo e enleiam-se em perplexidades.

Pela evocação recorrente da voz terapêutica, Wittgenstein trabalha no eixo de uma mutação gradual da nossa maneira de pensar. O efeito da repetição desse processo (o “tempo longo” da terapia) é passarmos a ver as coisas sob o prisma

¹⁶⁶ IF, §91. Ed. Port. Cit.

«Nun aber kann es den Anschein gewinnen, als gäbe es so etwas wie eine letzte Analyse unserer Sprachformen, also eine vollkommen zerlegte Form des Ausdrucks. D.h.: als seien unsere gebräuchlichen Ausdrucksformen, wesentlich, noch un-analysiert; als sei in ihnen etwas verborgen, was ans Licht zu befördern ist. Ist dies geschehen, so sei der Ausdruck damit vollkommen geklärt und unsre Aufgabe gelöst.

Man kann das auch sagen: Wir beseitigen Missverständnisse, indem wir unsern Ausdruck exakter machen: aber es kann nun so scheinen, als ob wir einem bestimmten Zustand, der vollkommenen Exaktheit, zustreben; und als wäre das das eigentliche Ziel unserer Untersuchung». Ed. Cit., p. 292.

correcto – com a justeza [*Angemessenheit*] que tínhamos perdido com o apego a figuras estilísticas ou imagens linguísticas sedutoras que escravizam a compreensão, inviabilizando-a.

Uma leitura adequada das IF deveria ilustrar o modo como Wittgenstein utiliza os exemplos concretos da nossa praxis linguística quotidiana, não como uma fonte de generalizações, mas como um *meio* de ultrapassar os erros e falsos ídolos que a compulsão explicativa alimenta e, assim, ser uma maneira de chegar a entender (mas, sobretudo, *a ver*) como nem sempre há explicações “por detrás de”.

«A Filosofia, de facto, apenas apresenta as coisas e nada esclarece nem nada deduz. – E uma vez que tudo está à vista, também nada há a esclarecer. Porque aquilo que está talvez oculto, não nos interessa».¹⁶⁷

E, por isso, devemos ser capazes, ao cabo da aplicação da análise gramatical, de resistir à tentação de adicionar, cumulativamente, conclusões filosóficas sempre novas; devemos poder dispor as condições de clarificação *sem resto* dos actos discursivos, uma vez «que os problemas filosóficos devem *perfeitamente* desaparecer».¹⁶⁸ Portanto, é crucial para o entendimento desta mutação proposta para a nossa forma de pensar, saber que o processo dialéctico seguido pelo autor não se propõe uma expressão dos seus resultados sob a forma de teorias ou “doutrinas positivas”.

A estrutura dialogante que os aforismos de Wittgenstein por vezes tomam (a interacção das várias vozes), deverá ser pensada como parte essencial do método “curativo” e não como mero cultivo de estilo que obscurece a visão geral, com algumas adendas refinadas ou surpreendentes.

Wittgenstein não está meramente a esboçar um estilo de escrita e de pensamento que vai na direcção oposta ao que normalmente se adopta em Filosofia (como uma denúncia, mais ou menos inovadora, mas que pretendesse, imediatamente, impor um novo *modus operandi*) – uma vez que este novo estilo, aquilo que, de facto, faz é *prescindir* de qualquer teoria por abstracção, do tipo das que Wittgenstein acredita serem a base da perturbação conceptual que caracteriza as formas correntes de fazer filosofia (e a sua famigerada “dificuldade”).

A força do seu novo método é chegar a um tipo de compreensão panorâmica que se obtém ao olhar para o *concreto* a uma nova luz.

¹⁶⁷ IF, § 126. In *Philosophische Untersuchungen*, Werkausgabe, Band 1, Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1984, p. 303: «Die Philosophie stellt eben alles bloss hin, und erklärt und folgert nichts. – Da alles offen daliegt, ist auch nichts zu erklären. Denn, was etwa verborgen ist, interessiert uns nicht».

¹⁶⁸ Idem, §133, p. 305: «[...]die philosophischen Probleme vollkommen verschwinden sollen».

Ler à “luz gramatical” as IF requer que aceitemos a mutação na nossa forma de ver como tudo aquilo que *não se coaduna* com a descoberta de um espectro de “resultados prontos” ou de “conclusões” de tipo teórico-dedutivo.

Esta leitura ajustada deverá ser “transmitida” a outrem da mesma maneira que Wittgenstein a transmite ao seu leitor: através de um processo de “condução persuasiva”, etapa a etapa, que substitui e se sobrepõe às tentações correntes da filosofia para ler exageradamente um enunciado extraído de um jogo de linguagem particular, e se suporta num exame crítico ajustado aos exemplos – exemplos que permitam, de forma diferencial, ver o conjunto panorâmico e os “elos intermédios” com a perspectiva que a análise gramatical facultou.

Esta nova visão, liberta dos preconceitos da anterior, não se expressa em doutrinas, nem mesmo em teses, não tem nenhuma roupagem sistemática, mas enraíza a sua aptidão na prática habitual de atender ao que está “diante dos olhos”, nos detalhes e passagens dos jogos de linguagem, uma vez desvinculados do fetiche especulativo.

Wittgenstein, no excursus preconizado por esta mudança paradigmática (sem o suporte de um novo paradigma!) também coloca a própria visão teórica abandonada à luz adequada do exemplo, quer dizer, expondo *caricaturalmente* aquilo que a apologia de teses positivas consegue obter, em Filosofia, a saber:

«Se se quisesse estabelecer *teses* em Filosofia, nunca seria possível discutilas, porque todos estariam de acordo com elas». ¹⁶⁹

Com os avisos, o filósofo deixa aberta a via de trabalho de cada um sobre si mesmo, uma que permita que cheguemos a ter visão panorâmica das deformidades dessoutra a que nos habituámos a recorrer ao fazer Filosofia, como “as deformidades do nosso próprio rosto” – porém, sem que tenhamos que as *aceitar* abnegadamente, mas podendo “recorrer à cirurgia estética”, isto é, à substituição dos traços disformes pelo ajuste gramatical dos dados de que já dispunhamos.

O mesmo é dizer: aperfeiçoar o rosto que *já temos*, sem recorrer *especulativamente* a uma máscara de compra.

¹⁶⁹ IF, §128. In *Philosophische Untersuchungen*, Werkausgabe, Band 1, Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1984, p. 303: «Wollte man Thesen in der Philosophie aufstellen, es könnte nie über sie zur Diskussion kommen, weil Alle mit ihnen einverstanden waren».

§ 11. A GRAMÁTICA DA PALAVRA “FILOSOFIA” E A GRAMÁTICA DA FILOSOFIA

«Não pode existir *patologia* do intelecto sem uma *fisiologia* correspondente. A fisiologia é-nos dada pela representação panorâmica da gramática das expressões filosóficas que são problemáticas».

P.M.S. HACKER,
*Wittgenstein's Place in Twentieth-century analytic Philosophy*¹⁷⁰

Neste ponto da nossa investigação, deparamos com a premência de equacionar a evolução de determinadas expressões conceptuais, especialmente investidas por Wittgenstein nas IF, mas cuja genealogia remete para a sua “primeira maneira de pensar”, autorizando o leitor atento a dar-lhe um enfoque panorâmico, contribuindo assim para o encaixe de peças esparsas numa engrenagem filosófica difícil, mas com uma coesão interna que devemos ser capazes de assinalar.

A esta luz, interessa-nos agora articular as noções de *Gramática* e de *Filosofia* (entendida esta última como *praxis* esclarecedora dos usos linguísticos problemáticos e descrição das regras que, efectivamente, os enquadram; a primeira como método estruturador do sentido do discurso e, portanto, simultaneamente, como instrumento de verificação da sua validade), até encontrar o ponto de inserção funcional de ambas e ficarmos aptos a descrever o carácter metodológico e terapêutico que lhes confere o autor.

De acordo com o TLF, a Gramática – termo que nunca aí aparece assim designado – ou *sintaxe lógica* estava concebida como a estrutura comum a toda a formulação linguística possível, o que era inefavelmente atestado pela própria natureza metafísica do mundo. Essa justificação assentava na condição representativa (“especular”, relativamente ao mundo) da própria linguagem, que o livro delimitava, desde dentro.

¹⁷⁰ HACKER, P.M.S. *Wittgenstein's Place in Twentieth-Century Analytic Philosophy*, Oxford, Blackwell, 1996, p. 113.

Porém, delimitar *desde dentro* os contornos de um conjunto fechado implica uma referência, mesmo que apenas limiar ou mostrativa, à margem externa. Desta forma, e ao expor a teoria pictórica da proposição, o livro violava as próprias barreiras de sentido nele estipuladas, *dizendo* aquilo que, supostamente, apenas se deixaria mostrar. Daí a metáfora da Escada, utilizada na penúltima proposição do TLF:

«As minhas proposições são elucidativas pelo facto de que aquele que as compreende as reconhece como falhas de sentido, quando por elas se elevou para além delas. (Tem que, por assim dizer, deitar fora a *escada*,¹⁷¹ depois de ter subido por ela). Tem que transcender estas proposições; depois vê o mundo a direito». TLF, 6.54.

172

Depois de 1929 (o ano do regresso de Wittgenstein à Filosofia), uma das suas preocupações basilares passa a ser a impossibilidade (e a ociosidade) de “justificar” a correcção da Gramática por referência à realidade; não por essa justificação ser inefável, mas por ela não ter lugar. Esta alegação está muito clara e repetida de diferentes formas nos textos de 1933, compilados em PG.

Se aquilo que uma investigação faz é perscrutar os factos (os factos da realidade) que *justificam* a gramática de determinados enunciados linguísticos e, supostamente, chega a uma disposição daqueles que efectivamente o fazem, encontrará nesses factos a mesma estrutura gramatical que procura justificar. Qualquer combinação de palavras que pretenda ser uma fórmula explicativa das regras gramaticais, terá ela mesma uma gramática. Então, de duas uma:

- a) Ou essa fórmula tem a mesma estrutura gramatical que pretende justificar e (o exercício) apresenta uma petição de princípio;
- b) Ou tem uma estrutura gramatical diferente, e então determina conceitos diferentes, que por sua vez também pediriam justificação e assim *ad infinitum*.

Portanto, todo o intento de enraizar (e fazer depender) a gramática na realidade, levar-nos-ia a uma cadeia infinita de justificações hipostasiadas¹⁷³.

¹⁷¹ O destaque da expressão é nosso.

¹⁷² In WITTGENSTEIN, Ludwig. TLF. Lisboa, Edições da Fundação Calouste Gulbenkian, 2002, p. 142.

«*Meine Sätze erläutern dadurch, dass sie der, welcher mich versteht, am Ende als unsinnig erkennt, wenn er durch sie – auf ihnen – über sie hinausgestiegen ist. (Er muss sozusagen die Leiter wegwerfen, nachdem er auf ihr hinaufgestiegen ist). Er muss diese Sätze überwinden, dann sieht er die Welt richtig*». In TLF Werkausgabe Band 1, Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1984, 85.

¹⁷³ Hacker, no quarto volume do *Analytical Commentary on the Philosophical Investigations*, escreve isto: «*No description of reality can justify grammar. Any attempt to justify grammar by reference to reality must take the form of a grammatically licit description of how things are. Such a description is given by a proposition with a sense. Consequently its negation too must make sense, for the negation of a proposition with sense, which describes how things are, is itself a proposition with sense. But for such a proposition to justify a grammatical rule which delimits the sense of sentences and excludes nonsensical forms of words,*

Wittgenstein recusa esta remissão circular infinita, alegando que as regras da Gramática são *arbitrárias*.

Que as regras da Gramática sejam “arbitrárias” tem aqui um sentido determinado, que passa por as remissões serem *intra-gramaticais* (podemos estender um pouco esta condição e chegar a “intra-discursivas”, sem cair em contra-sensos, mas, no fundo, omitindo o matiz mais importante do argumento, ou seja, o de saber como é que as regras gramaticais determinam o próprio discurso), mas, sobretudo, passa por que assim se rompe a circularidade das justificações, no sentido anteriormente exposto.

Toda a exigência de justificação da nossa Gramática, se pensada com o pressuposto de referência à realidade, deveria ter a seguinte forma: “Sabendo que a realidade tem esta e esta forma, então as respectivas regras da gramática do discurso que representa os estados de coisas dessa realidade, terão, em conformidade, esta e esta forma [a mesma forma]” – e esta formulação está flagrantemente próxima da teoria pictórica ou figurativa do TLF!

Mas, dentro desse âmbito de justificação, também deveríamos estar autorizados a pensar que, caso a realidade fosse de outra forma, então também as regras da gramática teriam outra disposição. Porém, encontramos-nos com a dificuldade de enunciar essa outra disposição da realidade que justificasse (inclusive, que *reclamasse por*) uma outra gramática; porque, para descrever uma outra disposição dos factos na realidade, teríamos que fazer uso de determinadas combinações de termos que a nossa actual gramática exclui como “Non-sense”.

E, neste ponto, a circularidade regressa, de uma forma quase aberrante. Senão, vejamos: se algo fosse excluído como *nonsense* na gramática que temos – facto que, de acordo com a hipótese que Wittgenstein *exclui*, justificaríamos pela actual disposição dos estados de coisas na realidade –, então, essa combinatória de expressões *nonsense* não poderia, ao mesmo tempo (mesmo num exercício hipotético) ter sentido e coerência numa gramática que pretendesse *justificar* um outro

the negation of the justifying description would have to be a nonsense, not a falsehood. », In HACKER, P.M.S. *Wittgenstein, Mind and Will*, vol. 4, *An analytical commentary on the Philosophical Investigations*, Oxford, Basil Blackwell, 1996, p. 221.

Este reparo sobre as próprias condições de verdade das regras gramaticais dentro de um esquema de verificação e comparação com os estados de coisas na realidade, é bastante ajustado ao propósito de substituir este paradigma (o da *verificação* e também o da aprendizagem por ostensão, num modelo mais empírico, como o descrito pelas *Confissões* de Sto. Agostinho, reproduzidas no início das IF), por um outro que defenda a arbitrariedade das regras da gramática. No fundo, são as próprias ordens de prioridade que se alteram: não é por a realidade ser assim e assim que as regras gramaticais são como são, em conformidade com a primeira, mas é antes porque as regras da gramática não permitem determinadas combinações de expressões e de predicados que os factos da realidade, ajustados a essa combinatória de sentido – e porque a realidade é um âmbito com sentido e não um “nonsense” ou “falsehood” – têm um leque dado de características, dispostas de uma determinada forma, a forma que o discurso também descreve.

estado de coisas, mas que apenas pudesse ser cotejada e modificada por referência ao padrão daquela de que realmente (i.e., actualmente) dispomos.

Toda esta redução *ad absurdum* poderia ser incisivamente abreviada, se nos recordássemos de uma norma explicitada por Wittgenstein: *não há gramáticas subordinadas, ou seja, gramáticas de segunda, terceira, quarta, etc. ordens.*

A Gramática não pode ser empiricamente justificável por referência ao “como” as coisas, efectivamente, estão dispostas na realidade. As suas regras não *concordam* nem *conflituam* com os factos. Porque algo que dizemos entra em conflito com os factos apenas se *é falso* e concorda com eles apenas se *é verdadeiro*.

Ora, uma regra de gramática, dentre as que Wittgenstein enuncia, como sejam: “Nada pode inteiramente verde e vermelho ao mesmo tempo” ou “O Norte é mais a norte do que o Sul” (ou as tautologias lógicas de que falava o TLF), apenas determina aquilo que faz ou não sentido dizer, não aquilo que *é* verdadeiro ou falso.

Assim, aquilo que nos perturba e nos leva a confundir estratos (no fundo, a ultrapassar estratos lógicos, violando a sua barreira formal), é que somos facilmente equivocados por estas formas de expressão, ao tomá-las por proposições empíricas – essas sim, que devem ser avaliadas como “verdadeiras” ou “falsas”.

Como as regras gramaticais não são descrições empíricas – nem estão subordinadas às descrições empíricas, como já vimos – também não são empiricamente testáveis. O seu papel é o de excluir determinadas combinações de palavras na linguagem como desprovidas de sentido – ou “retirá-las de circulação”, como refere Wittgenstein.

As regras gramaticais *autorizam* ou *proíbem* (portanto, *arbitram*) a composição ou articulação de proposições, ao analisar a sua forma, a sua disposição interna – mas sem o suporte de um padrão de referência externo, que conduz à circularidade evidenciada acima.

Portanto, se um objecto é totalmente vermelho, *então* ele não é, ao mesmo tempo, totalmente verde. E não precisamos, em absoluto, de consultar a realidade para nos assegurarmos disto! Sabemos que não existe algo (na realidade) como um objecto simultaneamente vermelho e verde ou um objecto preto mais claro que um objecto branco; assim, estas formas descritivas apenas saem de circulação da linguagem, porque são desprovidas de sentido. Eliminam-se; não são dadas *como falsas* por não corresponderem à realidade dos factos.

As regras da gramática são, portanto, arbitrárias - não no sentido depreciativo do termo, quer dizer, não porque sejam caprichosas, irrelevantes ou alteráveis a gosto -, mas sim da mesma maneira que uma unidade de medida também é autónoma relativamente aos objectos que pode medir. A unidade de medida – e a regra de

gramática – não podem ser chamadas “verdadeiras” ou de “falsas”, “correctas” ou “incorrectas”, não são subsidiárias de nenhuma disposição de estados de coisas na realidade, porque arbitram elas mesmas sobre essas disposições, à margem de qualquer ocorrência (ou acaso) empíricos.

Hacker esclarece esta “arbitrariedade” das regras gramaticais com uma analogia importante, que marca, ao mesmo tempo, uma diferença conceptual:

«Dizer que as regras da gramática são arbitrarias é fazer ver que não existe tal coisa como justificar uma regra a partir do modelo de justificação de uma proposição como verdadeira por referência à realidade». ¹⁷⁴

*

A proposição 4.003 do TLF diz que:

«As proposições e questões que têm sido escritas acerca de temas filosóficos não são, na sua maior parte, falsas mas sem sentido. Não podemos por isso responder a questões deste género mas apenas estabelecer a sua falta de sentido. As proposições e questões dos filósofos fundamentam-se, na sua maior parte, no facto de não compreendermos a lógica da nossa linguagem. [...]E não é surpreendente que os mais profundos problemas *não* são, de todo, problemas». ¹⁷⁵

Se agora colocarmos este argumento para (contra) os problemas filosóficos a par daquilo que dissemos acima acerca do objectivo das regras da gramática e da sua arbitrariedade quanto à disposição empírica da realidade, facilmente chegaremos a uma definição de “Filosofia” que é transversal ao pensamento de Wittgenstein.

A relativa invariabilidade do papel da Filosofia é um ponto da própria filosofia de Wittgenstein, um ponto que encontra bastante consenso entre os seus principais comentadores. Georg H. von Wright (um dos editores do espólio wittgensteiniano), defende que existe uma concepção de Filosofia que se mantém no pensamento de Wittgenstein, sendo a sua “evolução” sobretudo terminológica, na medida em que:

¹⁷⁴ In HACKER, P.M.S. *Wittgenstein, Mind and Will*, vol. 4 de *An analytical commentary on the Philosophical Investigations*, Oxford, Basil Blackwell, 1996, p. 233. « *To say that rules of grammar are arbitrary is to point out that there is no such thing as justifying a rule on the model of justifying a proposition as true by reference to reality* ».

¹⁷⁵ In WITTGENSTEIN, Ludwig. TLF. Werkausgabe Band 1, Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1984, 26: « *Die meisten Sätze und Fragen, welche über philosophische Dinge geschrieben worden sind, sind nicht falsch, sondern unsinnig. Wir können daher Fragen dieser Art überhaupt nicht beantworten, sondern nur ihre Unsinnigkeit feststellen. Die meisten Fragen und Sätze der Philosophen beruhen darauf, dass wir unsere Sprachlogik nicht verstehen. [...] Und es ist nicht verwunderlich, dass die tiefsten Probleme eigentlich keine Probleme sind* ».

«[o argumento] é válido para a sua concepção de Filosofia como uma actividade e não como uma doutrina [*Lehre*] e para a Filosofia como crítica da linguagem». ¹⁷⁶

E o próprio Hacker defende uma posição similar, salvaguardando também algumas diferenças terminológicas – entre o TLF e as IF –, sobretudo as que dizem respeito (no primeiro) a “importações” de noções de lógica proposicional, em diálogo com a *Conceitografia* Frege ou os *Principia* Russell, e a tese de Wittgenstein sobre a forma lógica da proposição e da linguagem.

«Neste ponto, Wittgenstein, num certo sentido, não mudou a sua abordagem. Claro que a sua concepção da “lógica da nossa linguagem”, da lógica e da linguagem, mudou drasticamente. Mas a concepção de Filosofia como “crítica da linguagem” manteve-se. O produto da Filosofia não é novo conhecimento, mas uma clarificação da compreensão. Não consiste em proposições filosóficas estabelecidas como verdadeiras, mas numa dissolução das questões filosóficas pela descrição e clarificação da gramática. A clarificação da gramática não propõe novas teorias para competir com as existentes; ao invés, mina essas mesmas teorias, mostrando que elas violam as fronteiras do sentido. E o método para fazer esta crítica é puramente descritivo, não teórico». ¹⁷⁷

Podemos ainda aperceber-nos como as demarcadas secções das IF que expõem mais “sistematicamente” – aqui, a sistematicidade diz apenas respeito a condensar mais informação sobre o tema num breve conjunto de secções – a concepção wittgensteiniana de Filosofia (§§ 89-133) estão, como defende Hacker, direccionadas contra as teses do TLF, muito embora não ataquem a própria concepção de Filosofia defendida na primeira obra. Assim, criticam o alcance da tarefa da lógica aí exposto, a forma proposicional ou uma análise terminal das fórmulas linguísticas, mas não desautorizam a noção de Filosofia do TLF.

É um traço característico do próprio *modus operandi* filosófico de Wittgenstein o não tomar partido em debates ou controvérsias filosóficas históricas, medindo os prós e contras da matéria de argumentos pré-existentes e tomando o partido dos mais convincentes ou até, como seria de esperar num filósofo de acentuada genialidade, elaborar respostas inéditas para problemas antecipadamente circunscritos.

¹⁷⁶ In VON WRIGHT, Georg Henrik. “Wittgenstein and the Twentieth Century”, in Egidi, R., (Ed.), *Wittgenstein: Mind and Language*, Synthese Library, Vol. 50, Kluwer Academic Publishers: Dordrecht/Boston/London (1995), p. 12. Apud GEFWERT, Christoffer *Wittgenstein on Thought, Language and Philosophy*, Avebury Series in Philosophy, 2000, p. 273. (A tradução é da nossa responsabilidade).

¹⁷⁷ In HACKER, P.M.S. *Wittgenstein, Mind and Will*, vol. 4 de *An analytical commentary on the Philosophical Investigations*, Oxford, Basil Blackwell, 1996, p. 239.

A sua compreensão da própria natureza da Filosofia e do trabalho filosófico passa por questionar o seu *status* de disciplina cognitiva, como um ramo científico específico, donde se podem – à semelhança de outras áreas da ciência – sempre extrair novas teses e onde o conhecimento é pensado de acordo com um paradigma cumulativo e em que o *progresso* é o lema teórico.

Em Ph., Wittgenstein refere :

«Ouvimos uma e outra vez os filósofos a dizer que a Filosofia não faz nenhum progresso genuíno, que nos ocupam os mesmos problemas filosóficos que já ocupavam os gregos. Mas os que dizem isto não entendem a razão porque tem que ser assim. A razão é que a nossa linguagem continua a ser a mesma e tenta-nos uma e outra vez a colocar as mesmas questões. [...] Os homens continuam a chocar com as mesmas dificuldades e a olhar fixamente para aqueles pontos que nenhuma explicação parece poder eliminar.

E isto também satisfaz o seu anseio pelo transcendente, na medida em que “acreditando ver os limites do entendimento humano”, acreditam que também se pode ver para além deles.»¹⁷⁸

O principal matiz dos problemas filosóficos, para Wittgenstein, é terem um traço comum de “justaposição forçada” de apartados heterogêneos da nossa linguagem, ou seja, aglomerarem pequenas diferenças semânticas que são uniformizadas numa sinonímia falsa, causadora de perplexidades. E estas “transposições”, aparentemente anódinas, como frisa repetidamente o autor, têm muitas vezes origem em importações ilegítimas de termos e métodos do âmbito das ciências exactas.¹⁷⁹

Mas, como a própria demarcação conceptual e a respectiva caracterização do termo “Filosofia” em Wittgenstein sublinha (desde o TLF), a Filosofia é categoricamente distinta das Ciências Naturais. A Ciência trabalha com teoremas e constrói teorias, aptas para prever e explicar os fenómenos. Os seus resultados e a sua metodologia são experimentalmente testáveis.

¹⁷⁸ In WITTGENSTEIN, Ludwig, *Philosophical Occasions 1912-1951*. Edited by James Klagge and A. Nordmann, Hackett Publishing Company, Indianapolis & Cambridge, 1993, Ph., p. 186: « *Man hört immer wieder die Bemerkungen, dass die Philosophie eigentlich keinen Fortschritt mache, dass die gleichen philosophischen Probleme, die schon die Griechen beschäftigten, uns noch beschäftigen. Die das aber sagen, verstehen nicht den Grund, warum es so sein muss. Der ist aber, dass unsere Sprache sich gleich geblieben ist und uns immer wieder zu denselben Fragen verführt. [...] solange werden die Menschen immer wieder an die gleichen rätselhaften Schwierigkeiten stossen, und auf etwas starren, was keine Erklärung scheint wegheben zu können. Und dies befriedigt im Übrigen ein Verlangen nach dem Transcendenten, denn, indem sie die “Grenze des menschlichen Verstandes” zu sehen glauben, glauben sie natürlich, über ihn sehen zu können* ».

¹⁷⁹ Remetemos aqui para o ponto deste trabalho que discute a noção de “MÉTODO” utilizada por Wittgenstein, um âmbito de discussão onde estas “importações ilegítimas” ou desavisadas também podem criar confusões conceptuais, e por ser esse justamente um tópico da sua investigação em que, provavelmente, o próprio Wittgenstein foi alvo das suas denúncias.

Ora, a Filosofia que, acima de tudo, “cumpre uma tarefa”, ao invés de encarnar um *Bedeutungskörper* (um corpo de significação), dissolve perplexidades pela clarificação dos termos de formulação em que estas se revelam, enquadrando-os dentro das baías do sentido, ou seja, no âmbito semântico original da sua proveniência, antes de terem sido deslocados à força de falsas analogias conceptuais.

Mas esta determinação do âmbito de sentido das expressões (que é uma tarefa gramatical e normativa, conforme vimos atrás) não antecede nem se ajusta com a experiência, não é sobredeterminada por juízos verdadeiros ou falsos. Por esta mesma ordem de razões é que tão pouco pode haver um método hipotético em Filosofia – porque não é uma hipótese de coisa nenhuma o facto de aceitarmos uma proposição na linguagem por fazer sentido ou por reflectir adequadamente um princípio ou regra gramatical.

Não há nada similar, em Filosofia, à explicação dos fenómenos a partir de um esquema de inferências hipotético-dedutivo, a partir de leis e axiomas, como nas Ciências (onde a Matemática é um caso paradigmático).

A única forma de esclarecimento das formulações discursivas autorizada em Filosofia, segundo Wittgenstein, é, já o vimos antes, a *descrição* – descrição do uso das palavras nos seus contextos correntes. Este é o método que Wittgenstein anuncia e que emprega ao observar o funcionamento interno dos diferentes jogos de linguagem – aquelas actividades complexas, enquadradas por determinados parâmetros contextuais e vitais que são as formas de vida [*Lebensformen*], onde um sistema de regras dado arbitra o uso das palavras e das frases. Esta é, por outro lado, segundo o autor, a única maneira factível de *dissolver* os problemas filosóficos.

E esta metodologia descritiva também fixa os seus próprios “critérios de validade” – e de uma forma bastante objectiva –, uma vez que, num jogo de linguagem uma expressão “passa” ou “não passa”, uma jogada está ou não autorizada (ao abrigo das regras gramaticais correspondentes). Não há “meias jogadas” ou “meios sentidos” (como na ciência podem existir formulações mais ou menos afastadas da verdade); em jogos de linguagem regulamentos por normas gramaticais para o uso das expressões, não há formas de expressão “mais próximas do sentido” do que outras – ou passam ou simplesmente saem de circulação, por serem destituídas de sentido.

Na medida em que as dificuldades filosóficas são produzidas por um abuso especulativo dos nossos conceitos, elas não se apagam por uma mera substituição de um corpo conceptual por outro. Por esta mesma razão é que também não é apanágio do trabalho filosófico a resolução de contradições e paradoxos linguísticos através de uma cuidada inovação conceptual, mas antes por um esforço de conquista de *perspectiva* [*Übersicht*] sobre a estrutura conceptual que nos perturba – ou seja, de

uma visão panorâmica do estado de caos conceptual dessa parcela da linguagem que provoca a perplexidade filosófica ou dispõe paradoxos em argumentos facciosos:

«Tudo aquilo que a filosofia pode fazer é destruir ídolos. E isto quer dizer: não criar nenhum novo ídolo – por exemplo, “a ausência de um ídolo”». ¹⁸⁰

Assim, também não há autênticas descobertas em Filosofia, mas sim uma “correção do olhar”, uma distribuição ordenada dos termos da aporia – que é, como também já vimos, um princípio de solução basilar. E para esta correcta disposição dos termos que constituem o *erro*, tudo aquilo de que necessita a nossa análise é saber o uso adequado dos mesmos termos em jogos de linguagem bem formulados. O exercício subsequente de adequação é, pois, um esforço de comparação, mediante semelhanças e dissemelhanças.

*

Com base nestas descrições, também nós alcançámos um patamar “privilegiado” para descrever o alcance da tarefa filosófica para Wittgenstein. E esse alcance é duplo; ou antes, tem um objectivo negativo e um outro positivo.

Sob o aspecto negativo, é um instrumento de cura das doenças do intelecto, resultantes de um enredamento “mental” nas malhas da linguagem, mas assumidas como “os verdadeiros problemas filosóficos” (“problemas com história”). Esse é o *ídolo* que, segundo o autor, se trata de destituir. O sucesso desta cura regressiva consiste, portanto, em desatar esses nós conceptuais e restabelecer, assim, a saúde do paciente.

Pelo lado positivo – ainda que os esforços sejam consentâneos e operem para a mesma finalidade terapêutica –, a Filosofia procura a representação panorâmica desses segmentos da nossa linguagem que, por falta de correcta análise, são fontes de confusão. Porque, como diz Wittgenstein, “a nossa gramática não se deixa ver panoramicamente”¹⁸¹. E, como consequência dessa lacuna, determinados segmentos da linguagem facilmente se tomam como totalidades isoladas, descontextualizadas, deixando aberto o caminho aos malentendidos linguísticos – ou pseudo-problemas filosóficos.

¹⁸⁰ In WITTGENSTEIN, Ludwig, *Philosophical Occasions 1912-1951*. Edited by James Klagge and A. Nordmann, Hackett Publishing Company, Indianapolis & Cambridge, 1993, Ph., p. 170: « *(Alles, was die Philosophie tun kann ist, Götzen zerstören. Und das heisst, keinen neuen – etwa in der “Abwesenheit eines Götzen” – zu schaffen)* ».

¹⁸¹ IF, §122. Ed cit.: « *Unserer Grammatik fehlte an Übersichtlichkeit.* » Ed. Cit., 302.

Portanto, apenas uma representação panorâmica das regras gramaticais da nossa linguagem nos pode servir de *mapa* conceptual; e é também a única forma de não amputar a Gramática da sua funcionalidade “ortopédica” ou correctiva do discurso, bem como de não expatriar o sentido panorâmico dos jogos de linguagem em ilhas de “admiráveis equívocos”.

Esta perspectiva panorâmica, parecendo um distanciamento esquizóide das coisas e da própria linguagem, é antes o único modo de ver as conexões entre as palavras (a sua correcta forma ou estrutura gramatical) e focar o microscópio da investigação filosófica naquilo que não se vê a olho nu, justamente porque está incrustado num todo que resulta numa dada *Gestalt*. Porém, sem os termos intermédios que contribuem a dar uma forma ao todo, a figura conjunta desmorona-se como um castelo de cartas frágil, em que os patamares de sustentação não cumprem adequadamente a sua função; ou, no caso da análise da linguagem, é o próprio sentido que se perde num meio de remissões infinitas.

Hacker escreve, a este respeito:

«Uma representação panorâmica é um rearranjo das regras para o uso das palavras, que sempre estão à vista, e com as quais estamos inteiramente familiarizados, mas que não sabemos tomar como um todo. Elas *tornam-se panoramicamente [visíveis]* por essa remodelação que torna patente o carácter lógico das palavras que nos confundem na reflexão filosófica. Assim, “os problemas são resolvidos, não por um acréscimo de informação, mas por uma nova disposição do que é há muito conhecido” (PI, § 109)».¹⁸²

Por mais que se afigure tentador assimilar esta metodologia filosófica a que Wittgenstein recorre a uma equação simplificadora da própria Filosofia, isso é mais um erro de leitura – ou, talvez aludisse o filósofo agora, “o ídolo do preconceito minimalista”.

Não cabe simplicidade nem trivialidade em pensar a Filosofia como uma metodologia de análise das formas do discurso, como um tipo de “didáctica gramatical” de um pensamento a *recuperar sanidade contextual* (a curar-se, portanto). Porque não há uma aprendizagem mimética ou meramente ostensiva da linguagem (como aquela

¹⁸² In HACKER, P.M.S. *Wittgenstein on Human Nature*. Londres, Phoenix Paperback, 1997, p. 11: «A perspicuous representation is a rearrangement of the rules for the use of words which lie open to view, with which we are indeed perfectly familiar, but which are not readily take in as a whole. They become surveyable by such a rearrangement which makes clear the logical character of the words that baffle us in philosophical reflection. Hence, “The problems are solved, not by giving new information, but by arranging what we have always known” (PI §109) ».

descrita por Santo Agostinho nas *Confissões* e com a qual Wittgenstein abre as próprias IF para dela se demarcar); e porque a própria *expressão* é um princípio de vida na linguagem e uma matéria plástica para a descrição que lhe sobrevém.

Que a tarefa terapêutica da Filosofia nada tem de fácil, di-lo Wittgenstein, numa aproximação conceptual que aproveita um “ar de família” [*Familienähnlichkeit*], um parentesco [*Verwandschaft*]:

«(O ensino da Filosofia tem a mesma imensa dificuldade que teria o ensino da Geografia se o aluno trouxesse consigo uma grande quantidade de ideias falsas e falsamente simplificadas sobre o curso e as conexões dos cursos dos rios e cadeias montanhosas)». ¹⁸³

Tal como numa possível extensão desta metáfora geográfica, também na tarefa filosófica, da forma como é caracterizada por Wittgenstein, uma justaposição indevida (“uma grande quantidade de ideias falsas e falsamente simplificadas”) de distintos âmbitos categoriais ou diferentes conceitos, é a via de expansão mais prolífica para os equívocos interpretativos. As “justaposições” ou cruzamentos temáticos suportados num falso ponto-charneira, não devido a uma ramificação demasiado extensa dos trâmites do raciocínio aproximativo, mas sim por uma colagem demasiado forçada e directa de elementos que apenas parecem “referir-se ao mesmo tópico”, partilhar a mesma estrutura gramatical, são aquilo a que Wittgenstein se refere como as similitudes gramaticais que podem *mascarar* diferenças lógicas abissais no âmbito do discurso – diferenças não notadas a olho nu, mas que a análise gramatical evidencia – e cuja fractura de sentido tem, amiúde, uma origem em recorrentes mistificações ou falsas imagens sobre a natureza do próprio pensamento.

No LA, há uma óptima passagem que ilustra essa clivagem que uma homologia precipitada sobre o significado de um termo ou um processo pode despoletar:

«Por conseguinte, conduz a erro falar do pensamento como se se tratasse de uma “actividade mental”. Podemos dizer que o pensamento é essencialmente a actividade que opera com signos. Esta actividade é conduzida pela mão, quando pensamos por intermédio da escrita; pela boca e pela laringe, quando pensamos por intermédio da fala; e se pensamos representando-nos signos ou imagens, é-me impossível mostrar-vos qualquer princípio activo pensante. Se então me dizes que, em

¹⁸³ In WITTGENSTEIN, Ludwig, *Philosophical Occasions 1912-1951*. Edited by James Klagge and A. Nordmann, Hackett Publishing Company, Indianapolis & Cambridge, 1993, Ph., p. 183: «*Das Lehren der Philosophie hat dieselbe ungeheure Schwierigkeit, welche der Unterricht in der Geographie hätte, wenn der Schüler eine Menge falsche und falsch vereinfachte Vorstellungen über den Lauf und Zusammenhang der Flussläufe und Gebirgsketten mitbrächte*».

tais casos, o espírito pensa, apenas chamarei a tua atenção para o facto de estares a usar uma metáfora, de o espírito ser aqui um agente num sentido diferente daquele que nos leva a considerar a mão como um agente na escrita. [...] a consistência das palavras “pensamento” e “pensar” paralelamente à de palavras que denotam actividades (corporais) como escrever, falar, etc., leva-nos a procurar uma actividade diferente destas mas a elas *análoga*¹⁸⁴, correspondente à palavra “pensamento”. Quando as palavras na nossa linguagem vulgar têm, *prima facie*, gramáticas análogas, tendemos a tentar interpretá-las de modo análogo, isto é, tentamos manter a analogia a qualquer preço»¹⁸⁵.

Esta breve aproximação a uma conjunção terminológica (com consequências empíricas!) indevida, é um exemplo adequado ao princípio de uma investigação filosófica, tal como Wittgenstein a concebe. Porque a sua razão é “desconstrutiva” ou “desobstruinte”, as investigações filosóficas “justas” não representam tanto uma averiguação de respostas quanto uma reconstrução estrutural do sentido das próprias questões.

Um traço constante, que atravessa “as duas maneiras de pensar” do filósofo, é a caracterização do seu próprio método filosófico como representando uma cisão epistemológica com as ciências – empíricas ou formais: seja pela matéria, seja pela forma de apresentação e disposições metodológicas particulares. A Filosofia não é, pois, nem uma *continuação* das ciências naturais, nem um trabalho preliminar, nem a sua *culminação* (vide, TLF, 4.112). O motivo desta exclusão “triádica” é ser a filosofia amplamente reconhecida como uma actividade de clarificação [*eine Aktivität / eine Therapie* e não *eine Lehre / eine Theorie*], que não visa, como as ciências, fazer descobertas ou patentes – estabelecer verdades de uma forma axiomatizada, como a Matemática ou com uma estrutura suportada em leis, como a Física.

O *telos* filosófico da própria filosofia é apenas o de fazer com que um falso problema (uma questão mal colocada, incipientemente cimentada ou como um cimento inadequado à sua sustentação) desapareça. O “resultado” do trabalho

¹⁸⁴ O sublinhado é nosso.

¹⁸⁵ In WITTGENSTEIN, Ludwig. LA: «Es ist irreführend, vom Denken als einer “geistigen Tätigkeit” zu sprechen. Wir können sagen, dass Denken im wesentlichen eine Tätigkeit des Operierens mit Zeichen ist. Diese Tätigkeit wird mit der Hand ausgeführt, wenn wir schreibend denken; mit dem Mund und Kehlkopf, wenn wir sprechend denken; und wenn wir denken, indem wir uns Zeichen oder Bilder vorstellen, kann ich dir kein Agens, das denkt, angeben. Wenn du dann sagst, dass in solchen Fällen der Geist denkt, dann wurde ich deine Aufmerksamkeit lediglich auf die Tatsache lenken, dass du eine Metaphor gebrauchst, dass der Geist hier in einem andern Sinn ein Agens ist als dem, in dem man von der Hand sagen kann, dass sie das Agens beim Schreiben ist. [...] das Bestehen der Wörter “Denken” und “Gedanke” neben den Wörtern die (körperliche) Tätigkeiten bezeichnen, wie Schreiben, Sprechen, etc., lässt uns nach einer Tätigkeit suchen, die von diesen verschieden und doch analog zu ihnen ist und die dem Wort “Denken” entspricht. Wenn Wörter in unserer Umgangssprache prima facie analoge Grammatiken haben, sind wir geneigt zu versuchen, sie analog zu deuten; d.h., wir versuchen, die Analogie durchweg bestehen zu lassen.». *Das Blaue Buch*, Werkausgabe Band 5, Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1984, 23 (A tradução acima é da nossa responsabilidade).

filosófico é, como já sublinhámos neste trabalho a partir de princípios de enfoque distintos, não uma teoria ou um corpo proposicional filosófico, com base numa demonstração (como a *Ethica more Geometrico Demonstrata* de Espinosa, por exemplo, ou a *Monadologia* de Leibniz), mas a extirpação de um erro – “como uma doença”, acrescenta Wittgenstein.

Dentro do TLF esta ideia já é esboçada, por exemplo por 6.53:

«O método correcto em Filosofia seria o seguinte: não dizer nada que não pudesse ser dito, isto é, as proposições da ciência da natureza (portanto, algo que não tem nada que ver com a filosofia), e logo que alguém quisesse dizer algo metafísico, mostrar-se-lhe que não foi atribuído significado a alguns signos das suas proposições». ¹⁸⁶

Esta concepção “anti-positiva” da investigação wittgensteiniana radicaliza-se até ao ponto de onde a presente investigação também parte (e a que volta, sem convertê-lo em axioma ou em lei), que só as IF chegam a formular explicitamente e que é a *concepção do trabalho filosófico como um exercício terapêutico* (IF, §§ 254-255).

O tipo de terapia preconizada por esse exercício, deve facultar ao paciente a cura para o voto fanático pela existência de determinados pseudo-problemas ou pseudo-questões (um termo do próprio Wittgenstein, decalcado e aprofundado por alguns membros do Círculo de Viena, como R.Carnap, por exemplo no seu texto de 1928, *Scheinprobleme in der Philosophie*), bem como de algumas perspectivas “mentalistas”, “realistas” ou “idealistas” do significado, ocasionadas por questões inflexíveis, do tipo da interrogação platónica: τι εἰ τί (“O que é?”[algo] – o Bem, o Belo, a Virtude, a Retórica, o Pensamento, A Filosofia).

A concepção filosófica de Wittgenstein tem um fundo de antítese com aquilo a que Wittgenstein chama “Metafísica” (aqui, é onde devemos suspender por um trecho a referência a Kant e assumir o século XX de Wittgenstein como a moldura visível do seu pensamento. As remissões, como o último defende, devem findar agures).

Consonante com o registo “desencantado” da sua forma de pensar e do tipo de posição filosófica que assume, para Wittgenstein – como para todo o filósofo do século XX que não queira ser lido como “fóssil” – “a Metafísica” é aquela má maneira de entender a filosofia, a que procura – ou a que encontra – “verdades” (e, numa

¹⁸⁶ In WITTGENSTEIN, Ludwig. TLF. Werkausgabe Band 1, Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1984, 85: «Die richtige Methode der Philosophie wäre eigentlich die: Nichts zu sagen, als was sich sagen lässt, also Sätze der Naturwissenschaft – also etwas, was mit Philosophie nichts zu tun hat – und dann immer, wenn ein anderer etwas Metaphysisches sagen Wollte, ihm nachzuweisen, dass er gewissen Zeichen in seinen Sätzen keine Bedeutung gegeben hat».

cadência rítmica conhecida como “indução”, que busca, por detrás de, por cima de ou para além destas, a Verdade).

No TLF, a Filosofia ainda é visada como uma crítica (lógica) dessa sombra metafísica, que procura enunciar aquilo que apenas se mostra (o seu *erro* era a *Hybris*) – como, por exemplo, uma investigação que tenha a missão de subtrair ao rio de Heraclito a natureza “do Nome”, quando aquilo a que podemos chamar “nome” é o que se mostra nas proposições descontínuas que enunciam nomes ou que contêm a palavra “nome”. Não nos esqueçamos que a investigação (a forma, a maneira de investigar) daquele livro era lógica, embora Wittgenstein assegurasse que “o sentido do livro era ético” (em carta a Ludwig von Ficker, editor do *Der Brenner*, em cartas a Russell e no próprio *Prólogo*).

Na sua segunda maneira de pensar, a oposição à metafísica passa pela introdução do conceito (um ancoradouro lexical desta investigação) de “Gramática” e pela exemplificação das consequências do seu novo método de análise. Por um lado, conclui-se que os quasi – “axiomas” da metafísica (proposições como, por exemplo, “Todo o efeito tem uma causa”; “O tempo é a medida do movimento”) são muitas vezes regras de gramática adulteradas ou “deslocadas”, quer dizer, postuladas como “princípios gerais” de funcionamento do mundo; por outro lado, o motivo de deslumbramento de determinadas “pseudo-proposições” [*Scheinsätze*] metafísicas, tomadas sistematicamente como “teoremas” (“A dor é uma sensação privada”, “O branco é a cor mais clara de todas”, “*Cogito ergo sum*”, “*Veritas est adaequatio rei ad intellectum*”), é uma ausência ou lapso de análise da gramática das nossas frases habituais.

Para Wittgenstein, a única crítica viável da metafísica é uma de carácter linguístico – uma descrição justa da gramática da nossa linguagem (por isso pode afirmar que o seu método é puramente “descritivo”, não explicativo).

A tarefa que uma filosofia de ressonâncias wittgensteinianas pode assumir é, portanto, a de ser uma crítica ou *análise* linguística de enunciados ou “proposições” como os da metafísica ou assimilados por esta a partir de outros âmbitos epistemológicos e logo convertidos em “problemas filosóficos” (aparentemente) pesados, análise apenas possibilitada por uma descrição dos nossos usos linguísticos e cujos *efeitos* são terapêuticos.

O tom de “criticismo” que tem esta ideia de Wittgenstein deve ser ponderado e avaliado, à luz da sua própria terminologia, como uma abordagem fiel às semelhanças tanto como às diferenças. Mais uma vez, a inteligência da aproximação está na fidedignidade ao “aspecto”. *Queremos dizer*: os instrumentos conceptuais e filosóficos do pensamento de maturidade de Wittgenstein não passam, em absoluto, por um

exame de qualquer tipo de “condições gerais de possibilidade”. O respeito e até mesmo a *prioridade* que agora confere ao caso particular não podem ser iludidos nem escamoteados. Wittgenstein considera, por isso, que inclusive *cada* dificuldade ou “perplexidade filosófica” deve ser objecto de análise por separado, quer dizer, sem estar necessariamente encadeada num conjunto de abordagens ou questões próximas ou similares.

Uma consequência que se pode extrair deste panorama de trabalho é a de que a filosofia é uma actividade essencialmente “repetitiva”; porque as repetições e segundas, terceiras, quartas passagens de um mesmo ponto são muito importantes para conhecer as dimensões do entrosamento – muitas vezes indevido, como um enleio em nós que não tinham porque dar-se, se o princípio de actuação regente fosse um autêntico *desatar* e não apenas o de seguir um quebra-cabeças de dificuldade gradativa (em que distintos jogos linguísticos estão dispostos), e porque a repetição também é a melhor forma de vermos as “conexões” (IF, §122).

Em Filosofia, as generalidades não contam mais do que a casuística: há casos que se rebelam contra a garra isomórfica do conceito. Tal como nos diálogos aporéticos de Platão, “a Filosofia das filosofias”, como a “a Gramática das gramáticas” também pode terminar numa concessão ao sofista, o que não é mais do que um “sintoma de cura” que cabe numa metáfora como: “esvaziámos-te as mãos, caro Cálicles, não tas voltaremos a encher”...

Ou, na paráfrase (wittgensteiniana) correspondente:

«A representação de que para tornar claro o sentido de um termo geral era necessário descobrir o elemento comum a todas as suas aplicações foi obstrutivo para a investigação filosófica, não só porque não conduziu a qualquer resultado, mas também porque levou a que os filósofos rejeitassem como irrelevantes os casos concretos, os únicos que poderiam tê-los ajudado a compreender o uso do termo geral. Quando Sócrates coloca a questão, “O que é o conhecimento?” [*Teeteto*, 146d-147c], ele nem sequer considera como uma resposta *preliminar* a enumeração de casos de conhecimento».¹⁸⁷

¹⁸⁷ In WITTGENSTEIN, Ludwig, LA: «*Die Vorstellung, dass man, um sich über die Bedeutung einer allgemeinen Bezeichnung klar zu werden, das gemeinsame Element in alle ihren Anwendungen finden muss, hat hemmend auf philosophische Untersuchungen gewirkt; denn diese Vorstellung hat nicht nur zu keinem Ergebnis geführt, sondern darüber hinaus den Philosophen veranlasst, über konkrete Fälle als irrelevant hinwegzugehen; Fälle, die allein ihm helfen können, den Gebrauch der allgemeinen Bezeichnung zu verstehen. Wenn Sokrates die Frage stellt: “Was ist Erkenntnis?” dann hält er die Aufzählung von tatsächlichen Fällen von Erkenntnis nicht einmal für eine vorläufige Antwort*», *Das Blaue Buch*, Werkausgabe Band 5, Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1984, 40 (A tradução é da nossa responsabilidade).

Para retomar a sugestão de P.M.S. Hacker com que abrimos o último ponto desta exposição, numa sugestão de linguagem com conotações “analíticas”, a *fisiologia* que corresponde à *patologia* filosófica de um raciocínio indutivo de tipo socrático é uma debilitação da condição física geral do pensamento, que se pode observar na *magreza* excessiva do círculo conceptual correspondente, efeito dessa “dieta unilateral” a que alude Wittgenstein, por feita à base de “um único tipo de exemplos” – um confinamento agravado pela obsessão em *descortinar no exemplo (apenas) aquilo que é Exemplar*.

A CONCLUIR

Nenhuma tarefa pode parecer tão fátua como a de fechar uma estrada a respeito da qual sabemos, informativamente e desde que a tomámos, que não termina, nem numa cidade nova nem num desvio de rumo através de um nó de ligação.

O caminho de pensamento que seguimos ao longo do presente trabalho tem um aspecto quase inadvertidamente wittgensteiniano. Quer dizer, se procurámos encontrar o reduto “esquemático” propiciador de uma articulação funcional entre a concepção wittgensteiniana de FILOSOFIA e de GRAMÁTICA, seguindo de perto a evolução do pensamento do autor, mas focando mais demoradamente aquela plataforma filosófica a que o próprio chama “a minha nova maneira de pensar” [*meine neue Denkweise*, IF, Prólogo], através da ideia, aludida em fases e pontos dispersos dos seus textos, de TERAPIA ou de Cura, parece-nos agora que esse objectivo, tal como o enunciámos na introdução do presente trabalho, só a duras penas de uma síntese projectiva terá sido alcançado.

Há um aforismo em CV que, ainda quando possa parecer uma observação descritiva não objectivada ou quase a constatação de um traço “formal” do trabalho filosófico em geral, conforme ao entendimento do mesmo por Wittgenstein, é, na realidade, uma nota reflexa sobre o próprio estilo e sobre uma *difficuldade* recorrente nos seus textos, de que talvez só possamos ter uma ideia clara e comprovada quando o nosso confronto com os mesmos assumir traços de um “hábito”. O aforismo diz que: «É uma necessidade *física* dos homens, dizerem-se enquanto trabalham: “Vamos agora acabar com isto!”; e que, no trabalho em filosofia, tenhamos sempre que voltar a esta necessidade é o que torna aquele tão árduo». ¹⁸⁸

A premência de dar por terminada uma rotina de esclarecimento linguístico sempre parcial e reincidente será o que torna este (quasi)postulado prático num autêntico horizonte não conceptualizável, que também se constituirá, no mesmo gesto de “adiamento com pressa de acabar”, no princípio activo de uma doença *mental* (se lhe chamamos “intelectual” seremos, com certeza, mais fidedignos à letra de

¹⁸⁸In CV, Werkausgabe Band 8, Suhrkamp Verlag, Frankfurt am Main, 1984, p. 557 (tradução nossa): «*Es ist ein körperliches Bedürfnis des Menschen, sich bei der Arbeit zu sagen: “Jetzt lassen wir’s schon einmal!”*, und dass man immer wieder gegen dieses Bedürfnis beim Philosophieren denken muss, macht diese Arbeit so anstrengend.»

Wittgenstein; mas com igual certeza, já teremos entrado num primado de sublimação terminológica).

Ao longo do texto que agora gostaríamos de “dar por encerrado”, malgrado os matizes wittgensteinianos interiores e exteriores (isto é, inadvertidos e advertidos) do mesmo, caracterizámos uma via determinada de *entender* e de *praticar* a filosofia que parece pouco construtiva ou, no mínimo, arisca a uma estruturação do saber alicerçada num paradigma de positividade epistemológica ou sequer teórica *tout court*.

Apresentámos e seguimos alguns trilhos do que seja uma “investigação filosófica” *more* wittgensteiniano que, mesmo nas formas mais próximas a uma posição (ou tese) determinada, sempre opta por uma “ficção conceptual” que serve os propósitos de ilustrar, contrafactualmente, uma dada disposição dos conceitos e respectivas definições que, realmente, temos. E este novo modelo de investigação, constituído, explicitado descritivamente e aplicado por Wittgenstein a partir do início dos anos 30 não representa uma incapacidade tardia ou sequer (aos olhos do próprio) um “enfraquecimento” do artefacto explicativo do TLF – basta que nos lembremos da forma de apresentação do texto do TLF para não nos afastarmos da ideia de que o pensamento de Wittgenstein começou, à sua maneira, por ser sistemático e “positivo” em termos de conteúdos teóricos e respectivo método de exposição dedutiva e de articulação.

A perspectiva semântica do TLF desenvolvia gradativamente as seguintes ideias: pensar consiste, essencialmente, em articular imagens mentais, imagens essas que acompanham as palavras e, sendo as primeiras universais, a linguagem também o será (esta ideia incorporava, renovando, a concepção fregeana de que o pensamento expresso por uma proposição denota o Verdadeiro, com a diferença de que o “Verdadeiro” não era para este uma imagem mental, mas um arquétipo lógico).

O paradigma semântico apontado por essa intuição essencial indicia a *forma lógica* comum às instâncias de significação como aquilo que autoriza a própria comunicação, uma vez que, se essa forma está isenta de variações, qualquer utilizador de uma linguagem (por mais idiomática que seja), de cada vez que formule uma frase aludirá ao reduto comum de *Gedanken* que representam (isto é, que estão no lugar lógico de) objectos, factos ou estados de coisas, constituintes isomórficos de uma realidade que, assim, se pode, semanticamente (logicamente) enlaçar, captar [*Be-greifen*].

O que está em jogo nesta concepção de realismo semântico é o postulado de uma estrutura racional comum (que é *lógica*) entre o pensamento e o ser. Captar a

forma lógica transcendental de toda a representação linguística, o mesmo é dizer, de todo e qualquer enunciado proposicional com sentido e do próprio sentido transcendental-formal da proposição, é o objectivo do TLF (o seu objectivo *lógico*, pois sabemos como Wittgenstein declarava que o objectivo primacial do livro era *ético*). Já nos próprios *Tagebücher*, anotações de guerra que serviram de base à composição daquele texto, Wittgenstein anotara esse objectivo, com este rigor: «Toda a minha tarefa consiste em esclarecer a essência da proposição. Quer dizer, indicar a natureza de todos os factos cuja natureza é a proposição. Indicar a natureza de todo o ser». ¹⁸⁹

Este excuro pelos pontos de contraste conceptual e metodológico, dentro dos textos mais “arqueológicos” de Wittgenstein, pode parecer residual e ocioso ao cabo de uma investigação que já deve ter extraído à sua dialéctica interna todos os resultados possíveis. Só não consideramos que este argumento tenha total validade de aplicação porque nem o termo “resultados” nem o respectivo âmbito imediato de significado têm propriamente lugar num caminho de pesquisa que já se denunciou como “inadvertidamente” wittgensteiniano. Quer dizer: aquele esforço de adequação conceptual triádica que apresentámos no ponto A INTRODUIR deste trabalho, como projecto de síntese e aproximação semântica e funcional das traves-mestras terminológicas de *Filosofia*, *Gramática* e *Terapia*, na “incorporação” que recebem dentro da segunda maneira de pensar de Wittgenstein, não se revelou (nem se adivinhava!) tão resolúvel e positivamente operante como um leitor pouco familiarizado com as aporias e o estilo de apresentação de aporias de tipo wittgensteiniano poderia confiar.

No §8. deste trabalho, quando apresentámos um entendimento de Filosofia enquanto *phármakon* da análise gramatical, descrevemos a duplicidade funcional de um veneno/remédio, que tanto destrói como resgata, ao abrigo de quem detém o segredo das dosagens. A elaboração conceptual que Wittgenstein faz em torno do termo “Filosofia” sugere-a como um recurso farmacológico exigido pela própria razão humana que, na sua constituição dialecticamente ameaçadora para a sanidade do pensamento e das formas de raciocínio comumente aceites, gera quase contigualmente uma contrapartida terapêutica que, por assim dizer, “fale a mesma linguagem que a sua irrazoabilidade”.

A tarefa dubiamente linear da Filosofia é, pois, a do equilíbrio terapêutico para as desvirtuações linguísticas que captam *normas* de discursividade sem aplicação (cânones formais, vazios) e as impõem ao pensamento sob o aspecto de feitiços

¹⁸⁹ In WITTGENSTEIN, L. *Tagebücher 1914-1916*. Werkausgabe Band 1, Suhrkamp, 1984, p. 129: «*Meine ganze Aufgabe besteht darin, das Wesen des Satzes zu erklären. Das heisst, das Wesen aller Tatsachen anzugeben, deren Bilder der Satz ist. Das Wesen allen Seins angeben*».

intelectuais, formas paradigmáticas de embruxamento da “faculdade humana das regras”, como Kant definia o Entendimento [*Verstand*].

A esta luz, o termo “Filosofia” é a tarefa que uma definição lhe adscrive comporta *dois sentidos* – um negativo e outro “positivo” (com todas as reservas que já tivemos oportunidade de fazer em relação ao termo “positivo” ou ao sentido pobre de “positividade” enquanto proposta teórica, dentro do pensamento de Wittgenstein). No sentido negativo, a Filosofia “resulta” ou é o resíduo patológico de um “embruxamento” [*Verhexung*] linguístico a que o próprio pensamento está constantemente submetido. Além desse produto sintomatológico, a Filosofia é também uma “forma de luta” [*ein Kampf*] contra essa aura de feitiço que o entendimento experimenta através de meios linguísticos.

Por mais que o reduto de *motivos* e *produtos* aporéticos, que Wittgenstein adscrive à Filosofia – enquanto suposto âmbito perene de questões e problemas teóricos, a que uma ausente ou incipiente análise das formas linguísticas sempre conduz –, seja diversamente focado nas suas maneiras de pensar “antiga” e “nova”, o “termo médio” dos diferentes sintomas é o mesmo para ambas: é a Linguagem.

Aquilo que a própria noção de embruxamento (a que por vezes Wittgenstein também chama um “perder-se”) parece estar mais directamente associada é a uma não conseguida identificação entre *pensamento* e *linguagem*, instâncias que não podem coincidir, assimilar-se sem mais, ou teríamos um efeito de auto-enfeitiçamento do próprio pensamento. Mas, conforme adverte Wittgenstein amiúde e em tons variados, a instância que produz os encantamentos, sublimes perturbações das “boas vias de pensamento” ou das formas legítimas de raciocínio *é sempre a linguagem*, quer seja entendida como instrumento para comunicar ou como falsa projecção essencial que tem a capacidade de “camuflar”, “mascarar” ou “desvirtuar” as formas cabais de pensamento através de uma dada combinação de sintaxe lógica em hipostasiadas derivações semânticas que abrigam erros.

Então, vem o filósofo sugerir – ao cabo de ter demarcado na sua própria paisagem conceptual um novo conceito/instrumento de análise, derivado da noção de “Sintaxe” dos seus primeiros trabalhos –, aquilo a que temos que atender para restabelecer a ordem das nossas formas de discurso habituais em enunciados que se revelam problemáticos, é à sua estrutura e correcção gramatical.

Não estamos diante de um tipo de investigação gramatical que visa “desocultar” ou patentear, por meios estritamente lógicos de inferência – portanto, de forma pura e *a priori* – as condições de possibilidade das combinações linguísticas e, bem assim, da realidade mesma. A tarefa gramatical prevista pela segunda maneira de pensar de Wittgenstein, através de uma reequação dos próprios termos definitórios

da primeira¹⁹⁰ é uma investigação sobre a *superfície* gramatical de todo e qualquer enunciado linguístico. Esta análise “de superfície” [*von der Oberfläche*] ou do que está patente nas formas linguísticas mais variadas, não deve ser meramente conotada com uma militância anti-essencialista, que afirme peremptoriamente que a forma gramatical pura ou essencial não interessa para os fins de um trabalho dado, mas sim justificada pelo facto de que Wittgenstein chegou a ter consciência de que *essa forma não existe* – nem por cima nem por debaixo ou paralelamente às formas de discurso não esmiuçadas pela análise.

Terminamos dizendo bastante sobre as ilhas conceptuais que este trabalho visitou, muito embora tenhamos flexibilizado as formas rígidas de “transporte panorâmico” entre elas; é a recusa ao embruxamento da totalidade orgânica.

“Filosofia como *Terapia Gramatical*”? De que forma pode a composição expressiva dos dois últimos termos flexibilizar a “etiqueta de substantivo” (ainda quando se “aligeira” esta, em tom wittgensteiniano) do primeiro? É aquela primeira o precipitado sintomático que a composição adverbial da última expressão deve pulverizar?

Desvinculando do seu peso de imposição aquilo que uma perspectiva histórica da filosofia – como história da Metafísica – sempre constitui em seu objecto mais autorizado: (conceitos vazios como) o Universal, o Necessário, o Imutável, face à contingência da possibilidade, do acaso, do factual, os “Luftgebäude” (IF, §118) do pensamento são agora devolvidos à atmosfera. Quer dizer, parece ajustado que esclareçamos que tipo de terapia estamos agora a considerar – inclusive desde uma perspectiva de análise gramatical sobre a expressão! É uma [terapia] que combate o feitiço a que a linguagem nos submete, as ilusões provocadas pela projecção na realidade do nosso modo de representar (um tema antiquíssimo!) ou a estilização do pensamento em formas conceptográficas, cujos elementos foram exaustivamente analisados (uma tema muito novo que nasce do pavor ao atrito e na sequência de algumas formas de terror generalizadas).

A terapia de que nos fala Wittgenstein é tão pouco ambiciosa quanto isto: reconduzir blocos conceptuais como “Conhecimento”, “Proposição”, “Ser”, “Objecto”, “Eu” desde o seu emprego metafísico a um uso quotidiano. “Reconduzir as palavras a casa”, talvez fosse uma máxima com que Wittgenstein simpatizasse; o mesmo é dizer,

¹⁹⁰ Utilizamos as expressões “primeira e segunda maneira de pensar” do filósofo, seguindo uma indicação sua no Prefácio às IF, por uma questão de comodidade de referência à época do TLF e à época posterior do seu pensamento, muito embora Wittgenstein se expresse em termos de “*ältere und neue Denkweise*”, ou seja de “velha” e “nova” maneira de pensar. Parece importante ressaltar que, com um tom de crítica acentuado, apenas para o próprio o TLF representava uma “velha” maneira de pensar e não apenas *uma outra maneira de pensar*.

e sem projectar nada, mas recorrendo aos próprios termos do filósofo – *resgatar a linguagem das suas “intermináveis férias”*.

Se já estivéssemos na fase da dedução de teoremas daquela espécie de axiomas que constituíam o TLF e que foram lições de vida para o seu próprio autor, deveríamos então assumir a lógica a partir do lugar abarcador de uma visão esclarecedora das frases da linguagem corrente, ao invés de olhar esta última pelo cânone da lógica pura, exigência prévia nunca devolvida na experiência. Esse esforço de re-polarização é o que roda o eixo da investigação através do ponto da necessidade (lógica) real, isto é, da correcção das formulações discursivas paralogísticas.

A terapia pela Linguagem não é outra que a de prescindir do uso “ultra-físico” das palavras em prol do seu emprego corrente e não problemático: com este gesto de abdicação, de desencanto, todas as deformidades do modelo lógico *a priori* saltam à vista como “bocados de ferro”.

Por esta ordem de razões, defende Wittgenstein que o primeiro passo para a adequação conceptual entre as nossas expressões e os supostos normativos que sobre elas legislariam, é entender que “palavra”, “proposição”, “conceito” em filosofia da linguagem têm o mesmo sentido corrente que têm no discurso não teórico ou que «a filosofia da Lógica fala de proposições e palavras da mesma maneira que o fazemos na vida corrente» (IF, §108) – um exercício aparentado ao de reiterar persuasivamente que não há gramáticas subordinadas ou ordens de discurso prioritárias. (Também para o novo método descritivo a que aludimos recorrentemente nesta investigação a única linguagem com que contamos é a nossa linguagem quotidiana e não uma qualquer “unidade formal” projectiva da Linguagem – seja esta uma conceptografia ou um paradigma de forma lógica geral).

O que restou à Filosofia? Não é mais uma análise de estruturas profundas do pensamento, da linguagem, da forma de patenteação do primeiro na segunda ou das condições possibilitadoras de ambos. É um exercício gramatical (prático) sobre as nossas formas habituais de linguagem (e sobre os nossos “hábitos de linguagem”, por extensão). Não é uma ciência (nunca foi assim considerada pelo filósofo) e, portanto, não se condensa em nenhuma teoria. Tão pouco se constitui como um modelo explicativo geral ou como uma “super-técnica” de análise (muito próxima do mecanismo de uma máquina) que assista na construção de uma linguagem bem formada.

O TLF procurava desenvolver os nexos de inteligibilidade de uma metafísica atomista confinada ao jogo especular entre linguagem-pensamento-realidade. O

contraste com as IF é notável, de acordo com as quais «toda a explicação tem que acabar e ser substituída apenas pela descrição», o mesmo é dizer, a *descrição* dos factos linguísticos nos respectivos empregos quotidianos, para os quais, obviamente, não pode haver uma estrutura imposta desde um lugar não maculado.

Descrição “positiva”: a Filosofia é (só) uma actividade cujo fito é dissolver analiticamente os problemas conceptuais – convertidos à religião de problemas filosóficos se a sua aparente insolubilidade linguística for convertida em insolubilidade *essencial* – configurados pelo poder de “encantamento” que a linguagem possui.

O feitiço da filosofia pode agora ser desfeito, não pela clarificação da forma lógica geral da proposição, mas pela decomposição e reordenação dos factos linguísticos efectivamente operativos. A técnica (ou método) novo é gramaticalmente desconstrutiva; e como a gramática é autónoma e não tem mais estatuto que o de ser um *conjunto de regras* de uso linguístico, qualquer explicação dos fenómenos através da explicação da sua forma lógica geral é um extravio, seja para uma tese de logicidade orgânica, como a do TLF, seja para uma “adequação” derivada dos termos dessa teoria explicativa à nova noção de Gramática e sua respectiva funcionalidade.

Há um parágrafo das *Zettel* que serve, provavelmente, um *triplo* propósito *descritivo* – de um tipo de investigação que Wittgenstein critica, da sua própria investigação e da nossa:

«Embatemos aqui num fenómeno notável e característico na investigação filosófica: a dificuldade – poderia eu dizer – não está em encontrar a solução, mas em reconhecer como solução algo que parece ser apenas um preliminar. “Já dissemos tudo. – Não algo que resulta daqui; não, *esta* é a solução!” [...] Se nos detivermos nela e não a tentarmos ultrapassar. *Die Schwierigkeit ist hier: Halt zu machen.* [Aqui a dificuldade é: *Para*!].»¹⁹¹

Halten wir dann.¹⁹²

¹⁹¹ In WITTGENSTEIN, L. F. Werkausgabe Band 8, Suhrkamp Verlag Frankfurt am Main, 1984, p. 346: «*Hier stoßen wir auf eine merkwürdige und charakteristische Erscheinung in philosophischen Untersuchungen: Die Schwierigkeit – könnte ich sagen – ist nicht, die Lösung zu finden, sondern, etwas als die Lösung anzuerkennen, was sieht, als wäre es erst eine Vorstufe zu ihr. “Wir haben schon alles gesagt. – Nicht etwas, was daraus folgt, sondern eben das ist die Lösung!” [...] Wenn wir bei ihr verweilen, nicht versuchen, über sie hinauszukommen. Die Schwierigkeit ist hier: Halt zu machen.*».

¹⁹² Para a realização deste trabalho contamos com uma Bolsa de Mestrado da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (SRFH/BM/30093/2006), um apoio à investigação a que não podemos subtrair uma nota de agradecimento.

BIBLIOGRAFIA¹⁹³

1.

a) OBRAS DE WITTGENSTEIN:

Werkausgabe in 8 Bänden. Frankfurt, Suhrkamp Verlag (concluída em 1989):

- Band 1: *Tractatus Logico-Philosophicus/ Philosophische Untersuchungen.*
- Band 2: *Philosophische Bemerkungen.*
- Band 3: *Ludwig Wittgenstein und der Wiener Kreis.*
- Band 4: *Philosophische Grammatik.*
- Band 5: *Das Blaue Buch/ Eine Philosophische Betrachtung (Das Braune Buch).*
- Band 6: *Bemerkungen über die Grundlagen der Mathematik.*
- Band 7: *Bemerkungen über die Philosophie der Psychologie/ Letzte Schriften über die Philosophie der Psychologie.*
- Band 8: *Bemerkungen über die Farben/ Über Gewissheit/ Zettel/ Vermischte Bemerkungen.*

*

Philosophical Occasions 1912-1951. Edited by James Klagge and A. Nordmann. Indianapolis & Cambridge, Hackett Publishing Company, 1993.

Wittgenstein Lectures, Cambridge 1930-1932: From the notes of John King and Desmond Lee. Ed. By Desmond Lee. Oxford, Blackwell, 1980.

¹⁹³ Nesta Bibliografia listam-se apenas os textos manejados nesta dissertação. Não se pretendeu, portanto, fazer um estudo bibliográfico exaustivo da literatura secundária actualmente disponível sobre o pensamento de Wittgenstein ou sobre aqueles aspectos do seu pensamento especialmente visados pela presente investigação, mas apenas fazer um levantamento *informativo* dos títulos *efectivamente* consultados para a elaboração desta dissertação.

b) TRADUÇÕES PORTUGUESAS MANEJADAS:

Tratado Lógico-Filosófico/ Investigações Filosóficas. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2002; trad. Port. de M.S. Lourenço, 3ª Ed.

Da Certeza. Edição bilingue. Lisboa, Edições 70, Biblioteca de Filosofia Contemporânea, trad. de Maria Elisa Costa, 2000.

Fichas (Zettel). Edição bilingue. Lisboa, Edições 70, Biblioteca de Filosofia Contemporânea, trad. de Ana Berhan da Costa, 1989.

Aulas e Conversas – Sobre Estética, Psicologia e Fé Religiosa. Lisboa, Edições Cotovia, 1991.

O Livro Castanho. Lisboa, Edições 70, Biblioteca de Filosofia Contemporânea, trad. de Jorge Marques, 1992.

O Livro Azul. Lisboa, Edições 70, Biblioteca de Filosofia Contemporânea, trad. de Jorge Mendes, 1992.

Anotações Sobre as Cores. (Edição bilingue). Lisboa, Edições 70, Biblioteca de Filosofia Contemporânea, trad. de Filipe Nogueira e Maria João Freitas, 1996.

Cultura e Valor. Lisboa, Edições 70, Biblioteca de Filosofia Contemporânea, trad. de Jorge Mendes, 2000.

2.

a) OBRAS SOBRE WITTGENSTEIN:

1) LÉXICOS:

GLOCK, Hans-Johann. *Wittgenstein Lexicon*. Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 2000.

CHAUVIRÉ, C. & SACKUR, J. *Le Vocabulaire de Wittgenstein*. (Collection dirigée par Jean-Pierre Zarader). Paris, Ellipses, 2003.

2) OBRAS DE COMENTÁRIO, ARTIGOS, ENSAIOS :

ALARCON, J. J. *Religión y Relativismo en Wittgenstein*. Barcelona, Ariel, 2001.

ALONSO PUELLES, A. / GALÁN RODRÍGUEZ, C. (Ed.). *Wittgenstein, 50 años después*, Tomos I / II. Aportaciones del I Congreso hispano-luso de Filosofía. Mérida, Editora Regional de Extremadura, 2001/ 2003.

BILETZKI, A. “Ludwig Wittgenstein – The Later Wittgenstein”. In *Stanford Encyclopedia of Philosophy*. (Primeira publicação em 2002, revista em Novembro de 2006).

CAVELL, S. *The Cavell Reader*. Edited by Stephen Mulhall. Oxford, Blackwell Publishers, 1996.

CHAUVIRE, C. *Ludwig Wittgenstein*. Paris. Éditions du Seuil, 1989.

COMETTI, J.-P. *Philosopher avec Wittgenstein*. Tours, Farrago, 2001.

FANN, K.T. *Wittgenstein's Conception of Philosophy*. Londres, Routledge and Kegan Paul, 1969.

- GEFWERT, C. *Wittgenstein on Thought, Language and Philosophy*. Avebury Series in Philosophy, 2000.
- GRANGER, G.-G. *Wittgenstein*. Paris, Éditions Seghers, 1969.
- HACKER, P.M.S. *Insight and Illusion – Wittgenstein on Philosophy and the Metaphysics of Experience*. Oxford University Press, 1972.
- HACKER, P.M.S. *Wittgenstein, Meaning and Mind*. Vol. 3 of *An analytical commentary on the Philosophical Investigations*. Oxford, Basil Blackwell, 1993.
- HACKER, P.M.S. *Wittgenstein's Place in Twentieth-Century Analytic Philosophy*. Oxford, Blackwell, 1996.
- HACKER, P.M.S. *Wittgenstein, Mind and Will*. vol. 4 of *An analytical commentary on the Philosophical Investigations*. Oxford, Basil Blackwell, 1996.
- HACKER, P.M.S. *Wittgenstein on Human Nature*. Londres, Phoenix Paperback, 1997.
- HOTTOIS, G. *Pour une Métaphilosophie du Langage*. Paris, Vrin, 1981.
- KRIPKE, S. *Wittgenstein on Rules and Private Language*. Oxford, Blackwell Publishers, 1982.
- MALCOLM, N. *Ludwig Wittgenstein: a Memoir*. Oxford, 1967.
- MARQUES, A. Recensão da obra de P.M.S.HACKER: *Wittgenstein's Place in Twentieth-Century Analytic Philosophy*. (Oxford, Blackwell, 1996). In *Cadernos de Filosofia* (Recensões). Publicação semestral do Instituto de Filosofia da Linguagem, n.º 2. Lisboa, Edições Colibri, 1997.
- MARQUES, A. “Linguagem, Sentido e Intencionalidade. Notas sobre a semântica dos jogos de linguagem em Wittgenstein”. In *Heidegger, Linguagem e Tradução*. Actas do Colóquio Internacional. Borges-Duarte, I.; Henriques, F.; Matos Dias, I. (Org.). Lisboa, C.F.U.L., 2004. (21-26).

MARQUES, A. *O Interior – Linguagem e Mente em Wittgenstein*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2003.

MCGINN, M. *Wittgenstein and the Philosophical Investigations*. Londres, Routledge, 1997.

MOLDER, M. F. “El Enigma de la segunda parte. A propósito de una carta de Wittgenstein”. In Alonso Puelles, A./Galán Rodríguez, C. (Ed.), *Wittgenstein, 50 años después*. Tomo II, 13-44.

PEARS, D. *The False Prison*. Vols. I e II. Oxford, Oxford University Press, 1988.

PETERMAN, J. F. *Philosophy as Therapy. An Interpretation and Defense of Wittgenstein’s Later Philosophical Project*. State University of New York Press, 1992.

REGUERA, I. *Ludwig Wittgenstein – un ensayo a su costa*. Madrid, EDAF Ensayo, 2002.

REGUERA, I. “Ludwig Wittgenstein, la razón de la miseria». In *Los Filósofos y sus Filosofías*. Vol. 3, Dirección de J.M. Bermudo. Barcelona, Vicens Universidad, 1983, 333-377.

RUANO FUENTE, Y. “Wittgenstein: la filosofía como “phármakon” del encantamiento del lenguaje”. In Alonso Puelles, A./Galán Rodríguez, C. (Ed.), *Wittgenstein, 50 años después*. Tomo II, 13-44.

SCHULTE, J. “O “Método” de Wittgenstein”. In *Cadernos de Filosofia*, Publicação Semestral do Instituto de Filosofia da Linguagem. Lisboa, Edições Colibri, 2003.

VENTURINHA, Nuno. *Lógica, Ética, Gramática. Wittgenstein e o Método da Filosofia*. Lisboa, IN-CM. (No Prelo).

VON WRIGHT, G. H. “Wittgenstein and the Twentieth Century”. In Egidi, R., (Ed.): *Wittgenstein: Mind and Language*, Synthese Library, Vol. 50. Dordrecht/Boston/London, Kluwer Academic Publishers, 1995.

3.

b) OUTROS TEXTOS MANEJADOS:

ARISTOTELES. *Métaphysique*. Tome I – livres A-Z, Traduction et Notes par J. Tricot. Paris, Vrin, 1991.

GIL, F. “Problemas e Problemáticas”. In *Filosofia e Epistemologia* (Lisboa), IV, 1982, 125-162.

MARKET, O. “A previsibilidade de todo o problema”. In *Filosofia e Epistemologia* (Lisboa), IV, 1982, 105-121.

KANT, I. *Crítica da Razão Pura*. Trad. de M.P.Santos e Alexandre F. Morujão. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1985.

PLATÃO. *Fedro*. Edição Bilingue, Tradução, Notas e Estudo Preliminar de Luis Gil Fernandez. Madrid, Instituto de Estudios Políticos, 1957.